

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Anderson Luiz Salafia

**A Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.
Da neutralidade pró-Aliados em 1941 à guerra não declarada entre
fevereiro e agosto de 1942.**

**São Paulo
2009**

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

Anderson Luiz Salafia

**A Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.
Da neutralidade pró-Aliados em 1941 à guerra não declarada entre
fevereiro e agosto de 1942.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para
obtenção do título de Licenciado em História do
Curso de História da Universidade de Santo Amaro,
sob orientação do Prof. Dr. Vagner Carvalheiro
Porto.

**São Paulo
2009**

Anderson Luiz Salafia

A Participação brasileira na Segunda Guerra Mundial.
Da neutralidade pró-Aliados em 1941 à guerra não declarada entre fevereiro e agosto de 1942.

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do título de Licenciado em História, do curso de História da Universidade de Santo Amaro.

Data de aprovação 26 / 11 / 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Vagner Carvalheiro Porto
Universidade de Santo Amaro

Prof. Msc Maria Thereza Rímoli
Universidade de Santo Amaro

Conceito final: DEZ

Dedico este trabalho aos meus pais, os quais contribuíram decisivamente para minha formação ao despertar em mim desde cedo o interesse pelos estudos, sempre me incentivando e motivando a prosseguir na incessante busca pelo saber.

AGRADECIMENTOS

A todos os colegas de faculdade que se revelaram amigos sinceros e verdadeiros, com os quais sempre pude contar nos momentos de maior dificuldade ao longo dos anos de convívio acadêmico. Para sempre estará marcado em minhas memórias, por mais que o tempo e a distância tentem nos afastar, o ambiente de camaradagem e companheirismo, repleto de alegrias e bons momentos em que pude conviver ao lado de amigos como Hugo, Jéssica, Paulo, Flávia, Kaliana, Neilsen, João, Noemia, Laís, Rafael, Gloria, Edson, Gabriel, Daniel, Regina, Daiane e tantos outros, com os quais tive o privilégio de superar todos os desafios de uma formação universitária, podendo hoje, celebrarmos juntos, a conclusão de mais uma etapa em nossas vidas. Ao corpo docente da Faculdade de História e Geografia da Universidade de Santo Amaro, uma vez que o profissionalismo e empenho de seus membros contribuíram decisivamente para minha formação como futuro professor e pesquisador.

Agradecimentos especiais ao Professor Vagner Carvalheiro Porto, que sempre se mostrou solícito em todas as minhas dúvidas, acreditando neste projeto e me incentivando em todas as etapas deste trabalho, revelando-se um excelente profissional e grande amigo.

Ao professor Rafael Lopes, que ainda nos primeiros meses de aula, fez-me ter a certeza ao escolher o estudo da História como instrumento para compreender como se formou e é regida a sociedade em que vivemos, podendo assim atuar no sentido de modificá-la, dando minha pequena contribuição como sujeito ativo do processo histórico.

Também devo mencionar os companheiros de debates sobre a Segunda Guerra Mundial, Júlio César e Pedro Lages, que indicaram algumas leituras que se revelaram imprescindíveis. Aos sempre presentes e oportunos comentários e dicas de Nichele, Marcel e demais amigos de debates sobre temas históricos, militares e é claro, *wargames*.

Aos amigos Leonardo e Paulo, que gentil e prontamente traduziram o *abstract*. E, não poderia deixar de mencionar o amigo Hwidger, que antes mesmo de eu ingressar na faculdade, ao comentar sobre algumas leis antigas que ainda não haviam sido revogadas, prestou grande ajuda ao trazer ao meu conhecimento o Decreto-Lei nº 4.098.

Direi à Câmara o que já disse aos homens que aceitaram participar do governo: nada tenho a oferecer além de sangue, sofrimento, lágrimas e suor. Defrontamo-nos com uma espécie das mais perigosas. Temos diante de nós numerosos e longos meses de luta e de sofrimento.

Os senhores me perguntam: qual é a sua política? Responderei: é fazer a guerra, no mar, na terra e no ar, fazê-la com toda nossa força e com toda a energia que Deus nos der; fazê-la contra uma monstruosa tirania, cujo sombrio e lamentável catálogo dos crimes humanos não mostra pior. Eis nossa política.

Os senhores ainda me perguntam: qual é a sua finalidade? Posso responder com apenas uma palavra: a vitória! A vitória a qualquer preço, por longo e duro que seja o caminho que leve a ela, pois sem vitória não há esperança para nós.

Winston Churchill

RESUMO

O processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial começou muito antes do rompimento de relações com as nações do Eixo, em janeiro de 1942. A partir do momento em que foi implantado o Estado Novo no Brasil, as relações comerciais com a Alemanha entraram em gradual declínio na medida em que teve início uma aproximação com os Estados Unidos. Tal aproximação, amparada em uma relação de amizade onde coube ao Brasil apoiar a política externa norte-americana, em troca do fortalecimento de sua liderança no cone sul, foi resultado da convergência de interesses entre os governos, que viam na expansão do nazismo uma ameaça ao Novo Mundo. Apesar de o Brasil apenas reconhecer a existência de um estado de beligerância com o Eixo em agosto de 1942, a partir do ano anterior já vinha atuando de maneira consciente com o esforço de guerra Aliado. Entre janeiro e fevereiro, os ataques contra a Marinha Mercante brasileira representaram uma guerra não declarada onde, frente á iniciativa dos submarinos inimigos, o Brasil passou a adotar ações militares que cada vez mais o distanciaram de uma postura de neutralidade. Pressionado pela revolta popular, o governo Vargas declarou guerra ao Eixo após uma série de ataques contra mercantes que navegavam ao largo da costa brasileira.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Relações Internacionais, Marinha Mercante brasileira, Estado Novo, Torpedeamentos contra o Brasil.

ABSTRACT

The process of Brazil entrance in World War II began before the break of diplomatic relationship with the Axis nations in 1942. At start of the Brazilian's New State, the commercial relationship with Germany began with a progressive decrease at the same time with the improvement that relationship with the United States. This improvement, allied with a friend relationship, where the Brazil should support the United State's external policies, and the strengthened of the Brazilian leadership in South America, was resulted from a convergence of interests between the two governments, who discern the Axis expansion, as a risk for the Americas. Although Brazil only recognize the existence of a state off war with the Axis in August of 1942, since a year before, the Brazilian Government already used to aid the Allied War effort. In January and February, 1942, the attacks against the Brazilian's merchant ships was a no declared war, where the Brazilian Government began to take military actions that take the Brazil away from their neutrality political stance. Pushed by the populace feelings against the German submarine attacks, the Vargas Government declared war against the Axis after a sequel of U-Boats attacks against merchant ships who travel at long the Brazilian coast.

Key-words: World War II, International Relationships, Brazilian Merchant Navy, Brazilian New State, Torpedo Attacks Against Brazil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A RELAÇÃO DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS E A ALEMANHA.....	15
1.1 A orientação da diplomacia brasileira.....	15
1.2 As demandas do governo Vargas.....	17
1.2.1 O re-aparelhamento das Forças Armadas.....	18
1.2.2 O desenvolvimento industrial do Brasil.....	20
1.3 Brasil e Alemanha: relações comerciais.....	21
1.4 Relações com os Estados Unidos.....	25
1.4.1 O comércio Brasil-Estados Unidos.....	26
1.4.2 As limitações quanto à aquisição de material bélico estadunidense.....	27
1.5 A atuação da diplomacia brasileira na década de 1930.....	28
2. O ALINHAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS.....	30
2.1 O Estado Novo e o choque de interesses com a Alemanha.....	31
2.2 O rompimento diplomático com a Alemanha.....	34
2.3 A aproximação com os Estados Unidos.....	35
2.3.1 O Brasil como mediador regional.....	37
2.3.2 O fortalecimento do pan-americanismo e a aproximação norte- americana.....	39
2.4 A preocupação com a defesa do hemisfério ocidental.....	40
2.5 Dificuldades para uma aproximação real entre o Brasil e os Estados Unidos.....	44

3. O ESTADO DE BELIGERÂNCIA NÃO DECLARADO.....	46
3.1 A guerra na Europa e a reação das repúblicas Americanas.....	46
3.2 Os acordos de defesa e a cooperação militar com os Estados Unidos....	50
3.2.1 Construindo o trampolim para a vitória: O Programa de Desenvolvimento de Aeroportos.....	53
3.2.2 A presença militar norte-americana no Brasil.....	55
3.2.3 O envio de matérias primas estratégicas para os EUA.....	57
3.3 O ataque japonês contra Pearl Harbour e a solidariedade continental....	58
4. OS ATAQUES CONTRA A MARINHA MERCANTE E A FORMALIZAÇÃO DA BELIGERÂNCIA.....	60
4.1 A III Conferência de Consulta e o rompimento com o Eixo.....	60
4.2 Os preparativos brasileiros para a guerra.....	63
4.2.1 As FFAA brasileiras sob comando do Vice-Almirante Jonas Ingram.....	65
4.2.2 Preparando a sociedade civil para a guerra.....	66
4.3 A campanha submarina do Eixo e os ataques contra a Marinha Mercante brasileira.....	71
4.3.1 Relação de ataques à Marinha Mercante entre fevereiro e julho de 1942.....	79
4.4 Os ataques de agosto de 1942 e a reação popular.....	81
4.5 O reconhecimento do estado de beligerância e a declaração de guerra contra o Eixo.....	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS.....	91

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho consiste em abordar o processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tarefa que foi realizada através do estudo de aspectos da política externa brasileira, permitindo assim delinear como esta se orientou em relação aos Estados Unidos e a Alemanha nazista. O objetivo inicial desta abordagem, a qual considerou condicionantes tanto externas quanto internas, foi o de comprovar a existência de um estado de beligerância entre o Brasil e a Alemanha, entre fevereiro e agosto de 1942, momento em que dezenas de navios mercantes brasileiros foram sumariamente torpedeados por submarinos do Eixo¹.

Ao analisar a atitude do governo brasileiro frente aos ataques sofridos pela Marinha Mercante porém, ficou evidente a necessidade de se compreender qual era a orientação do Itamaraty durante este período, o fez com que o recorte cronológico fosse ampliado, bem como o objeto de estudo passou a ser a política externa brasileira e as condicionantes, tanto internas quanto externas, que a influenciaram. Desta maneira, foi necessário analisar as relações políticas e econômicas que o Brasil manteve com os Estados Unidos e a Alemanha a partir de 1934, além é claro, das demandas que o governo brasileiro tinha naquele momento.

Como resultado desta mudança tanto na abordagem (fatores econômicos e políticos) quanto no objeto de estudo (a política externa do governo Vargas frente ao panorama da segunda metade dos anos trinta), foi possível definir a relação que o Brasil manteve com as demais repúblicas americanas e as nações Européias; a maneira como se processou a aproximação com os Estados Unidos; como o Brasil fez uso de sua neutralidade para favorecer o esforço de guerra das nações Aliadas² e, por fim, abordar a reação brasileira frente à agressão sofrida durante o primeiro semestre de 1942, e as circunstâncias que levaram à declaração formal de guerra contra a Alemanha nazista e a Itália fascista em 31 de agosto de 1942.

¹ Esta foi a designação empregada para nomear a aliança formada pelas nações fascistas durante a Segunda Guerra Mundial. Além das três grandes potências fascistas, a Alemanha, a Itália e o Japão, outras nações, embora pouco lembradas, também lutaram sob esta aliança.

² Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) as nações que combateram o Eixo foram chamadas de Aliados, compreendendo uma grande aliança sob comando dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, URSS e ainda contando com inúmeros outros países, tais como toda a comunidade britânica, nações latino-americanas, França, China, Grécia, Países Baixos, e ainda, grupos de resistência nos países ocupados.

O primeiro passo neste trabalho foi identificar como a diplomacia brasileira via sua aproximação com os Estados Unidos onde, concluindo que mesmo mantendo intensas relações comerciais com a Alemanha entre 1935 e 1939, o governo Vargas não se absteve de defender o discurso da administração Roosevelt para o continente americano. Esta dupla política externa se justificou em razão da necessidade de buscar na Europa novos mercados, e o apoio necessário para dar início à industrialização do país, enquanto o apoio político aos norte-americanos representaria a necessária garantia de assistência para fazer frente às pretensões hegemônicas da Argentina. Assim, a diplomacia brasileira manobrou habilmente entre o apoio político a Washington e a manutenção de importantes acordos de comércio bi-lateral com Berlim. Estes compromissos foram mantidos com o único propósito de atender às demandas nacionais, e foram realizados sempre de maneira informal, sem que fossem assumidos acordos que prendessem o Brasil a este ou àquele país.

A aproximação com os norte-americanos, ato que resultou no envolvimento do Brasil na guerra, teve início com a implantação do Estado Novo. Embora este regime guardasse muitas semelhanças com o nazismo alemão e, principalmente o fascismo italiano, foi devido ao seu forte sentimento nacionalista e a remoção dos integralistas da cena política nacional que teve início uma série de desentendimentos diplomáticos, que resultaram no esfriamento das relações do Brasil com a Europa continental. Este distanciamento, representado pelo fechamento das embaixadas no Rio de Janeiro e Berlim, entre outubro de 1938 e setembro de 1939, associado à desconfiança de que o *putsch* integralista tivesse contado com apoio da Alemanha, e os temores suscitados após a *Crise de Munique*, abriram espaço para o início da cooperação entre o Itamaraty e o Departamento de Estado norte-americano. Esta cooperação, que a princípio se resumiu a compromissos vagos e de pouco alcance, logo foi convertida em uma ampla cooperação política, econômica e militar, que já a partir de fins de 1940 não deixaram dúvidas quanto ao envolvimento voluntário do Brasil no esforço de guerra anglo-americano.

Este envolvimento voluntário do Brasil no esforço de guerra aliado, o qual evidenciou-se já em maio de 1941, foi caracterizado por ações informais, ou seja, cautelosamente, a diplomacia brasileira manobrou buscando manter ampla margem de liberdade, evitando assim comprometer irreversivelmente o país na luta contra a Alemanha nazista antes que sua própria segurança estivesse assegurada. Este

apoio, representado pela atuação do Brasil nas reuniões pan-americanas e ações concretas, tais como a gradual permissão para a construção de bases aéreas e o ingresso de militares norte-americanos no país, tinha por objetivo maior buscar prover ao Brasil os meios que se julgava serem essenciais para proteger a nação das ameaças então existentes e consideradas imediatas pelo governo Vargas.

O ponto máximo deste processo de envolvimento do Brasil na Segunda Guerra mundial foi o rompimento de relações com o Eixo, momento a partir do qual o governo estava ciente de que não havia mais volta e a formalização do estado de beligerância seria apenas uma questão de tempo. Porém, habilmente o Brasil fez uso do discurso de ser uma nação neutra para encobrir sua participação na guerra, provendo recursos essenciais ao esforço estadunidense. Ou seja, frente aos ataques contra sua frota mercante, que desde meados de 1941 transportava importantes recursos aos norte-americanos, o Brasil não hesitou em adotar medidas que visaram dar combate aos submarinos nazistas, adotando uma prática que ia contra seu discurso de neutralidade.

Para comprovar a hipótese aqui defendida, a de que o envolvimento do Brasil na guerra foi uma atitude voluntária e consciente, conduzida de maneira cautelosa e com o intuito de prover ao país as ferramentas de que necessitava para assegurar sua segurança economia, política e militar, foram imprescindíveis o uso de algumas obras bibliográficas, as quais serviram de amparo teórico para formular a hipótese aqui apresentada.

Com o intuito de melhor compreender quais foram as condicionantes da política externa brasileira durante a década de 1930 e os primeiros anos da década seguinte, foram consultados os livros de Vagner Camilo Alves (*O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado*) e Ricardo Seitenfus (*O Brasil vai á Guerra*). Embora estas obras estejam voltadas ao estudo das relações internacionais brasileiras, suas análises partem de posições opostas, buscando explicar o que orientou a diplomacia brasileira em direção aos Estados Unidos. A interpretação de Vagner Camilo Alves parte da premissa de que fatores externos foram determinantes para restringir as opções de escolha da política brasileira, resultado de um panorama internacional imerso em uma situação de “guerra total”³.

³ Para melhor compreender este conceito, consultar o capítulo 1 de *Era dos Extremos*, onde HOBBSBAWN caracteriza as guerras mundiais do século XX como sendo eventos que envolveram toda a sociedade e, direta ou indiretamente, todas as nações do globo.

Segundo sua análise, o envolvimento do Brasil na guerra, ao lado dos norte-americanos foi uma situação da qual o país não poderia fugir, uma vez que se encontrava sob sua esfera de influência. Porém, diante da incapacidade destes em impor um alinhamento do Brasil à força, o governo brasileiro pôde definir sob quais condições hipotecaria seu auxílio aos Estados Unidos, evitando assim um confronto com este, caminhando pacificamente em direção à única escolha que lhe restaria, enquanto colheria importantes benefícios.

Na tese de Ricardo Seitenfus, que partiu da condição da política interna nacional para interpretar o processo de envolvimento do Brasil na guerra, o advento do Estado Novo representou um ponto de definição nas relações externas do país. Ao adotar uma postura inflexível em relação à atividade do Partido Nazista e dar início a um processo de assimilação da população de imigrantes alemães, a ditadura de Vargas entrou em rota de colisão com os interesses do *III Reich*, passando então a ver na aproximação com os norte-americanos a maneira de se proteger das ameaças representadas pelo avanço do nazismo e a rivalidade com a Argentina. Assim sendo, as interpretações de Seitenfus e Alves, amparadas no estudo de vasta documentação política e diplomática existente no Brasil, Estados Unidos e Alemanha, se complementam, permitindo visualizar todas as forças que concorreram para impor as condicionantes em que o Itamaraty teve de atuar em fins dos anos trinta.

Buscando melhor compreender as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, com especial atenção aos acordos voltados à cooperação militar e à defesa do hemisfério contra uma agressão nazista, apesar de as obras acima citadas também o mencionarem, o livro de Frank D. McCann (*Aliança Brasil-Estados Unidos – 1937/1945*) se revelou essencial. Igualmente amparado em vasta documentação produzida pelos dois governos, ficou evidente que o Brasil, em muitos casos, assumiu a iniciativa em aproximar-se dos Estados Unidos, algo que foi buscado com maior ênfase a partir de fins de 1938, culminando com os acordos firmados no segundo semestre de 1940 e o início de um apoio efetivo ao esforço de guerra norte-americano no ano seguinte.

Outras obras e artigos também foram consultados para compor este trabalho, sendo empregados pontualmente, para reforçar alguma hipótese ou mesmo, prover algum esclarecimento necessário. Cabe destacar o livro de Roberto Sander (*O Brasil na Mira de Hitler. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*)

que narra, com base em fontes diversas (inquéritos navais, matérias divulgadas na imprensa da época e fontes bibliográficas) os ataques sofridos pela Marinha Mercante brasileira. Para compreender os motivos que levaram o Brasil a procurar uma aliança informal com os norte-americanos, foi essencial consultar o livro *A Política Externa Brasileira. 1822-1985*, de Armando Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno. Já as obras de Erick Hobsbawn, Paulo G. Fagundes Vizentini e Ruth Hening se revelaram imprescindíveis para compreender o contexto mundial existente no período aqui estudado. Algumas fontes disponíveis na Internet também foram consultadas para obter informações complementares, destacando-se o site *U-Boat.net*, que possui vasta informação sobre os submarinos alemães que combateram na Segunda Guerra Mundial; incluindo-se aí, listagem de navios atacados e dados sobre os submarinos produzidos. Também destaco o artigo de Ivo Gastaldoni, ex-combatente da aviação de patrulha da FAB, texto o qual não deixou dúvidas de que antes mesmo de o Brasil declarar guerra ao Eixo, aviões brasileiros já decolavam com ordem de missão específica: localizar e destruir submarinos inimigos.

Em complemento à pesquisa bibliográfica, também foram consultados exemplares do jornal *Correio Paulistano*, abrangendo as publicações veiculadas entre janeiro e agosto de 1942. Buscando analisar como as notícias dos torpedeamentos foram divulgadas pela imprensa e a reação popular, logo foi possível observar como a opinião pública foi sendo preparada para o momento em que se fizesse necessário reconhecer e formalizar o envolvimento do Brasil na guerra.

Assim sendo, ao final desta monografia, concluo que o envolvimento do Brasil no maior conflito bélico do século XX foi resultado de um processo, através do qual o governo brasileiro habilmente manobrou, de maneira consciente e ativa, buscando assegurar os interesses nacionais. O reconhecimento formal de que o Brasil estava lutando contra a Alemanha somente veio em razão da revolta popular frente aos ataques, uma vez que o governo desejava postergar ao máximo uma declaração de guerra, aguardando o momento em que tal declaração não colocaria em risco a segurança nacional.

1 A RELAÇÃO DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS E A ALEMANHA

Para melhor compreendermos a maneira como o Brasil se envolveu na Segunda Guerra Mundial, é essencial conhecermos como foi orientada a política externa do governo de Getúlio Vargas em relação aos Estados Unidos e a Alemanha durante a segunda metade da década de 1930. Especial atenção deve ser dada às relações comerciais e políticas, que se constituíram em elemento chave para orientar a diplomacia brasileira durante este período.

No campo econômico, a cooperação com a Alemanha nazista surgiu como elemento indispensável ao cumprimento de importantes metas nacionais, embora não tenha sido possível realizá-las antes da eclosão do conflito em 1939. Porém, no campo político, o interesse brasileiro em ter nos Estados Unidos um importante aliado para reafirmar sua hegemonia no continente sul-americano se destacou nos discursos e, principalmente, na campanha pelo fortalecimento da união pan-americana.

1.1 A orientação da diplomacia brasileira

Durante o período em que o Barão do Rio Branco⁴ esteve à frente da chancelaria brasileira, entre 1902 e 1912, a política externa esteve voltada a uma maior aproximação com os Estados Unidos. Desprovida de qualquer formalidade, a relação entre os dois países deveria “dar-se sem prejuízo da liberdade de atuação da diplomacia brasileira, uma relação entre iguais” (CERVO e BUENO, 1986, p.60).

Na visão do chanceler brasileiro, a aproximação com os Estados Unidos se justificava em razão do discurso pan-americanista e da inegável capacidade de liderança daquela nação em relação ao continente, o que permitiria ao Brasil consolidar sua hegemonia na América do Sul.

⁴ José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. 1845 – 1912. Iniciou sua carreira política como promotor e deputado ainda no Império. Durante a República esteve à frente do Itamaraty.

O fato de os Estados Unidos contarem com um razoável nível de industrialização e terem assumido uma posição de defesa das nações latino-americanas, teoricamente expressa pela Doutrina Monroe, destacavam a liderança norte-americana e sua capacidade de interceder junto às nações européias. Assim sendo, esta aproximação com Washington resultava em uma opção ao alinhamento automático do Brasil em relação à Grã-Bretanha. Porém, se em janeiro de 1905 a representação brasileira em Washington foi elevada à condição de Embaixada, a política externa republicana passou a ser realizada por meio de acordos informais com os norte-americanos, evitando assim a assinatura de tratados que viessem a restringir a liberdade do Itamaraty quanto á condução da política externa brasileira. A partir de então, segundo Cervo e Bueno a diplomacia republicana teve por tradição manter relações amistosas com os norte-americanos, sem no entanto, comprometer sua liberdade de atuação por meio de acordos formais ou alianças declaradas (CERVO e BUENO, 1986, p.60).

Outra característica relevante da política externa brasileira durante as primeiras décadas do século XX foi a busca pela valorização do país no exterior, destacando-o em relação às nações de colonização hispânica. Esta atitude tinha por objetivo reforçar o prestígio do Brasil junto à Europa e consolidar sua liderança na América do Sul, dividindo assim com os Estados Unidos a supremacia no continente.

Porém, se houve uma ênfase na aproximação com os interesses de Washington, ainda que de maneira informal, ao nível de uma relação de amizade entre iguais, o Brasil manteve boas relações com as nações Européias, “principalmente com aqueles países que além de relações de troca forneciam imigrantes e capitais” (CERVO e BUENO, 1986, p.65-66).

Com a morte de Rio Branco, apesar da tentativa de dar seqüência á sua política externa, cada vez mais as relações com os Estados Unidos assumiram um caráter de alinhamento automático. Durante e após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi observado o declínio do comércio do Brasil com a Europa, sobretudo com os britânicos, havendo um aumento gradativo nas trocas comerciais com os norte-americanos. Desta maneira, o Brasil, no plano político, continuava a prestar total apoio as decisões dos Estados Unidos em relação ao continente, enquanto também via ocorrer uma maior aproximação na área comercial.

Outro fator determinante para orientar a política externa brasileira, em especial durante o período em que Getulio Vargas esteve a frente do governo, foram

os interesses comerciais. Satisfeito em termos territoriais e, tendo já consolidado a delimitação de suas fronteiras, “a sua principal preocupação na esfera das relações internacionais consistia em assegurar e ampliar mercados para a exportação de produtos primários” (CERVO e BUENO, 1986, p.70-71).

Sendo o Brasil um país que tinha sua economia calçada em atividades essencialmente agrárias, com o café sendo sua principal fonte de captação de divisas no exterior, viu sua condição tornar-se crítica após a crise de 1929 que levou à queda dos preços do café e a redução nas exportações. Sem uma industrialização que suprisse às necessidades da nação, e incapaz de continuar importando bens industrializados da Europa em razão da ausência de recursos para tal, a diplomacia do Brasil durante a década seguinte teve como principal objetivo incentivar e assegurar a continuidade do comércio exterior, fomentando as exportações de café e outros produtos.

Durante os anos em que o segundo conflito mundial começou a tomar forma, a partir de meados da década de 1930, a orientação da política externa brasileira levou a uma maior aproximação comercial com a Alemanha, enquanto no plano político, sobretudo a nível regional (continente Americano) ainda persistiu o alinhamento automático com os Estados Unidos. Ou seja, enquanto o Brasil via na Alemanha um importante parceiro comercial, o Itamaraty assumiu a postura de mediador entre os norte-americanos e as demais nações do continente, tal como ficou evidenciado nas conferências interamericanas realizadas nesse período.

1.2 As demandas do Governo Vargas

A crise de 1929 deixou visível a fragilidade da economia brasileira, então extremamente dependente do comércio exterior para obter produtos industrializados, tendo como moeda de troca apenas gêneros agrícolas. Durante o primeiro conflito mundial, em razão da necessidade de se substituir certos gêneros industrializados, o Brasil presenciou um pequeno desenvolvimento, com destaque para as áreas têxtil, farmacêutica, de cimento e papel. Porém, isso era pouco e se mostrava essencial implantar no Brasil um parque industrial que permitisse produzir bens de consumo e

capital mais elaborados, inclusive material bélico. Tal necessidade se mostrou imprescindível no cenário internacional da década seguinte, onde as nações industrializadas não hesitaram em fazer uso de seu poderio militar para subjugar nações agrárias. Como exemplos desta troca da diplomacia pela força das armas temos a invasão da Manchúria (1931) pelo Japão, a invasão e anexação da Etiópia (1935) pela Itália ou mesmo a guerra do Chaco, travada entre Paraguai e Bolívia entre 1932 e 1935.

Como consequência da crise de 1929 e seu impacto para a economia nacional; e ainda, o panorama das relações internacionais da década seguinte, a industrialização do Brasil surgiu como elemento chave para assegurar a segurança do país. Dotar o país de um parque industrial, mais do que assegurar maior autonomia em termos comerciais, resultaria também na independência quanto à aquisição de todo o material bélico essencial para dissuadir as pretensões da Argentina e ainda, de qualquer outra nação que desejasse impor ao Brasil seus próprios interesses.

Foi dentro desse contexto que o governo de Getúlio Vargas teve de orientar sua política externa, buscando conciliar os projetos de industrialização e ampliação do comércio exterior com o crescente antagonismo entre os interesses estadunidenses e alemães, especialmente após 1935, onde, cada vez mais o Brasil surgiu “como importante meta na política exterior, centrada momentaneamente em questões comerciais, de duas das maiores potências mundiais”, os Estados Unidos e a Alemanha Hitlerista, “que já se colocavam em rota de colisão futura” (ALVES, 2002, p.53).

1.2.1 O re-aparelhamento das Forças Armadas

A situação material das Forças Armadas (FFAA) Brasileiras, no começo da década de 1930 era precária, carecendo de um extenso programa de modernização e re-aparelhamento que contemplasse as forças terrestres, navais e aéreas.

A Marinha de Guerra do Brasil recebeu uma nova Esquadra entre 1906 e 1910, a qual consistia em diversos cruzadores, contratorpedeiros e submarinos,

além de dois poderosos encouraçados classe *Dreadnought*⁵ – o primeiro navio da classe *Dreadnought* foi lançado ao mar em 1906, impondo um novo padrão para os encouraçados, tornando obsoletos os projetos até então em serviço. Tais navios foram encomendados junto a estaleiros britânicos e permitiram retirar de serviço embarcações que já se encontravam em operação desde o século XIX. Esta nova Esquadra alinhava o que havia de mais moderno na época porém, ao final do primeiro conflito mundial, rapidamente tais navios se tornaram obsoletos.

Em relação ao Exército Brasileiro, a situação não era diferente, uma vez que grande parte do material militar disponível era de procedência alemã e francesa, tendo sido adquiridos antes da eclosão da guerra em 1914. Quanto à doutrina da arma terrestre, esta ainda seguia os ensinamentos recebidos através da Missão militar francesa em 1920, e sua última experiência de combate contra uma nação estrangeira foi na Guerra do Paraguai, estando, desde então limitado a ações internas, como a Guerra de Canudos, a Intentona Comunista e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Situação igualmente precária era a da aviação militar, então dividida em dois corpos distintos. A Aviação Militar, subordinada ao Exército, e a Aviação Naval. Em 1914 foi criada a Escola Brasileira de Aviação, instalada no Campo dos Afonsos. Porém, após um breve período de funcionamento teve suas atividades encerradas, sendo substituída em 1916 pela Escola de Aviação Naval, onde foram operados os primeiros aviões militares brasileiros. Em 1918, após o Brasil declarar guerra à Alemanha, aviadores navais e militares foram enviados à Inglaterra e Itália, onde receberam instrução de voo e realizaram missões de combate junto a unidades aéreas daquelas nações (CUNHA, 1996, História da Força Aérea Brasileira).

Após o término do primeiro conflito mundial, as duas aviações passaram a ampliar seu inventário, alinhando inúmeras aeronaves de distintos modelos. Porém, em meados dos anos trinta grande número desta frota já se encontrava obsoleta, com sérios problemas para continuar voando e, principalmente, consistiam em modelos que não representavam nenhuma real capacidade de combate, pois “o poder aéreo brasileiro em 1939 era mais empregado em atividades de correio”. Esta realidade foi evidenciada em 1941, quando as aviações militares foram unificadas sob o

⁵ Quando foi lançado ao mar, em 17 de abril de 1910, o Encouraçado *Minas Gerais* era, então, o mais poderoso navio de guerra em operação. Dispunha de uma bateria principal composta por 12 canhões de 12 polegadas.

comando da Força Aérea Brasileira⁶ (FAB). Apesar de alinhar uma força de 430 aeronaves, o Brasil “não dispunha de modernas aeronaves de combate para repelir uma invasão pelo ar” (MCCANN, 1995, p.113-114).

A partir de 1930 os militares viam na auto-suficiência industrial a possibilidade de prover às FFAA todo o material bélico de que necessitassem para assegurar a segurança nacional porém, “estavam conscientes de que este era um projeto de longo prazo, que incluía a previa instalação de um complexo siderúrgico em território nacional”. Assim, em razão dos limitados recursos de que o país dispunha, enquanto se investiria na produção de material mais leve, tais como munições, “o equipamento pesado e sofisticado para o Exército e Armada deveria ser adquirido no exterior”, sendo que, “a política comercial brasileira deveria levar em conta esta importante demanda nacional” (ALVES, 2002, p.56).

1.2.2 O desenvolvimento industrial do Brasil

Outra fragilidade do Brasil, no começo dos anos trinta era o fato de toda a economia nacional estar associada às exportações de café, resultando em uma dependência do mercado externo para atender a todas as necessidades relacionadas a importação de bens industrializados, incluindo ainda, o suprimento de fontes energéticas tais como o carvão e o petróleo.

Esta dependência em relação a Europa e aos Estados Unidos se mostrou mais grave a partir da crise de 1929, quando ficou evidente que “o Brasil não mais poderia continuar a depender inteiramente do estrangeiro para o suprimento de bens industriais”. Porém, qualquer projeto de implantar um complexo industrial no Brasil esbarrava na ausência de uma indústria de transformação, sendo por tanto, imprescindível a construção de um parque siderúrgico (SEITENFUS, 2003, p.04).

A construção de uma companhia siderúrgica se tornou o elemento chave para o governo Vargas, e alcançar esta importante meta foi uma das orientações da política externa brasileira. Considerando-se ainda, que a segurança nacional

⁶ A Força Aérea Brasileira foi criada por meio do Decreto-Lei nº 2.961 de 20 de janeiro de 1941, sendo resultado da fusão de meios e pessoal das aviações Naval e Militar.

somente seria alcançada com a capacidade de produzir localmente todo o material militar necessário às FFAAs, o que somente seria possível com o desenvolvimento de uma indústria de base, observa-se que “a política comercial brasileira deveria levar em conta esta importante demanda nacional” (ALVES, 2002, p.56).

Uma vez que a Aliança Liberal se instalou no poder, a partir de 1930, e sua preocupação política resumiu-se ao quadro interno, o Itamaraty passou a guiar-se “de um lado, pelas condições do comércio exterior brasileiro e, de outro, pela situação pan-americana do início da década de 1930”. Enquanto o Brasil passou a se beneficiar do comércio compensado com a Alemanha hitlerista, a partir de 1935, no plano político, a diplomacia brasileira assumiu uma posição ativa junto às reuniões pan-americanas, atuando principalmente como um mediador entre os interesses estadunidenses e a inflexível posição da Argentina contra qualquer fortalecimento da liderança norte-americana no continente (SEITENFUS, 2002, p.05).

1.3 Brasil e Alemanha: relações comerciais

Desde a década de 1910 os Estados Unidos vinham suplantando a Europa como parceiro comercial do Brasil, o que levou à assinatura de um tratado de comércio bilateral entre os dois países em fevereiro de 1935. Porém, “a grande depressão tornou imperativo para o Brasil expandir seus mercados”, uma vez que as divisas oriundas das trocas comerciais com os norte-americanos não eram suficientes para cobrir as necessidades de importações do país (MCCANN, 1995, p.125).

Contando então com um excedente em algodão e açúcar, o Brasil visualizou no mercado alemão a oportunidade de escoar sua produção agrícola e obter produtos industrializados. Ao mesmo tempo, tendo um segundo parceiro comercial, o Brasil evitaria estar perigosamente submetido economicamente a uma única nação.

Porém, até 1934 a Alemanha teve interesse exclusivo na compra do café brasileiro, situação que começou a ser revertida a partir do início do ano seguinte,

quando o Departamento de economia da *Wilhelmstrasse*⁷ em um “memorandum sobre o futuro das relações comerciais entre os dois países, encara sob um ângulo mais favorável a colaboração alemã para o desenvolvimento” do Brasil. Ainda segundo este documento, em troca de bens industrializados o Brasil poderia prover à Alemanha importantes matérias primas que lhe são necessárias no momento (SEITENFUS, 2003, p.17).

Teve início uma maior aproximação comercial entre o Brasil e a Alemanha, que em junho de 1936 levou a um acordo informal de comércio compensado (marcos *Askri*) entre os dois países. Segundo este sistema, todo o comércio entre os dois países passou a ser realizado com o uso de marcos bloqueados, o que obrigava o país vendedor a adquirir igual valor em produtos alemães, ou seja, não havia o uso de divisas conversíveis⁸. Para o Brasil, que não dispunha de moeda corrente, tal sistema se mostrou muito mais conveniente que a proposta estadunidense. O Brasil, gradativamente, passou a ampliar suas exportações para a Alemanha, obtendo assim produtos industrializados em troca.

Além de acordos que instituíam cotas anuais para as exportações de algodão e café à Alemanha, respectivamente 60 e 96 mil toneladas, teve início uma série de discussões entre os dois países com o objetivo de “estabelecer os parâmetros de uma cooperação econômica em grande escala”. Tais negociações contemplavam a construção de um porto e um arsenal naval no Rio de Janeiro, o desenvolvimento ferroviário, a construção de uma fábrica de armas leves e, principalmente, a instalação de um complexo siderúrgico. Porém, em razão de dificuldades quanto ao financiamento de projetos tão amplos, “as negociações germano-brasileiras estender-se-ão por vários anos”, não sendo concluídas antes do início da guerra (SEITENFUS, 2003, p.24).

Em razão das condições em que era realizado o comércio com a Alemanha, seria possível ao Brasil dar início ao re-aparelhamento de suas Forças Armadas, adquirindo da indústria alemã todo o material bélico pesado de que necessitasse uma vez que, a Alemanha estava passando por um processo de reconstrução de

⁷ Ministério das Relações Exteriores do III Reich.

⁸ Todo o comércio ocorre de maneira similar a um escambo. O valor dos produtos adquiridos no Brasil é convertido em créditos na Alemanha, os quais são usados para adquirir exclusivamente produtos daquela nação. Este sistema busca equilibrar as importações alemãs ao assegurar que cada importação corresponda, em valores, a exportações (SEITENFUS, 2003, p.18).

suas forças militares⁹. Assim, os militares brasileiros encontraram não apenas material moderno e novo mas, preços e condições inigualáveis por outros países.

Assim, em março de 1938 o governo brasileiro firmou um contrato com a fabricante *Krupp* para a aquisição de peças de artilharia somando um total de 1.080 canhões de vários calibres, a um custo unitário de 7.667 libras. Tais armas seriam enviadas desmontadas e em lotes sucessivos ao Brasil. O pagamento se daria por meio do sistema de comércio compensado e, tal acordo somente foi fechado com a Alemanha pois “era impossível comprar dentro daquele esquema, em qualquer outro lugar” (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.95).

Outro exemplo da disposição alemã em cooperar com o fornecimento de armas ao Brasil foi o acordo firmado com a fabricante aeronáutica *Focke-Wulf* que, entre 1936 e 1938 manteve uma fábrica nas instalações do Galeão. Nesta fábrica foram produzidos sob licença dois modelos de aeronaves que dotaram a Aviação Naval: o *FW.44J Stieglitz*, destinado ao treinamento dos pilotos e, o bimotor *FW.58B Weihe*, destinado a missões de patrulha marítima. Com a eclosão da guerra na Europa, em setembro de 1939 a construção de tais aeronaves foi interrompida, bem como outros dois modelos planejados não chegaram a ser produzidos¹⁰.

A relação entre os dois países não se restringiu apenas às relações comerciais, contemplando também, a partir de 1935, a cooperação no combate ao comunismo. Em novembro de 1935, enquanto o Brasil vivenciou a Intentona Comunista, surgiu o “Eixo Berlim-Tóquio com o escopo de combater o comunismo, entre outros objetivos”. Teve início estreita cooperação entre os dois governos na repressão as atividades comunistas. Após ser nomeado como o primeiro embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão recebeu a tarefa de assumir a “direção da colaboração anticomunista entre os dois países, inclusive com a aproximação entre a Gestapo e a polícia política brasileira” (SEITENFUS, 2003, p.25).

⁹ Após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a Alemanha fora impedida de manter forças armadas porém, durante a República de Weimar foi organizada uma pequena força militar, a *Reichswehr*. Em março de 1935 é criada a *Luftwaffe* e instituído o serviço militar obrigatório que resulta na criação da *Wehrmacht*, com um total de meio milhão de soldados. Apesar de tal rearmamento ser condenado pelas potências européias, em junho Inglaterra e Alemanha assinaram um tratado naval que permitiria a criação da *Kriegsmarine*, que deveria limitar-se a contar com 35% do poderio naval britânico e 45% do poderio submarino.

¹⁰ Quando da assinatura do contrato com a Alemanha, ficou definido que seriam construídos no Brasil dois modelos de aeronaves destinadas à instrução dos pilotos, um modelo de patrulha bimotor e, por fim o quadrimotor *Fw.200 Condor*, dotado de capacidade para realizar longas missões de patrulha sobre o mar. Após a criação do Ministério da Aeronáutica, todos os *Fw.44J* e *FW.58B* em serviço com a Aviação Naval foram prontamente repassados à Força Aérea Brasileira. O único exemplar de um *FW.58B* original remanescente encontra-se preservado no Museu Aeroespacial do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro.

Outro membro do governo brasileiro que teve papel preponderante na cooperação com a Alemanha foi Filinto Müller, chefe da polícia do Distrito Federal. Ele considerava necessária a manutenção de um agente da Gestapo, permanentemente, no Rio de Janeiro e, em março de 1937 enviou o chefe do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) à Berlim. A receptividade e cooperação por parte do governo alemão demonstraram o interesse destes em estreitar as relações entre os dois países. Tamanha cooperação que resultou no “estreitamento dos laços entre as polícias dos dois países levou a proposta, de início alemã e a seguir italiana, de acolher formalmente o Brasil no Eixo Berlim-Roma-Tóquio” (SEITENFUS, 2003, p.28).

A proposta de união do Brasil ao Pacto *Anti-Komintern*¹¹ foi retomada pelo Eixo após a instauração do Estado Novo, em 1937. A Itália, que havia aderido ao pacto no dia 6 de novembro, convidou o Brasil no dia 11. Tal convite foi reforçado pela Alemanha no dia 19 do mesmo mês. Mas o Brasil manteve sua posição de não participar no acordo de maneira formal, embora continuou a cooperar na luta contra o comunismo, mantendo-a restrita ao interior de suas fronteiras. Tal postura se justificou em razão do desejo por parte do Brasil em não deteriorar ainda mais suas relações diplomáticas com os governos norte-americano e britânico (SEITENFUS, 2003, p. 94-96).

Até novembro de 1937 as relações comerciais e de cooperação na luta contra o comunismo, entre o Brasil e a Alemanha seguiram sem maiores percalços porém, a partir de então teve início o afastamento entre os dois países. Divergências quanto à definição da nacionalidade de imigrantes alemães residentes no Brasil e a insistência da manutenção das atividades do Partido Nacional-Socialista Alemão do Trabalho (NSDAP, ou Partido Nazista) no Brasil foram determinantes para desestabilizar as relações Brasil-Alemanha.

¹¹ O Pacto anti-komintern foi firmado em 25 de novembro de 1935 entre a Alemanha Nazista e o Japão, consistindo em uma oposição formal a Internacional Comunista e, em particular à União Soviética. Segundo este acordo, nenhum dos dois países firmariam nenhum tipo de acordo com os soviéticos, e atuariam em conjunto para protegerem seus interesses da ameaça comunista. A Alemanha ainda reconheceu o Estado-Fantoches da Manchúria, controlado pelo Japão sob o nome de Manchukuo. Em 1937 a Itália ingressou no pacto, sendo seguida, em 1939 pela Espanha, Hungria e Manchukuo. Apesar de japoneses e alemães terem firmado acordos de não-agressão com a União Soviética, em novembro de 1941 o pacto foi renovado.

1.4 Relações com os Estados Unidos

Se ao longo da década de trinta o comércio exterior brasileiro levou a uma maior aproximação com a Alemanha na área econômica, no campo político ainda persistiu o interesse em ter nos Estados Unidos um importante aliado, a fim de consolidar uma posição hegemônica do Brasil na América do Sul. Enquanto a diplomacia brasileira, durante os primeiros anos do governo Vargas buscou uma maior aproximação política com Washington, o mesmo não ocorreu com aquele governo. Esta atitude do governo norte-americano somente mudou após 1940, quando o desenvolvimento da aviação e, principalmente, o desenrolar do conflito na Europa resultaram em sérias preocupações quanto à segurança do saliente do Nordeste brasileiro, que passou a ser considerado um ponto chave para a defesa da zona do canal do Panamá (MCCANN, 1995, p.15).

O governo brasileiro perseguiu com mais afinco o estreitamento da amizade entre os dois países, através de uma posição de apoio a política estadunidense para o Caribe, Europa e Ásia, confirmando assim a afirmação de que “a amizade norte-americana, após Rio Branco, adquiriu outro significado: o do alinhamento automático”. O Brasil passou ainda a atuar como mediador entre os interesses norte-americanos e as nações da América Hispânica, tendo papel especialmente decisivo na conciliação entre os Estados Unidos e a Argentina, como se observou nas conferências pan-americanas realizadas durante esse período (CERVO e BUENO, 1986, p.62).

A mediação brasileira se fez necessária pois os argentinos “não estavam nada satisfeitos com o desejo de Washington de liderança continental”, o que ia contra as ambições do governo Argentino, o qual tinha como objetivo assumir uma posição hegemônica e exercer sua influência sobre todo o continente americano (MCCANN, 1995, p.16-17).

O alinhamento da política externa brasileira com o continente era visível através das “declarações de apoio aos princípios pan-americanistas e de livre comércio feitas pelas autoridades brasileiras em publico” (ALVES, 2002, p.58). Tamanho empenho em manter uma maior proximidade com o governo norte-americano era visto pelo Brasil como um “instrumento para contrabalançar as alianças mutáveis dos países de língua espanhola e o sonho argentino de

reconstrução do Vice-Reinado do Prata” (MCCANN, 1995, p.16). Apoiando a política de Washington para a América, o Brasil esperava poder não apenas conter qualquer ameaça representada pelo governo argentino mas, principalmente, consolidar sua hegemonia sobre a América do Sul.

Por sua vez, os Estados Unidos reformularam sua política para a América Latina no início da década de 1930. A principal mudança foi o abandono do Corolário Roosevelt¹² em favor da Política da Boa Vizinhança do Presidente Franklin Delano Roosevelt. Segundo esta nova política para as Américas, em lugar de uma postura intervencionista, os Estados Unidos buscariam não mais interferir em assuntos internos dos países vizinhos, buscando assim o dialogo como meio de solucionar as divergências e conflitos que viessem a surgir.

1.4.1 O Comércio Brasil-Estados Unidos

Mesmo com o Brasil procurando se aproximar dos interesses de Washington na arena política, o mesmo não ocorreu na área econômica. Apesar do fato de os Estados Unidos terem substituído a Grã-Bretanha na condição de principal parceiro brasileiro durante os anos vinte, a ponto de se constatar que “a compra de produtos dos Estados Unidos pelo Brasil suplantou as importações da Grã-Bretanha”, após a crise de 1929 inúmeras dificuldades limitaram as trocas comerciais entre as duas nações (CERVO e BUENO, 1986, p.70).

Apesar de o governo norte-americano ter se voltado ao mercado latino-americano após a depressão, o fez defendendo políticas liberais de comércio. Propunham acordos comerciais em “termos de iguais oportunidades para todos no mercado latino-americano” (MCCANN, 1995, p.16) porém, ao exigirem o uso de moeda corrente nas relações de comércio bilateral não se mostraram tão atraentes ao Brasil, uma vez que estas lhe eram escassas. Outro problema era que o café,

¹² Em 1904 o presidente norte-americano Theodore Roosevelt enviou ao congresso uma nova interpretação para a Doutrina Monroe, onde reconhece o direito de os Estados Unidos intervirem militarmente nas nações do continente. Desta maneira, o governo norte-americano passaria a agir como uma espécie de policia, tendo o direito de intervir e assuntos internos dos países latino-americanos, exercendo assim a política do *Big Stick* (“grande porrete”).

principal produto de exportação brasileiro, viu seu preço cair em razão da competição de outros produtores, tais como a América Central, Colômbia e Venezuela, o que reduziu a arrecadação de importantes divisas por meio de sua venda no exterior. E como não havia demanda no mercado norte-americano para o algodão, produtos têxteis e o açúcar, se “tornou imperativo para o Brasil expandir os seus mercados” (MCCANN, 1995, p.125).

Mesmo com o Brasil caminhando para entendimentos comerciais com a Alemanha, a partir de 1934 o governo norte-americano acelerou as negociações para firmar um acordo de comércio bilateral com o governo brasileiro. Firmado em fevereiro de 1935 e, baseado nos princípios do *Hull Programm*, que visava ao “fortalecimento do liberalismo no comércio internacional” (SEITENFUS, 2003, p.20), o acordo comercial teve como princípio a concessão do “status de nação mais favorecida em suas relações comerciais” para os dois países (ALVES, 2002, p.57). Porém, sem haver espaço para o ingresso de novos produtos brasileiros, logo os Estados Unidos perderam sua condição de mais importante parceiro comercial do Brasil, o qual necessitava buscar alternativas para escoar sua produção agrícola e angariar divisas que lhe permitisse adquirir bens industrializados.

1.4.2 As limitações quanto à aquisição de material bélico estadunidense

Mesmo apoiando os Estados Unidos politicamente, além das dificuldades em inserir novos produtos naquele mercado consumidor, o Brasil também se ressentia das dificuldades quanto à aquisição de material bélico daquela nação. Porém, a impossibilidade quanto ao repasse de armas norte-americanas ao Brasil se dava em função da existência de uma legislação restritiva e á incapacidade de sua industria produzir e oferecer armas em condições competitivas e comparáveis àquelas ofertadas pela Alemanha (MCCANN, 1995, p.94-95).

Imediatamente após o termino do primeiro conflito mundial teve inicio a cooperação militar entre o Brasil e Estados Unidos porém, logo esta passou a ser mantida sem maior entusiasmo. Os acordos são renovados mas, em razão da diminuição do pessoal envolvido e das missões realizadas, acabaram por perder

importância. O fracasso do programa de construção naval de 1924, planejado pelo governo brasileiro teve papel relevante neste quadro.

Ponto importante para compreender este fracasso na cooperação militar era a importância dada à construção e aquisição de navios pela Marinha de Guerra do Brasil. Após o fracasso do programa de construção naval, os esforços se voltaram á compra de navios norte-americanos em 1931 e culminaram “com a fracassada locação, em 1937, de seis contratorpedeiros norte-americanos”. Tal fracasso se deu em função da pressão sobre o congresso estadunidense, sobretudo por parte da Argentina, que o levou a vetar o repasse dos navios ao Brasil, os quais seriam fundamentais para missões de treinamento e vigilância costeira (SEITENFUS, 2003, p.56-57).

Tamanhas dificuldades para obter armas dos Estados Unidos somente começaram a ser superadas a partir de novembro de 1939, quando foram introduzidas emendas à Lei de Neutralidade. A aprovação da lei do *Cash and Carry*¹³ foi fundamental para reverter este quadro, uma vez que “foram as encomendas francesas e inglesas que fizeram desenvolver o parque industrial” (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.134) bélico estadunidense. Mas o Brasil apenas começou a receber armas após outubro de 1941, quando “foi assinado, em Washington, o acordo de Empréstimo e Arrendamento” (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.138).

1.5 A atuação da diplomacia brasileira na década de 1930

Assim que Getulio Vargas assumiu a presidência da República em 1930, existiam dois grandes objetivos a serem alcançados pelo seu governo: a implantação de uma indústria de base, e o re-aparelhamento das forças armadas. Tais ações interligavam-se no objetivo maior de permitir ao país assegurar sua autonomia e segurança, permitindo reduzir a dependência externa de bens

¹³ Aprovada em setembro de 1939, esta lei permitiu que os Estados Unidos fornecessem material bélico a nações beligerantes (naquele momento, França e Grã-Bretanha) mediante a condição de que as armas adquiridas fossem pagas a vista e transportadas em navios destas nações.

industrializados e, também, produzir localmente o material militar necessário para proteger o Brasil em um momento de crescente antagonismo entre as nações. Desta maneira, sem “um programa de política externa, a ação do Itamaraty guiou-se, de um lado, pelas condições do comércio exterior brasileiro”, buscando assegurar o cumprimento destas importantes metas (SEITENFUS, 2003, p.05).

A aproximação comercial com a Alemanha se fez possível em razão das facilidades existentes. A existência de espaço no mercado alemão para outros produtos brasileiros, tais como o açúcar e o algodão; a disponibilidade e interesse por parte de Berlim em fornecer produtos industrializados em preços competitivos; e ainda, a adoção de um sistema de comércio que dispensava o uso de moeda corrente “preparam um terreno favorável à expansão comercial germano-brasileira” (SEITENFUS, 2003, p.16).

Porém tal relação com a Alemanha era realizada de maneira informal, sem a formalização de compromissos que pudessem vir a comprometer a posição brasileira em relação aos Estados Unidos. Enquanto o Brasil, de maneira discreta procurou manter o comércio com a Alemanha, não deixou de alinhar-se politicamente aos interesses norte-americanos, o que foi visível através do apoio público e irrestrito do governo Vargas ao pan-americanismo e ao discurso de livre comércio (ALVES, 2002, p.58).

Mas esta posição ambígua da diplomacia brasileira, que consistia em obter as maiores vantagens econômicas e comerciais possíveis junto à Alemanha, enquanto era mantida uma declarada aproximação política em direção aos Estados Unidos teve fim quando da instauração do Estado Novo, em novembro de 1937.

2 O ALINHAMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS

Embora a parceria comercial com a Alemanha nazista viesse a terminar em definitivo apenas com o desenrolar da guerra na Europa, e as dificuldades que esta impunha ao comércio do *III Reich*¹⁴ com o Brasil em razão do bloqueio naval Britânico¹⁵, durante o ano de 1938 teve início um choque de interesses entre os dois países que resultaram em um rompimento diplomático durante os meses que antecederam a eclosão da guerra na Europa. Se até então a Alemanha era vista como um parceiro comercial que poderia prover ao Brasil um mercado consumidor para seus gêneros agrícolas e assegurar a implantação de uma indústria siderúrgica, aos poucos passou a ser vista como uma ameaça à soberania brasileira.

Com o agravamento das relações entre a Alemanha, Inglaterra e França, uma nova guerra na Europa se revelou algo iminente, especialmente após a crise de Munique¹⁶ quando o expansionismo nazista se tornou visível. A anexação dos Sudetos pela Alemanha, com o consentimento de ingleses e franceses, sob a alegação de que se tratava de região habitada por cidadãos de origem germânica, trouxe preocupações ao Estado Novo em razão das divergências existentes quanto à definição da nacionalidade da comunidade de imigrantes alemães residentes no sul do país.

Devido à atitude do embaixador alemão no Brasil, Karl Ritter, que questionou abertamente a campanha nacionalista do governo brasileiro, que visou assimilar a população alemã residente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, cada vez mais o Brasil se aproximou dos Estados Unidos. Temendo uma ingerência alemã, com a conivência franco-britânica, o Brasil passou a defender a proposta norte-americana de defesa do hemisfério ocidental, que previa proteção contra qualquer ameaça externa à paz nas Repúblicas Americanas. Para Washington, esta

¹⁴ O *III Reich*, como também era chamado o período em que Adolf Hitler, iniciou-se em 1935 e findou em 1945. O *II Reich* existiu entre 1871 e 1918, enquanto o *I Reich* corresponde ao Sacro-Império Romano-Germânico.

¹⁵ O governo Britânico impôs um bloqueio ao tráfego marítimo com destino ou saindo da Alemanha. A partir de então o Brasil encontrou dificuldades em manter o comércio compensado e, principalmente, para continuar a receber o armamento adquirido junto à *Krupp*. Todo navio mercante em trânsito na área de conflito deveria obter um certificado de navegação expedido pela Grã-Bretanha, sem o qual seria prontamente apresado, tendo sua carga confiscada.

¹⁶ Em 1935 a Alemanha já havia reincorporado a região do Sarre, anexou a Áustria em março de 1938 e, passava a reivindicar a posse da região dos Sudetos. Em 29 de setembro, reuniram-se em Munique representantes da Grã-Bretanha, França, Itália e Alemanha, concordando com o desmembramento da Tchecoslováquia. Por fim, em março de 1939 as tropas alemãs avançaram e tomaram todo o país.

ameaça consistia em uma provável agressão alemã através do norte da África, que contaria com o apoio de elementos nazistas infiltrados no continente¹⁷.

Após a invasão da Polônia, em setembro de 1939, o Brasil passou a defender a posição norte-americana em favor de uma maior integração pan-americana para a defesa do hemisfério ocidental, abandonando as negociações para retomar o comércio compensado com a Alemanha, após o término da guerra, em favor de uma maior cooperação com os Estados Unidos que não seria apenas política, mas também militar e econômica.

2.1 O Estado Novo e o choque de interesses com a Alemanha

Durante o século XIX a região sul do Brasil recebeu grande fluxo de imigrantes alemães, os quais se instalaram em comunidades que não se integraram a população local, resultando na criação de varias cidades que, já no século XX tinham mais em comum com sua terra natal que com o país em que haviam se instalado. A comunidade teuto-brasileira consistia em um grupo não assimilado pelo Brasil, mantendo não apenas suas tradições culturais e uso do alemão em detrimento do português, como ainda eram vistos pela Alemanha como seus próprios cidadãos. As divergências quanto a definição da nacionalidade já vinham sendo tratadas entre os dois governos desde meados de 1936, sem que houvesse consenso.

O governo nazista aplicava uma lei de 1913, conhecida como *Reichs und Staatsangehörigkeitsgesetz*, segundo a qual a nacionalidade seria determinada pela origem daquela comunidade, e não pelo local de nascimento¹⁸, ou seja, para o governo do *III Reich*, a totalidade da colônia alemã instalada no Brasil seria formada

¹⁷ Embora a Alemanha nazista não tenha elaborado planos ou cogitado a possibilidade de invasão do continente americano, o governo dos Estados Unidos considerou a hipótese de que operando desde a costa leste africana, tropas alemãs poderiam alcançar o Nordeste brasileiro e de lá, hostilizar a navegação aliada através do Caribe e Atlântico sul, fechando assim as rotas para os oceanos Pacífico e Índico. Tal ameaça, para os norte-americanos, tornou-se ainda mais real após a queda da França em 1940 e a possibilidade de a *Kriegsmarine* estacionar forças navais no Marrocos.

¹⁸ Segundo esta lei, o fator determinante para definir a nacionalidade de uma pessoa seria sua origem (*jus sanguinis*) e não o local de nascimento (*jus solis*), resultando assim no fato de que a totalidade da colônia alemã no Brasil seria formada por cidadãos do *III Reich* segundo defendia o governo nazista (SEITENFUS, 2003, p.29).

por cidadãos alemães e por isso, não apenas teriam deveres para com sua pátria, mas também teriam seus interesses defendidos pela Alemanha (SEITENFUS, 2003, p.29).

Para o Brasil, deveria ser aplicado como fator determinante da nacionalidade o local de residência, o que faria com que a quase totalidade da população de imigrantes fosse considerada brasileira.

As preocupações do Itamaraty quanto a esta questão tiveram início após a determinação do governo alemão, em maio de 1935, que “obriga todo cidadão alemão, qualquer que seja o lugar de sua residência, a cumprir seu serviço militar na Alemanha”. Em junho do ano seguinte, a embaixada brasileira em Berlim foi instruída a solucionar o problema gerado em razão de haver cidadãos brasileiros que são considerados alemães pelas leis do *III Reich* (SEITENFUS, 2003, p.29).

Para por fim a esta questão, o Brasil propôs que o local de residência fosse determinante para definir em qual país o jovem deveria cumprir o seu serviço militar. Na prática, com a adoção da proposta brasileira não se chegaria a um consenso para determinar a nacionalidade da comunidade teuto-brasileira porém, evitar-se-ia que um grande número de jovens, filhos de imigrantes, deixassem o país. A contra proposta alemã ainda insistia que, após estes jovens cumprirem seus deveres com o Brasil, deveriam fazer o mesmo com a Alemanha, ou seja, deixar o Brasil e alistar-se na *Wehrmacht*. Sem solução, o impasse persistiu (SEITENFUS, 2003, p.29-30).

Outros dois fatores de preocupação para o governo brasileiro eram a atuação do Partido Nazista em solo brasileiro, e a influência do governo alemão nas escolas primárias mantidas junto à comunidade de imigrantes no sul do Brasil. Com a implantação do Estado Novo, estas duas questões levaram a uma crise entre os dois países, resultado da postura agressiva adotada pelo embaixador alemão, que acusava o governo Vargas de perseguição contra os cidadãos do *III Reich*.

Se até novembro de 1937 havia uma certa tolerância por parte do governo brasileiro em relação à atividade do Partido Nazista e da existência de núcleos de imigrantes não assimilados, o caráter nacionalista do Estado Novo não poderia mais permitir tal situação.

Apesar de os governos ditatoriais europeus terem saudado a implantação de um regime de caráter fascista no Brasil, logo o Estado Novo passou a adotar uma política de “fortalecimento do nacionalismo e dos valores nacionais”, o que resultou em uma crise diplomática com a Alemanha a partir do momento em que se buscou

integrar toda a nação. Para o nacionalismo do governo Vargas, a existência de uma minoria alemã era um “entrave na constituição de uma nação brasileira, e foco de possível sedição e até secessão” (ALVES, 2002, p.63-64).

Com o objetivo de coibir as ações do Partido Nazista no Brasil¹⁹, em 18 de abril de 1938, por meio do Decreto-lei nº 383, o governo proibiu que estrangeiros mantivessem qualquer tipo de atividade política, incluindo-se a realização de passeatas, desfiles e comícios; a manutenção ou organização de associações de caráter político; e a divulgação ou publicação de qualquer meio de propaganda política, e ainda o financiamento a jornais e revistas. Esta mesma proibição se estendeu também aos filhos de estrangeiros, ainda que nascidos no Brasil e, por tanto, considerados cidadãos brasileiros.

Nas ações do governo brasileiro ficou evidente a intenção de conter a ameaça representada à soberania nacional pelas atividades do NSDAP no Brasil e as intenções do *III Reich*, e outro decreto foi mais rigoroso ainda na busca deste objetivo. Por meio do Decreto-lei nº 406 de 4 de maio, o governo passou a controlar com maior rigor o ingresso de estrangeiros no Brasil, aos quais eram impostas penas rigorosas caso atentassem contra a ordem política e social com o apoio externo ou de cidadãos brasileiros (SEITENFUS, 2003, p.101).

Se as ações acima mencionadas já denotavam a intenção em restringir e coibir quaisquer atividades políticas financiadas pela Alemanha, o Decreto-lei nº 868 visava integrar a colônia alemã através da nacionalização do ensino primário e a obrigatoriedade do uso do português nas aulas. A preocupação brasileira quanto a esta questão se justificava, uma vez que havia cerca de 1.260 escolas que atendiam à comunidade alemã, e dispunham de total autonomia para elaborar seu currículo. O alemão era o idioma utilizado durante as aulas, onde também havia o costume de cantar hinos patrióticos alemães, porém, “a partir de 1933, o estandarte nazista, assim como uma grande fotografia de Hitler” eram elementos comuns em varias escolas (SEITENFUS, 2003, p.35).

¹⁹ Os primeiros núcleos de atividade nazista surgiram em 1929, com a chegada de imigrantes austríacos ao país, porém, em 1934 estes núcleos foram integrados á estrutura do NSDAP, passando a receber financiamento e apoio do governo alemão, por intermédio da embaixada. Neste mesmo ano, chegou ao Brasil, Hans Von Cossel para assumir a função de representante-chefe do NSDAP no Brasil. A partir do momento em que suas atividades foram proibidas no Brasil, Karl Ritter esforçou-se para que tal decisão fosse revogada pelo Estado Novo (SEITENFUS, 2003, p. 30-32).

2.2 O rompimento diplomático com a Alemanha

A implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, que apesar de consistir em uma ditadura que guardava muitas semelhanças com os regimes totalitaristas existentes na Europa, marcou o início do rompimento das relações até então existentes entre Brasil e Alemanha. Dotado de um forte nacionalismo, além de retomar com maior ênfase os projetos de implantar uma indústria siderúrgica e modernizar as FFAA, adotou medidas visando a assimilação da colônia alemã existente no sul do país. Confrontando interesses do *III Reich* junto aos imigrantes alemães, o governo brasileiro passou a ser constantemente pressionado para rever sua política interna, concedendo ao Partido Nazista o direito de continuar funcionando, bem como, cessar o que era considerado pelo embaixador Karl Ritter como uma campanha antialemã (SEITENFUS, 2003, p.105).

As restrições e maior atenção quanto às atividades do NSDAP, e a preocupação com a intervenção do governo alemão nas escolas já eram uma preocupação para alguns governos estaduais desde fins de 1937. As primeiras iniciativas tiveram lugar no Rio Grande do Sul, onde as escolas alemãs, mantidas em colônias de imigrantes passaram a ser fiscalizadas pelas autoridades estaduais com maior atenção, medida que logo foi adotada também, pelos Estados de Santa Catarina e Paraná. As escolas deviam se submeter a certas condições para que pudessem continuar funcionando. Ao longo do ano seguinte, o que eram atitudes limitadas aos interventores estaduais, passou a ser amparado por decretos-lei federais. Tais ações, que logo visaram o NSDAP não passaram despercebidas ao governo alemão que, através da *Wilhelmstrasse* e, principalmente, do embaixador Karl Ritter passaram a questionar abertamente a campanha nacionalista do Estado Novo, chegando em muitos casos a adotar uma linguagem nada diplomática (SEITENFUS, 2003, p.104-105).

A disposição de Vargas em integrar a comunidade teuto-brasileira e coibir as atividades do NSDAP no Brasil levou a embaixada alemã no Brasil, por meio de seu embaixador, a adotar uma postura inflexível²⁰ que causou grande mal-estar junto ao

²⁰ Ao longo do ano de 1938 o embaixador alemão destacou-se pela sua postura um tanto que agressiva junto a Vargas e ao Itamaraty, combatendo abertamente o que considerava uma agressão contra as organizações alemãs no sul do Brasil. Também houve pressões por parte da própria *Wilhelmstrasse* junto ao embaixador brasileiro, Moniz de Aragão.

Itamaraty. Isto resultou no fechamento das respectivas embaixadas em outubro de 1938, após o pedido de substituição de Karl Ritter ter sido negado pela *Wilhelmstrasse*. Não havendo outra escolha, a chancelaria brasileira proclamou o embaixador alemão *persona non grata* enquanto este se encontrava em Nuremberg, acompanhando o Congresso do Partido Nazista. Tal iniciativa ocorreu uma vez que o próprio governo alemão expressou que somente esta atitude impediria seu retorno ao Brasil. Em resposta à atitude brasileira, Berlim solicitou que o embaixador brasileiro deixasse a Alemanha (SEITENFUS, 2003, p.136-137).

Entre outubro de 1938 e setembro de 1939 as relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha foram prejudicadas pela ausência de embaixadores, embora o comércio compensado tenha prosseguido, bem como o contrato para a aquisição de peças de artilharia junto à *Krupp* seguiu sem interrupções. Porém, teve início uma aproximação cada vez maior do Brasil com os Estados Unidos.

2.3 A aproximação com os Estados Unidos

A partir de 1938, mesmo com a implantação de um regime ditatorial, o Brasil passou a aproximar-se cada vez mais dos Estados Unidos. Este alinhamento com os interesses de Washington, embora não fosse uma novidade, passou a envolver mais do que o simples apoio à política pan-americanista ou ainda, a manutenção de uma postura informal nas relações entre os dois países. Aos poucos, passaram a ser discutidos acordos visando uma maior cooperação econômica e militar, enquanto o governo Vargas passou a encampar as propostas de defesa comum da América, defendidas pelo governo norte-americano, resultando no apoio efetivo do Brasil à causa Aliada antes mesmo do envolvimento formal estadunidense na guerra.

Para Seitenfus (2003, p. 309-310) há três fatores que foram determinantes para orientar a política externa brasileira após o golpe de Vargas em 1937. A primeira delas é a crise diplomática que resultou no rompimento de relações com a Alemanha, em razão da atitude equivocada e agressiva do embaixador do *III Reich* no Brasil. A segunda, foi a nomeação de Oswaldo Aranha para a chancelaria brasileira, para quem a aproximação do Brasil com os Estados Unidos seria uma

opção natural ao país. E por fim, a eclosão da guerra na Europa e as dificuldades em levar adiante as propostas de uma maior cooperação comercial com a Alemanha, fato que impossibilitou a continuação de qualquer aproximação com aquele país.

Uma vez que as embaixadas alemã e brasileira foram fechadas, após os incidentes envolvendo o embaixador Karl Ritter e sua postura intransigente contra as ações do Estado Novo em relação ao NSDAP e a integração da comunidade teuto-brasileira, o Itamaraty se viu livre para manobrar em direção a Washington. Tendo à frente do Ministério das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, que embora tenha demonstrado boa vontade em relação à Alemanha, após outubro de 1938 passou a colaborar ativamente com o Departamento de Estado norte-americano, esta aproximação realizou-se sem maiores contratempos. Diante do avanço do nazismo na Europa e a iminência de um novo conflito, a predisposição do Itamaraty em colaborar com as propostas de união pan-americana facilitou a busca de Washington por "relações mais cerradas com o Brasil para contrabalançar a atitude equivocada da Argentina para com as potências do Eixo" (MCCANN, 1995, p.17).

Esta aproximação de interesses entre os governos do Brasil e Estados Unidos foi expressa pela preocupação comum em relação a uma agressão externa, isto é, um ataque da Alemanha Nazista contra o continente americano. Para fazer frente a esta possibilidade, que apenas cresceria em importância nos debates entre os presidentes Vargas e Roosevelt, seus representantes nas conferências pan-americanas passaram a defender a importância de uma cooperação mais estreita entre as Repúblicas americanas para a defesa contra agressões externas.

Ocupando o cargo de embaixador do Brasil em Washington, Aranha retornou após a implantação do Estado Novo, decidido a deixar o governo porém, foi convencido por Vargas a assumir o comando do Itamaraty. Foi destacado seu papel no estreitamento de relações com os norte-americanos, resultando no fim do duplo jogo da diplomacia brasileira que a partir de então passou a cooperar com o Departamento de Estado norte-americano (SEITENFUS, 2003, p.90).

Se até então a política externa brasileira estava orientada apenas a busca de melhores acordos comerciais, o que se alcançou por meio do comércio compensado com a Alemanha, a partir de 1938 o discurso de apoio aos ideais pan-americanos deixou de ser mera retórica para se transformar em ações reais visando preparar o continente para a defesa mútua contra uma agressão alemã. A determinação

brasileira em efetivar seu alinhamento político com os Estados Unidos foi expressa pelo apoio irrestrito do Brasil durante a conferência de Lima ou ainda, pela proposta do chanceler brasileiro para que na mesma reunião, fosse discutido um “pacto de segurança continental” (MCCANN, 1995, p.91).

2.3.1 O Brasil como mediador regional

Ao longo dos anos trinta a diplomacia brasileira destacou-se como importante mediadora durante as conferências pan-americanas²¹, atuando no sentido de preservar a coesão do novo mundo, conciliando as propostas estadunidenses com a constante oposição Argentina. Tal atitude de Buenos Aires era resultado do desejo em vetar um maior fortalecimento do pan-americanismo, que tendo poder coercivo sobre as repúblicas americanas, poderia conferir aos Estados Unidos um importante instrumento de dominação sobre a América latina²².

A obstrução da Argentina em relação a qualquer decisão que impusesse uma condição de obrigação quanto às decisões tomadas no âmbito das conferências pan-americanas teve início durante a conferência de Buenos Aires, realizada em 1936. Convocada pelo presidente Roosevelt, tinha o intuito de determinar quais os meios para assegurar a manutenção da paz no hemisfério ocidental. Embora Washington considerasse os riscos de um conflito envolvendo duas nações americanas ameaçar a paz na região, o que de fato motivou o governo norte-americano a convocar esta reunião extraordinária foi a conjuntura internacional, onde o uso da força militar começou a suplantar o diálogo diplomático²³.

²¹ Várias outras Conferências foram realizadas entre as nações americanas, remontando inclusive à década anterior porém, iremos nos ater apenas àqueles cujas decisões tem ligação direta ou envolveram decisões relacionadas à defesa continental. A obstrução Argentina se mostrou mais preocupante para os Estados Unidos a partir do momento em que procuraram firmar um pacto de segurança coletiva, o que se mostrou mais urgente a partir da conferência de Lima, em dezembro de 1938. Durante as três conferências de consulta realizadas entre 1939 e 1942, a posição da Argentina foi irredutivelmente contrária a qualquer apoio do continente aos Estados Unidos e à Inglaterra.

²² A Argentina era membro da Sociedade das Nações (SDN) e mantinha boas relações com a Europa, procurando assim permanecer em uma posição que não prejudicasse seus interesses comerciais e financeiros com as nações européias. Também havia simpatia em relação aos regimes fascistas dentro das FFAA e o temor de ver fortalecido o imperialismo estadunidense sobre a América Latina (CONIL PAZ, A. e FERRARI, G. Política Exterior Argentina, 1930-1962, Buenos Aires, Huemul, 1964, p.35-63, apud SEITENFUS, 2003, p.55).

²³ Como mencionado no capítulo 1.2, a década de 1930 foi marcada pelo surgimento e fortalecimento de regimes fascistas que não hesitavam em fazer uso de seu aparato militar para resolver pendências com outras nações.

Segundo a proposta defendida pelo Departamento de Estado norte-americano, se fazia imprescindível a existência de uma obrigação de consulta entre as nações americanas, a qual poderia ser convocada em caráter extraordinário, por meio de simples convocação feita por qualquer nação americana no intuito de discutir e implementar ações que assegurassem a manutenção da paz na região (SEITENFUS, 2003, p.54-55).

Porém, diante da intransigência do governo argentino em relação a esta medida, o Brasil apresentou uma nova proposta que removeu o caráter de obrigatoriedade defendida por Washington, resultando em uma convocação facultativa, isto é, as nações têm a opção (e não obrigação) em tomar parte da reunião convocada, e as decisões tomadas em face de ameaças à paz consistirão apenas em recomendações. Sem razões para prosseguir em sua recusa, a Argentina aprovou a nova proposta.

Na VIII Conferência Pan-americana, realizada em dezembro de 1938, em Lima, mais uma vez a atitude mediadora da diplomacia brasileira se mostrou imprescindível para que a oposição da Argentina pudesse ser superada. Se dois anos antes o Departamento de Estado desejava aprovar uma resolução que formalizasse um sistema de consultas entre as nações em caso de ameaça à paz, agora os objetivos eram mais visíveis: preparar o continente para uma provável guerra na Europa.

O governo norte-americano defendia a reafirmação do princípio de solidariedade continental, o que consistiria em fortalecer o princípio da segurança coletiva; prever a defesa continental contra agressões externas; a realização de reunião não protocolar e urgente em caso de ameaça; não reconhecer qualquer aquisição territorial realizada por meio da coerção ou uso de força e, também, a rejeição ao conceito de minoria étnica, lingüística ou religiosa. (SEITENFUS, 2003, p.153).

Novamente, em função da postura da diplomacia brasileira tais medidas foram aprovadas na condição de recomendações. Enquanto as ações aprovadas em Lima não deixaram dúvidas quanto à postura evidentemente contrária à expansão das nações do Eixo por parte dos Estados Unidos, ao Brasil teve grande importância o último item, que lhe permitiria contar com o apoio do continente em caso de tentativas de separar os estados onde era forte a presença de imigrantes alemães

do restante do país por meio de uma *anschluss*²⁴ (anexação) a exemplo do que ocorrera com a Áustria.

O apoio brasileiro as propostas norte-americanas, visando um pacto de segurança coletiva se deviam também à crescente certeza de que a Alemanha representava uma ameaça ao Brasil. Em fins de outubro de 1938 foram interceptados documentos que comprovariam a intenção do governo alemão em apoiar uma sublevação no Brasil, Uruguai e Argentina. Segundo este plano, o *III Reich* pretendia criar uma situação de guerra civil similar a da Espanha, justificando uma intervenção militar na região. Outra proposta era realizar um processo semelhante ao *anschluss*, assumindo o controle da região em razão da existência de população de origem alemã. Por fim, caso tais planos se mostrassem inviáveis, o objetivo seria pleitear junto aos governos da região o direito de continuar funcionando as organizações nazistas até que estas pudessem assumir o poder (MCCANN, 1995, p.98-99).

2.3.2 O fortalecimento do pan-americanismo e a aproximação norte-americana

Em razão da postura de mediador, assumida pelo Brasil na conferência de Buenos Aires e, novamente repetida em Lima, logo era visível ao governo norte-americano que o Brasil “se oferecia como um contrapeso efetivo à inamistosa influência Argentina na América Latina”, o que fazia com que o apoio brasileiro a Washington fosse elemento imprescindível para a consolidação do pan-americanismo. Assegurar que o Brasil se afastasse da influencia alemã passou a ser a principal preocupação do governo norte-americano a partir de 1938 (MCCANN, 1995, p.63).

Mesmo estando o Brasil sob um governo ditatorial, Washington buscou a aproximação a partir do momento em que o movimento integralista²⁵ fora banido da

²⁴ Quando da anexação da Áustria, em março de 1938, não houve oposição por parte das potencia europeias, enquanto os Sudetos foram concedidos após a conferencia de Munique, em setembro do mesmo ano. O governo brasileiro temia que diante da alegação de que a Alemanha estava pleiteando territórios ocupados por uma população de maioria alemã, a Sociedade das Nações e as potencia europeias não se oporiam à separação dos estados do sul do Brasil.

política nacional, e as ações de Vargas, visando conter o Partido Nazista não deixavam dúvidas de que as relações com a Alemanha estavam apenas limitadas a manutenção de um vantajoso sistema de comércio compensado.

Durante o ano de 1938, após a ruptura do Estado Novo com o Eixo, em razão da campanha nacionalista, o golpe integralista e as ações subversivas das embaixadas alemã e italiana²⁶, teve início uma lenta retomada dos diálogos entre o Brasil e os Estados Unidos. Após o desempenho do Brasil na conferência de Lima, surgiu o esboço de uma ampla cooperação econômica entre os dois países, a qual só começou a se concretizar a partir de 1940 (SEITENFUS, 2003, p.63-64).

2.4 A preocupação com a defesa do hemisfério ocidental

Como resultado da implantação do Estado Novo, o Brasil passou a distanciar-se diplomaticamente da Alemanha nazista em razão do forte caráter nacionalista que a ditadura Vargas assumiu. Com a nomeação de Oswaldo Aranha para a chancelaria, e a atitude mediadora do Brasil junto à conferência de Lima, em fins de 1938, teve início uma aproximação, lenta e gradual com os norte-americanos. Porém, antes de 1940 nada de concreto seria realizado.

Neste primeiro momento, o que levou os dois países a estreitarem suas relações foi o medo comum que Washington e o Rio de Janeiro tinham em relação ao avanço do nazismo sobre o novo mundo. Para o Brasil, a rivalidade com a Argentina e o medo de uma sublevação nazista ou mesmo secessão no sul do país levou o Brasil a buscar na amizade com os Estados Unidos os meios de que necessitaria para uma eventual defesa de seu território. A atitude de defesa da união entre as nações americanas e a adoção de medidas contra quaisquer aspirações

²⁵ Após a implantação do Estado Novo, os integralistas ficaram de fora do novo regime. Optando pelas armas, tentaram em 11 de maio de 1938 um golpe para depor Vargas porém, fracassaram.

²⁶ O governo italiano, por intermédio de sua embaixada apoiou a Ação Integralista Brasileira (AIB) porém, com a instauração do Estado Novo questionou-se sobre a possibilidade de apoiar o novo regime. Diante da recusa de Vargas em compor junto com a AIB, a Itália passou a fazer um jogo ambíguo: manteve um contato informal que não lhe comprometia com os integralistas enquanto buscou aproximar-se de Vargas. Após a tentativa de golpe integralista surgiu no governo brasileiro a suspeita de que tenha havido apoio estrangeiro ao golpe. A princípio, as suspeitas recaíram sobre a Alemanha. Karl Ritter sugeriu que a imprensa dos países alinhados com o Eixo aproveitasse o momento para pressionar Vargas (SEITENFUS, 2003, p.97-100 e p.117-124).

territoriais do *III Reich* sobre o hemisfério ocidental já haviam levado a chancelaria brasileira a propor e defender a necessidade de um pacto de segurança continental em Lima.

Quanto ao governo norte-americano, manter boas relações com o Brasil se fazia essencial uma vez que, “um Brasil hostil ou obstrucionista teria inviabilizado a revigorada política de Boa Vizinhança de Roosevelt” (MCCANN, 1995, p.68), o que se revelava, a partir de 1938, essencial para unificar o continente e permitir aos Estados Unidos fazer frente ao expansionismo alemão e nipônico. Diante do avanço da atividade alemã no Brasil e demais países da América espanhola, se fazia imprescindível adotar medidas de contenção, evitando assim que a influencia nazista sobre o Brasil o distanciasse do pan-americanismo. Afastar o Brasil do Eixo significava prestar total apoio aos planos de desenvolvimento industrial defendidos por Vargas (MCCANN, 1995, p.63).

Em resultado do apoio brasileiro às propostas norte-americanas em Lima, e dos interesses comuns entre os dois países, o presidente Roosevelt comunicou-se com Vargas e ficou decidido que os interesses comuns dos dois países deveriam ser debatidos de maneira direta, entre altos funcionários dos dois governos e por isso, Oswaldo Aranha foi convidado a seguir para os Estados Unidos a fim de dar início a entendimentos neste sentido. Conhecida como missão Aranha²⁷, em fevereiro de 1939 se realizaram negociações quanto ao estabelecimento de uma cooperação econômica e política em larga escala entre os dois países. Durante esta visita, o chanceler brasileiro também expôs ao governo norte-americano as demandas brasileiras referentes á aquisição de material bélico que permitisse modernizar suas FFAA. Em março foram firmados importantes acordos que contemplavam a liberação de créditos por parte do Eximbank e do Tesouro norte-americano²⁸ totalizando cerca de 70 milhões de dólares, bem como a promessa para o financiamento de uma usina siderúrgica e o desenvolvimento da produção de matérias primas por meio de empresas conjuntas. (SEITENFUS, 2003, p.156-159).

A visita de Aranha aos Estados Unidos demonstrou o interesse norte-

²⁷ A pedido de Vargas, o Departamento de Estado norte-americano elaborou uma lista onde propôs quais assuntos devem ser debatidos nesta visita. Assim, a Missão Aranha debateu temas relacionados a elaboração de um plano de cooperação para a defesa do Brasil; desenvolvimento do comércio brasileiro e da produção de itens como transporte, agricultura e aumento da produção de borracha, manganês e madeira; controle de trafego aéreo e programas de radio; e também aspectos financeiros tais como a dívida externa e cambio. (SEITENFUS, 2003, p. 157).

²⁸ O Tesouro norte-americano liberou 50 milhões de dólares para a formação de um fundo de reserva para a criação do Banco Central do Brasil.

americano em implementar um programa de cooperação em larga escala porém, “questões fundamentais como o lançamento da base industrial do país ou o re-equipamento militar são apenas esboçadas” (SEITENFUS, 2003, p.158-159).

Em razão da deterioração nas relações políticas na Europa e a iminência de uma nova guerra, o que se evidenciou diante do fracasso da política de apaziguamento²⁹ e principalmente com a anexação da Boemia e Moravia³⁰, temas relacionados à defesa do continente americano ganharam maior relevância entre os dois países, embora nada de concreto fosse alcançado antes de 1941. Os entendimentos não avançaram em parte devido à impossibilidade de a indústria bélica norte-americana prover ao Brasil o material militar indispensável à modernização das FFAA e de divergências quanto a quais seriam as áreas a serem defendidas. O Brasil temia desguarnecer a fronteira com a Argentina, enquanto os Estados Unidos viam no litoral do nordeste brasileiro uma zona sob ameaça imediata de um ataque inimigo.

Se os norte-americanos, durante a década de 1920 e boa parte dos anos trinta acreditaram estarem protegidos pela imensidão de dois oceanos para separá-los dos problemas europeus e de disputas na Ásia, tendo em sua esquadra a garantia para afastar qualquer tentativa de invasão, o desenvolvimento da aviação derrubou esta crença. Já em abril de 1938, o estudo de Edward Warner, especialista em transporte aeronáutico buscou alternativas para uma ligação aérea da América com a Europa. Entre as opções possíveis, a rota que ia da cidade de Natal em direção ao Gâmbia britânico ou ao Senegal Francês se revelava como a alternativa mais segura. Os cerca de 3.000 km de travessia sobre o oceano atlântico poderiam ser concluídos em cerca de oito horas de voo em condições razoavelmente seguras, contando ainda com a posição da ilha de Fernando de Noronha, distante 480 km de Natal, para prover o controle do tráfego ou apoiar aeronaves em dificuldades (WARNER, Edward P. 1938, p.474 apud ALVES, 2002, p.91-92).

A preocupação com a defesa do saliente brasileiro por parte do governo norte-americano teve início antes mesmo da invasão da Polônia, quando em janeiro

²⁹ A política de apaziguamento consistiu em evitar uma nova guerra contra a Alemanha através da concessão dos territórios contestados pelo Reich. Assim, os líderes franceses e britânicos concordaram com a anexação da Áustria e mediarão junto à Tchecoslováquia a entrega dos Sudetos em 1938.

³⁰ Em 15 de março de 1939 a Alemanha completou o “desmonte” da Tchecoslováquia ao anexar estes dois territórios. A partir de então o expansionismo alemão se revelou evidente uma vez que, diferente das anexações até então realizadas, tais territórios consistiam em regiões onde não havia uma parcela significativa de população germânica, o que fazia cair por terra o argumento de que a Alemanha apenas estava refazendo suas fronteiras. (ALVES, 2002, p.78).

de 1939 em uma reunião com a Comissão de Assuntos Militares, o presidente Roosevelt analisou o contexto do mundo diante do expansionismo nazista. Já naquele instante, era visível que os esforços para manter a paz haviam fracassado e uma aliança formada pela Alemanha, Itália e Japão representavam uma ameaça que cedo ou tarde chegariam à América. A previsão era de que a Alemanha nazista se lançasse a oeste, contra os países baixos e, uma vez derrotando ingleses e franceses, suas posses coloniais na África cairiam sob domínio do *III Reich*. O próximo passo seria invadir o Brasil desde a costa oeste africana, o que seria viabilizado pela existência de um núcleo de militantes nazistas preparados para prestarem apoio aos invasores (MCCANN, 1995, p.106).

Diante desta constatação, se no Pacífico uma série de ilhas representavam a primeira linha de defesa estadunidense, no Atlântico o ponto de maior vulnerabilidade se encontrava na costa nordeste brasileira. Contando com FFAA despreparadas e materialmente defasadas, o Brasil dificilmente conseguiria defender seu território (ver item 1.2.1 sobre a situação das forças militares brasileiras). A possibilidade de invasão do nordeste brasileiro, e seu uso para operações aéreas que visassem o tráfego marítimo no mar do Caribe ou ainda, o canal do Panamá levaram o Departamento de Guerra norte-americano a trabalhar em uma série de planos que contemplavam o envio de forças militares para proteger o litoral brasileiro³¹.

A partir de então, a aproximação entre os dois países teve como eixo principal a defesa do litoral nordeste brasileiro. De um lado, os norte-americanos defendiam o pronto envio de soldados de seu exército, enquanto o Brasil ressaltava a necessidade de receber armas para proteger o sul do país de uma provável agressão por parte da Argentina. Tal cooperação começou a tomar forma em maio de 1939 com a visita da comitiva da missão militar norte-americana ao Brasil, tendo

³¹ A partir de agosto de 1939 o Departamento da Guerra norte-americano passou a elaborar uma série de planos de contingência que contemplavam o envio de grandes efetivos de soldados para assegurar a proteção do litoral nordeste brasileiro. O primeiro plano, denominado *Rainbow* foi criado em agosto, ou seja, antes mesmo do início da guerra na Europa e consistia em prover a proteção de Natal e do arquipélago de Fernando de Noronha. Outros cinco planos foram elaborados até 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha e tropas estadunidenses puderam ser estacionadas no Brasil. (FERRAZ, 2005, p.36) Em maio de 1940, diante de suspeitas de um golpe na Argentina, que seria realizado por oficiais pró-nazistas os EUA elaboraram um plano que previu o envio de uma força de 100.000 soldados a serem estacionados em diversos pontos do litoral brasileiro. Denominado *Pot of Gold*, não foi implementado diante da recusa de Vargas, que mesmo tendo enviado armas ao Uruguai não estava disposto a aceitar que soldados norte-americanos fossem mantidos no Brasil. (MCCANN, 1995, p.167).

como chefe o General George Catlett Marshall, que em seu regresso aos Estados Unidos teve como convidado o General Góes Monteiro.

Durante esta visita ao Brasil o General Marshall explicou aos militares brasileiros a importância de se proteger o nordeste brasileiro, expondo ainda o desejo de se construir bases aéreas completas na região, as quais “seriam parte da defesa do Canal do Panamá e capacitariam os Estados Unidos a proteger o Brasil e o continente da invasão do Eixo”. A defesa terrestre e a proteção ao tráfego marítimo ao longo da costa brasileira caberiam as FFAA nacionais, sendo que a aviação e forças navais norte-americanas apenas viriam em apoio no caso de uma agressão externa. Também foi ressaltada a necessidade de se construir e manter um porto no litoral brasileiro para sediar esta força naval caso tal medida viesse a ser necessária. Porém, devido aos temores quanto à Argentina, o General Góes Monteiro ressaltou a necessidade de proteger o sul do país (MCCANN, 1995, p.116-117).

A convite do General Marshall, Góes Monteiro seguiu com este para os Estados Unidos, onde visitou várias bases militares norte-americanas. Em julho, quando regressou ao Brasil, Góes Monteiro foi autorizado por Vargas a determinar junto ao General Marshall quais as providências a serem tomadas “na hipótese de uma possível guerra que viesse a afetar os interesses vitais do continente americano” (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.52).

2.5 Dificuldades para uma aproximação real entre o Brasil e os Estados Unidos

A ausência de embaixadores e o esfriamento nas relações com a Alemanha, permitiram aos norte-americanos iniciarem uma aproximação em direção ao Brasil, propondo um amplo programa de cooperação econômica, política e militar. Porém, entre fins de 1938 e meados de 1940 nada de concreto foi alcançado. Mesmo com a retomada do diálogo diplomático com a Alemanha nazista, a partir de setembro de 1939, quando novos embaixadores foram nomeados, a guerra na Europa foi determinante para restringir as opções do Brasil e afastá-lo de Berlim. Impossibilitado de continuar obtendo os benefícios do comércio compensado com a Alemanha e, vendo o expansionismo nazista como uma ameaça à soberania

nacional, cada vez mais o Brasil se voltou aos Estados Unidos como maneira de consolidar sua posição de liderança regional e atender às demandas nacionais (indústria de base e modernização das FFAA).

A cooperação militar com Washington caminhou a passos lentos durante os primeiros anos do conflito, resultado da negativa brasileira em permitir a presença de tropas terrestres norte-americanas³² no nordeste, preferindo que a defesa do território nacional ficasse a cargo do Exército Brasileiro. Também persistiu a impossibilidade em receber armas dos Estados Unidos. Mesmo com o Brasil temendo uma sublevação de inspiração nazista no sul do país, e a ameaça representada pela Argentina, somente a partir da queda da França, em junho de 1940 é que avançaram os entendimentos com os norte-americanos para a proteção do litoral nordeste, resultando nas primeiras ações concretas.

A partir do momento em que a guerra na Europa se mostrou algo inevitável, o governo norte-americano voltou-se em direção ao Brasil, buscando com mais afinco uma cooperação militar, retomando inclusive, propostas que anos antes haviam sido oferecidas pelo Brasil. Com a eclosão da guerra, a “nova situação internacional afetará o Brasil e suas relações com os Estados Unidos” (MCCANN, 1995, p.196).

³² A recusa brasileira estava limitada apenas à presença de soldados norte-americanos, uma vez que o governo acreditava que seria possível equipar e preparar o Exército Brasileiro para a defesa do território nacional. Esta restrição não se aplicava às forças navais ou aéreas, já que o governo brasileiro reconhecia as dificuldades em equipá-las. Assim sendo, já em janeiro de 1937 Vargas propusera aos norte-americanos que se discutissem todas as formas de cooperação militar e naval, envolvendo ainda a proposta de que fosse escolhido um porto brasileiro para a construção de uma base naval estadunidense a ser usada em caso de agressão contra os EUA. Tal proposta foi recusada por Washington naquele momento. (MCCANN, 1995, p.94).

3 O ESTADO DE BELIGERÂNCIA NÃO DECLARADO

A partir de 1940, quando a *blitzkrieg*³³ se voltou para oeste e em poucas semanas conquistou a Bélgica, Holanda e França, os governos do Brasil e Estados Unidos voltaram-se com maior preocupação para a defesa do litoral brasileiro e uma possível expansão da guerra em direção ao novo mundo. Durante este período, cada vez mais o Brasil adotou uma postura de apoio aos esforços estadunidenses para preparar o continente para a guerra.

Entre setembro de 1939 e dezembro de 1941, o governo brasileiro evitou um alinhamento formal à causa aliada porém, foram debatidos e firmados importantes acordos de cooperação militar com os Estados Unidos. Mesmo tendo ocorrido o retorno do diálogo com a Alemanha nazista, envolvendo negociações quanto a retomada do comércio entre os dois países, ficou evidente que o Brasil manteve uma neutralidade favorável aos norte-americanos e ingleses.

3.1 A guerra na Europa e a reação das repúblicas Americanas

Quando o ano de 1939 começou, logo ficou visível àqueles que acompanhavam o desenrolar da política internacional que uma nova guerra estava em estágio avançado de gestação, mostrando-se inevitável sua eclosão em alguns meses ou mesmo semanas. Britânicos e franceses abandonaram a política de apaziguamento e passaram a oferecer garantias de proteção a varias nações do leste europeu, comprometendo-se com a defesa da Grécia, Romênia e Polônia³⁴ em caso de agressão nazista. Em março a Tchecoslováquia foi totalmente assimilada pela Alemanha nazista. Em abril teve fim a guerra civil espanhola porém, no dia 7 os

³³ A *blitzkrieg* ou guerra relâmpago consistiu no emprego combinado de unidades blindadas apoiadas pela aviação para avançar rapidamente sobre as linhas inimigas. Amparada no uso da mobilidade e poder de choque dos veículos blindados operando em grandes formações contra a infantaria inimiga, a *blitzkrieg* foi empregada pela primeira vez na invasão da Polônia. Quando da invasão da França, as unidades *panzer* não tiveram dificuldades em bater as forças anglo-francesas que dispersavam seus blindados em apoio à infantaria.

³⁴ O pacto de cooperação militar entre a Grã-Bretanha e a Polônia foi assinado em 25 de agosto, ou seja, poucos dias antes da invasão alemã contra aquela nação.

italianos invadiram a Albânia. Em 22 de maio foi firmado o *Pacto de Aço*³⁵ e em 23 de agosto, Alemanha e União Soviética (URSS) assinaram o pacto *Molotov-Ribbentrop* de não agressão (ALVES, 2002, p.77).

Em primeiro de setembro, as 4:34hr da manhã, teve início a guerra quando bombardeiros alemães adentraram em espaço aéreo polonês em missão de ataque, nas proximidades da ponte ferroviária sobre o rio Vístula, dando início à *blitzkrieg* nazista. No dia 3 a Inglaterra, França, Austrália, Índia e Nova Zelândia declararam guerra à Alemanha nazista. No dia 5 os Estados Unidos declararam sua neutralidade. Os soviéticos atacaram a Polônia no dia 17, conforme acordado um mês antes com a Alemanha, e Varsóvia caiu no dia 27, levando a capitulação do governo polonês.

Na América, em razão da situação européia, atendendo ao que havia sido previsto na Conferência de Lima, uma reunião extraordinária foi convocada, a qual se iniciou a 23 de setembro no Panamá. Basicamente, foram debatidos três assuntos nesta primeira reunião de chanceleres americanos realizada durante a guerra: a aplicação da neutralidade do Novo Mundo; a proteção da paz no hemisfério ocidental, e a cooperação econômica, tendo como objetivo compensar o desarranjo da economia mundial em razão da guerra na Europa (SEITENFUS, 2003, p.168).

Desta conferência resultou a Declaração Geral de Neutralidade, definindo os direitos dos países neutros e os deveres dos beligerantes. Outro documento, a Declaração do Panamá instituiu uma zona de segurança continental marítima de 300 milhas náuticas (NM)³⁶ a partir da costa. O terceiro e último documento resultante desta primeira reunião pan-americana reforçou os princípios de solidariedade continental. Também ficou definido que uma nova reunião seria convocada diante da possibilidade de mudança de soberania de territórios coloniais europeus no continente americano (SEITENFUS, 2003, p.171).

Na Europa, uma vez consolidada a vitória sobre a Polônia, as forças nazistas marcharam em direção à Dinamarca, ocupando-a a partir de abril de 1940. Na sequência, a Noruega também foi invadida e ao longo do mês são travados intensos

³⁵ Firmado entre a Alemanha e a Itália, consistiu em uma aliança militar para apoiar o expansionismo dos dois países. Previa total cooperação quanto ao fornecimento de matérias primas e também, apoio militar. Em setembro de 1940, com o ingresso do Japão, foi convertido no *Pacto Tripartite*.

³⁶ Cada milha náutica equivale a 1,8 quilometro, ou seja, a zona de segurança continental equivalia a 540 km a partir da costa. Naquele momento, o limite do mar territorial das nações era limitado a apenas 3 NM, ou seja, pouco mais de 5 km.

combates navais próximos a Narvik. Derrotando as forças anglo-francesas em terra³⁷, a *blitzkrieg* voltou-se para os países baixos.

Durante o mês de maio, Bélgica, Holanda e Luxemburgo são invadidas e capitularam, resultando na evacuação da Força Expedicionária Britânica em Dunquerque no dia 26³⁸. Com o caminho livre, as forças alemãs se lançaram contra a França e bombardearam Paris no dia 3 de junho. No dia 10 a Itália declarou guerra contra a França e a Inglaterra, esperançosa de que o conflito estava próximo de seu fim e assim pudesse ter lugar na reorganização dos territórios coloniais. Contrariando a decisão firmada com os britânicos em março, de que seus governos não negociariam em separado qualquer acordo de paz ou armistício com a Alemanha, no dia 22 o governo francês assinou um armistício com Hitler. Separada em uma área de ocupação sob administração direta da Alemanha, ao norte, e outra autônoma ao sul, a França retirou-se da guerra. Enquanto o governo francês se instalou em *Vichy* sob o comando do Marechal Petáin, a Grã-Bretanha rompeu relações com a França e no dia 10 de junho teve início a Batalha da Inglaterra.

Com a ocupação dos países baixos e da França, restando apenas a Inglaterra na luta contra a Alemanha e Itália, uma nova reunião dos chanceleres americanos foi convocada em Havana, tal como determinado um ano antes. Realizada entre 21 e 30 de julho, o objetivo imediato é assegurar que nenhuma transferência de soberania de territórios coloniais europeus para a Alemanha seja permitida no Novo Mundo (SEITENFUS, 2003, p.231). Mais do que assegurar que nenhuma das possessões coloniais das nações ocupadas pela Alemanha nazista fosse repassada ao *III Reich*, em Havana ficou definido que qualquer agressão realizada por um Estado não-americano contra a soberania, integridade territorial ou independência política das nações americanas seria considerado um ato de agressão contra todas as nações do continente americano (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.74).

Com a Grã-Bretanha sozinha, e a possibilidade de as forças nazistas terem acesso as possessões coloniais francesas na costa oeste africana, cresceu ainda mais o temor do governo norte-americano de um iminente ataque à costa nordeste

³⁷ Nos dias 10 e 13 de abril foram travadas duas batalhas navais, culminando com a eliminação da força de destróieres alemães. No dia 14 e 19, respectivamente, forças inglesas e francesas desembarcam na Noruega porém, no dia 24 as forças Aliadas foram derrotadas. O Exército norueguês prosseguiu resistindo até o dia 10 de maio, quando finalmente capitulou.

³⁸ A invasão alemã teve início no dia 10. No dia 15 o exército holandês se rendeu, enquanto a Bélgica assinou um armistício com a Alemanha no dia 27.

do Brasil³⁹. E a partir do momento em que as autoridades brasileiras constataram que esta seria uma possibilidade real, os entendimentos entre os dois países, visando o debate de propostas para cooperação econômica e militar começaram a se desenvolver com uma maior intensidade.

Para o governo norte-americano, mais do que a necessidade em apoiar os ingleses, logo ficou visível a iminente possibilidade de serem envolvidos diretamente no conflito. Em 13 de setembro de 1940 a Itália invadiu o Egito, e o Japão emitiu um ultimato à França para que esta cedesse suas bases navais na Indochina, resultando na limitação das remessas de petróleo ao Japão por parte dos Estados Unidos no dia 25⁴⁰. Dois dias depois, o Japão ingressou no *Pacto de Aço*, aliando-se à Alemanha e Itália.

Apesar de a Marinha Britânica ter obtido êxito em neutralizar as forças navais de superfície do Eixo ao longo de 1940⁴¹, no ano seguinte a ameaça de um ataque alemão contra a costa brasileira ganhou maior importância. Em janeiro de 1941 Hitler havia autorizado o envio da 5ª Divisão Motorizada para a África, em apoio às forças italianas que combatiam os ingleses. Chegando à Trípoli em fevereiro, sob comando do General Erwin Rommel, apesar de contarem com um efetivo e recursos limitados, logo o *Afrika Korps*⁴² colheu importantes vitórias contra as forças britânicas, o que tornou urgente a necessidade de proteger o litoral brasileiro.

³⁹ Os temores de uma provável invasão do nordeste brasileiro desde o território francês no norte da África se tornaram uma realidade quando em maio de 1941 a Alemanha pressionou o governo francês de *Vichy* para que a *Kriegsmarine* pudesse instalar e manter bases em Dakar, visando apoiar as operações de seus *U-Boats* no Atlântico. Enquanto Washington pressionava o governo francês para não acatar este pedido nazista, avançavam os entendimentos entre os governos do Brasil e EUA visando a proteção do saliente brasileiro (MCCANN, 1995, p.197-199).

⁴⁰ A tensão entre os EUA e o Japão apenas cresceu em razão do interesse destes em assumir o controle da Indochina. A ocupação deste território pelos japoneses em julho de 1941 levou ao rompimento de relações comerciais entre os dois países, que resultou na suspensão completa de envio de petróleo ao Japão por parte dos norte-americanos em outubro. Sem alternativas, o Japão manteve negociações diplomáticas visando evitar um confronto enquanto articulava sua ofensiva sobre o Pacífico.

⁴¹ A força de superfície da *Kriegsmarine* sofreu importantes perdas na campanha da Noruega, bem como o “Encouraçado de bolso” *Graff Spee* fora caçado e afundado por uma força britânica na costa da América do Sul (Uruguai) em dezembro de 1939. Tão logo a França havia capitulado, em julho sua esquadra foi atacada pelos ingleses em Orã e Mers-el-Kébir, antes que pudesse ser repassada ao controle nazista. Em novembro, seria a vez da esquadra Italiana estacionada em Taranto ser atacada por aviões torpedeiro do Porta-aviões *HMS Illustrious*.

⁴² *Deutsches Afrikakorps* (DAK) O Corpo Africano Alemão iniciou sua campanha em Trípoli (Líbia), avançando em direção ao Egito colhendo vitórias na Cirenaica, Gazala e Tobruk. A partir de fins de 1942, em razão do apoio material estadunidense, as forças britânicas conseguiram reverter este quadro a partir da vitória na segunda batalha de El-Alamein. Em maio de 1943 o DAK rendeu-se aos Aliados.

3.2 Os acordos de defesa e a cooperação militar com os Estados Unidos

Ao final da Conferência de Lima, teve início o diálogo entre os governos do Brasil e Estados Unidos porém, somente com o início da guerra na Europa, e seu desenrolar é que o Brasil consolidou seu apoio aos norte-americanos. Apesar do sucesso da missão de Oswaldo Aranha nos EUA, a partir de setembro de 1939 o diálogo com a Alemanha nazista foi retomado com o envio de Cyro de Freitas Valle para Berlim e a chegada de Curt Prüffer ao Rio de Janeiro. Quanto à situação política européia, a orientação do Itamaraty ao diplomata brasileiro era a de que o Brasil deveria manter-se neutro⁴³ (SEITENFUS, 2003, p.163).

No período compreendido entre a invasão da Polônia e até pouco depois da queda da França, o Brasil foi assediado tanto pelos norte-americanos quanto pela Alemanha, cada qual oferecendo suas vantagens e benefícios. Os Estados Unidos estavam impossibilitados em atender às demandas nacionais referentes à modernização das FFAA (Ver capítulo 1.4.2) e as negociações quanto à implantação de um complexo siderúrgico não avançaram desde os primeiros entendimentos em 1939. Já o governo alemão, por sua vez, fazia promessas que “mencionam apenas a potencialidade da cooperação econômica entre os dois países”, uma vez que somente com o fim das hostilidades na Europa seria possível retomar o comércio germano-brasileiro (SEITENFUS, 2003, p.230).

A partir de novembro de 1937 o governo brasileiro passou a enfatizar a necessidade de implantar um complexo siderúrgico e adquirir material bélico moderno. O início da guerra, o temor referente aos argentinos e o perigo de sublevação nazista no sul do país tornou imperativo ao Brasil atender a esta última demanda. Com o bloqueio britânico, a continuidade da remessa das armas adquiridas junto à Alemanha se tornou algo impossível⁴⁴, e diante da impossibilidade

⁴³ Para MCCANN (1995, p.121), dois meses antes do início da guerra, o chanceler brasileiro havia aconselhado Vargas a esperar um choque entre as nações totalitárias e os Estados democráticos. A exemplo do que ocorreu na primeira guerra mundial, seria impossível ao Brasil manter-se neutro e por tanto, a neutralidade seria um expediente temporário. Seria uma guerra longa, e a vitória acabaria por ser alcançada pela aliança que dominasse os mares, cabendo ao Brasil decidir qual seria sua atitude quando a neutralidade se tornar insustentável e for preciso alinhar-se com um dos blocos beligerantes.

⁴⁴ O material bélico encomendado em março de 1938 passou a ser entregue parceladamente ao Brasil. A princípio eram embarcados em portos alemães, depois, com o início da guerra, eram carregados por mercantes brasileiros em Gênova porém, quando a Itália declarou guerra, restou a opção de transferi-los por terra até Lisboa, onde eram finalmente despachados ao Brasil. Em abril de 1940 um mercante brasileiro já havia sido apresado pela *Royal Navy* porém, liberado. Mas em outubro do mesmo ano a situação se agravou após a negativa britânica em conceder autorização para o mercante *Siqueira Campos* deixar Lisboa com as armas.

de receber material estadunidense, o Brasil continuava incapaz de proteger-se e por tanto, evitou adotar qualquer atitude que pudesse comprometê-lo de maneira irreversível com a causa aliada, temendo pela segurança do país.

Esta posição se manteve até fins de 1940 em razão de o Brasil não estar preparado para defender seu próprio território e também em razão da constatação feita pelo General Góes Monteiro quando de sua visita aos EUA, no começo de 1939, quando não se convenceu da capacidade estadunidense de confrontar a Alemanha⁴⁵. Desta maneira, para Góes Monteiro, não seria possível “comprometer definitivamente seu país com acordos que mais tarde poderiam se revelar prejudiciais”, uma vez que o Brasil não estaria em condições de “antagonizar a possivelmente vitoriosa Alemanha” (MCCANN, 1995, p.120).

Porém a posição do governo brasileiro foi modificada em razão da constatação de que para a Alemanha, o comércio com o Brasil se tratava de um expediente temporário. Uma vez que fosse conquistado o espaço vital alemão, compreendendo posses na Europa e África, a Alemanha teria a sua disposição uma serie de colônias que lhe proveria todos os gêneros adquiridos no Brasil. Mas o governo brasileiro também tinha preocupações com a reorganização das áreas de influencia no pós-guerra, o que levou o embaixador brasileiro a emitir um relatório em julho, segundo o qual, considerava-se que a Alemanha teria a Europa sob sua influência direta, enquanto o Pacífico e Ásia ficariam com o Japão e as Américas para os Estados Unidos. Diante da possibilidade ainda aceita de uma vitória alemã, o que colocaria o Brasil sob a influencia estadunidense, nada mais lógico que buscar uma maior aproximação com os EUA (MCCANN, 1995, p.159-160).

A aproximação com os norte-americanos começou a se tornar realidade e se mostrou irreversível a partir de fins de 1940. Entre julho e agosto, enquanto entendimentos ainda eram mantidos com o embaixador alemão visando o auxilio para a implantação de uma usina siderúrgica no Brasil, e um amplo acordo de cooperação comercial, o governo norte-americano tomou consciência de que deveria atender as demandas brasileiras e tornar realidade as promessas feitas em 1939. Por fim, em 25 de setembro de 1940 foi firmado um acordo que previa financiamento

Saindo sem a devida liberação britânica foi prontamente apresado e somente liberado mediante a intervenção norte-americana. Após este incidente, a remessa de armas da *Krupp* ao Brasil cessou, ficando o material estocado na Europa (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.89).

⁴⁵ Em 1939, quando o Gal Góes Monteiro seguiu para os EUA a convite do Gal Marshall, o Exército Norte-americano contava com apenas 9 divisões de combate, enquanto a Alemanha alinhava cerca de 90 divisões e a Itália outras 45 divisões.

e assistência técnica para a construção de uma siderúrgica no Brasil⁴⁶, bem como outros, envolvendo o pagamento de dívidas comerciais brasileiras, a regulamentação do mercado interamericano de café e a compra de matérias primas estratégicas do Brasil.

Também foi determinante para esta mudança na atitude brasileira a constatação de que a Alemanha não conseguiria derrotar os britânicos tão rapidamente quanto se acreditava, e os relatórios da embaixada brasileira em Washington, que sinalizavam para a aprovação do programa de construção da siderúrgica solicitada pelo Brasil. Assim sendo, após Vargas convocar uma reunião com os Chefes militares e Oswaldo Aranha, realizada no dia 22 de setembro, ficou definido que “em caso de agressão, todos os recursos brasileiros deveriam ser colocados em favor dos EUA”. Logo Góes Monteiro enviou ao governo norte-americano um esboço do que o Brasil desejava⁴⁷ (MCCANN, 1995, p.170-171).

A partir de então, os entendimentos entre os dois governos ganharam maior importância, e logo passaram a englobar ações efetivas para uma iminente confrontação com a Alemanha nazista. Tais conversações envolveram a construção de bases aéreas e a crescente presença de militares estadunidenses no Brasil. Em pouco tempo o Brasil firmou acordos permitindo a construção de bases aéreas em seu território, o uso de portos nacionais pela Marinha norte-americana (USN) em patrulha do Atlântico sul e ainda, a remessa de matérias primas estratégicas para suprir o esforço de guerra estadunidense.

⁴⁶ No início de agosto de 1940 o Itamaraty foi informado das propostas de cooperação econômica apresentadas pelo governo alemão. Prontamente, segundo orientação de Oswaldo Aranha, o embaixador brasileiro em Washington informou ao governo norte-americano sobre as negociações que a Alemanha estava desenvolvendo com o Brasil, passando assim a pressionar para que os Estados Unidos apresentassem propostas efetivas e favoráveis às demandas nacionais caso não quisessem ser suplantados pelo *III Reich*. O resultado foi uma mudança drástica na atitude norte-americana em relação ao Brasil, resultando em propostas concretas de cooperação e acordos formais assinados entre os dois países (SEITENFUS, 2003, p.236-238).

⁴⁷ A lista elaborada e enviada a Washington contemplava o repasse de material bélico destinado à defesa antiaérea e costeira do Brasil, relacionando as necessidades mais urgentes do Exército brasileiro. Segundo o acordo firmado, caberia ao governo norte-americano determinar o prazo de entrega das encomendas e a forma de pagamento. Apesar de o chefe da missão militar norte-americana no Brasil afirmar que o objetivo em repassar tais armas ao Brasil fosse assegurar a defesa coletiva do continente, estava implícita a intenção do Pentágono em relacionar o fornecimento de armas às forças armadas brasileiras com sua participação efetiva nos esforços de defesa do continente americano. Em mensagem sigilosa ao Estado-Maior das FFAA brasileiras, os norte-americanos recomendavam a adoção de uma série de ações visando preparar o país para se defender de um ataque (SEITENFUS, 2003, p.246).

3.2.1 Construindo o trampolim para a vitória: o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos

As instalações aeroportuárias existentes na cidade de Natal tiveram grande importância durante a Segunda guerra mundial. Convertendo-se em ponto chave do sistema de transporte aéreo das forças aliadas, permitiu a ligação aérea desde os Estados Unidos até os teatros de operações do Norte da África, Mediterrâneo e a China. Em novembro de 1942 se revelou importante para apoiar a operação *Torch*⁴⁸, além de se mostrar imprescindível para proteger os comboios mercantes aliados dos submarinos do Eixo que operavam no Atlântico.

Mas antes que as instalações de Parnamirim fossem convertidas em uma das mais importantes bases aéreas militares da guerra, foi preciso afastar a presença de companhias aéreas italiana e alemã do Brasil e implantar um programa de construção de pistas de pouso e facilidades a navegação através da América Central e Caribe. A partir de outubro de 1940 o governo norte-americano passou a pressionar o Brasil para restringir as operações das companhias *Condor* e *Latí*⁴⁹, que operavam no país com pilotos alemães e italianos e forneciam informações e apoio as operações do Eixo. Esta preocupação era vital em razão da necessidade de manter em segredo a construção de campos de pouso no Brasil, sobretudo ao longo da costa norte e nordeste, locais onde estas empresas também mantinham campos de aviação para apoiar suas operações.

Diante da necessidade de implantar uma cadeia de bases aéreas que interligassem as nações americanas e facilitasse o transito de equipamentos e pessoal, o Departamento de Guerra norte-americano concluiu que a opção mais viável seria a de fazer uso das instalações da *Pan-American Airways* (PAA), desenvolvendo as já existentes e construindo outras. Com base na Lei de Apropriação Militar, de junho de 1940, o Departamento de Guerra negociou com a

⁴⁸ Realizada entre 8 e 11 de novembro, teve por objetivo o desembarque de forças anglo-americanas na África francesa, envolvendo três forças-tarefa que desembarcaram na costa do Marrocos e da Argélia, territórios coloniais franceses. Em resposta ao assalto aliado contra o norte da África, a Alemanha ocupou o sul da França no dia 11 dissolvendo o governo de *Vichy*. Em resposta, o governo francês ordenou que fosse destruído o remanescente de sua esquadra, estacionada em Toulon, enquanto as forças estacionadas nos territórios coloniais do norte da África não deveriam oferecer resistência mas sim se unirem às forças anglo-americanas de invasão.

⁴⁹ Para maiores detalhes sobre a erradicação das companhias aéreas italianas e alemãs no Brasil, consulta o livro de MCCANN (1995, p.175-194).

PAA a implantação do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP), o qual resultou na construção de uma rede composta de cinquenta e cinco campos de pouso que ligavam os EUA ao litoral nordeste brasileiro⁵⁰. Segundo o contrato firmado em novembro com a PAA, as instalações construídas deveriam ser disponibilizadas para uso por aeronaves militares tão logo a operação e permanência de militares norte-americanos fosse autorizada pelos respectivos países onde estas se localizassem (MCCANN, 1995, p.181-182).

As negociações junto ao governo brasileiro para permitir a implantação do ADP tiveram início em janeiro de 1941, sendo que embora somente em junho foi assinado o decreto que autorizava o programa⁵¹, logo tiveram início os trabalhos visando selecionar o local para as futuras instalações, a contratação de mão-de-obra e ainda a aquisição de materiais e equipamentos para a construção. A partir de setembro as obras foram efetivamente iniciadas, com a sua construção desenrolando-se ao longo de quase toda a guerra.

Apesar de as obras terem como fachada o desenvolvimento da aviação comercial, já em maio, sua verdadeira finalidade foi revelada quando o governo norte-americano solicitou à PAA que os locais das futuras instalações do ADP fossem empregadas para enviar aeronaves aos ingleses. Uma vez que as aeronaves já se encontravam em vôo, as autoridades brasileiras foram comunicadas da urgência em permitir o tráfego destas em direção a Natal, para então empreenderem a travessia do Atlântico até a costa oeste africana. Sem ter como recusar o governo autorizou porém, houve constrangimento pelo fato de que as aeronaves, equivocadamente, já estavam ostentando matrículas britânicas quando adentraram em espaço aéreo brasileiro e pousaram em Natal. Apesar deste incidente, em que aeronaves que pertenciam a um país beligerante (apesar de contarem com tripulações norte-americanas já portavam identificações inglesas) transitaram pelo Brasil, tais vôos continuaram ocorrendo com a autorização das

⁵⁰ Foram estabelecidas duas rotas ligando os EUA ao Brasil: uma passava pela América central, através do Panamá, Colômbia e Venezuela; e a outra seguia através das Índias Ocidentais e Guianas. Estas duas rotas tinham como destino final à cidade de Natal, nas instalações de *Parnamirim Field*, de onde tinha início a travessia do Atlântico em direção aos territórios coloniais da Grã-Bretanha na África. A estrutura implantada pelo ADP contava ainda com seis hidroviás e oito bases para dirigíveis, tendo sido imprescindível para reforçar as defesas no Panamá, apoiar a luta anti-submarino (ASW) e ainda, superar as dificuldades quanto ao envio de suprimentos para as frentes de batalha (MCCANN, 1995, p.194).

⁵¹ Questões internas ao governo Vargas, envolvendo a criação do Ministério da Aeronáutica e a presença ainda forte de germanófilos nos altos escalões exigiram manobras a fim de evitar que a aprovação do decreto autorizando a implantação do ADP ficasse a cargo de opositores a uma maior aproximação com os EUA, o que teria inviabilizado desde o começo os trabalhos no nordeste. Mesmo assim, somente seis meses após a solicitação é que o decreto-lei seria assinado por Vargas (MCCANN, 1995, p.184-186).

autoridades brasileiras, sendo que a partir de então manteriam identificações e documentação norte-americana até que chegassem à África. Considerando-se que as aeronaves que transitavam através das rotas e instalações do ADP tinham por objetivo suprir o esforço de guerra da Grã-Bretanha, seis meses antes da entrada dos EUA na guerra e quatorze meses antes da declaração de guerra brasileira, a cidade de Natal já era parte integrante do sistema de abastecimento dos Aliados na luta contra a Alemanha (MCCANN, 1995, p.191-192).

3.2.2 A presença militar norte-americana no Brasil

A partir de setembro de 1940, os governos do Brasil e Estados Unidos passaram a debater os termos da cooperação militar entre os dois países. O Brasil limitava-se apenas a aceitar material bélico estadunidense, enquanto Washington desejava firmar uma aliança efetiva para a proteção do nordeste brasileiro, envolvendo também a presença de tropas terrestres norte-americanas. Porém obteve apenas autorização para que navios da USN pudessem fazer uso dos portos brasileiros. O impasse persistiu até o final do ano seguinte, em razão da posição irredutível mantida por Vargas de que caberia ao Exército brasileiro a defesa do solo pátrio. Em janeiro foi firmado um acordo que resultou na instalação de missões militares americanas junto ao Exército e à recém criada Força Aérea, completando assim o apoio às três armas brasileiras, uma vez que desde os anos vinte já havia uma missão da Marinha norte-americana no Brasil. Em abril o Eximbank liberou um crédito de 12 milhões de dólares para a aquisição de material bélico por parte do Brasil junto às indústrias norte-americanas. (SEITENFUS, 2003, p.248-249).

Uma vez que os militares brasileiros não fizeram uso deste crédito, julgando-o muito aquém do que era necessário, a partir de junho passou a ser discutido em Washington a proposta para oferecer ao Brasil um acordo com base nos termos do *Lend-Lease*⁵². Assinado em outubro, o acordo previa o repasse de um total de 100

⁵² O *Lend-Lease Act* (Lei de Empréstimos e Arrendamento) foi o mais importante programa de fornecimento de armas para as nações aliadas. Foi aprovado pelo congresso norte-americano em 11 de março de 1941 após ser constatado que a Inglaterra não tinha mais meios de sustentar seu esforço de guerra. Segundo seus termos, o presidente podia repassar material militar para nações cuja defesa fossem vitais para a segurança dos EUA. O

milhões de dólares em armas ao Brasil, em um prazo de três anos (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.138). Com esta manobra, o Departamento de Estado pretendia obter a permissão de Vargas para o envio imediato de tropas para o nordeste porém, isto não ocorreu. Com o recebimento de material bélico dos EUA, outro expediente sugerido era o de fazer uso da necessidade de enviar técnicos e instrutores ao Brasil, para instalar um centro de treinamento, e justificar o ingresso de militares norte-americanos em Natal.

Embora o governo brasileiro ainda relutasse em aceitar a presença de militares norte-americanos no nordeste, no começo do ano já havia permitido a construção de campos de pouso que serviram para enviar suprimentos para os britânicos e desde abril, permitia que observadores navais da USN fossem mantidos em portos brasileiros, bem como havia cedido os portos de Recife e Salvador para que navios da *Task Force 23*⁵³ pudessem reabastecer e realizar reparos durante suas operações de patrulha no Atlântico sul.

Diante da possibilidade de que a Alemanha passasse a operar desde a costa senegalesa o governo norte-americano passou a temer pela segurança das instalações do ADP, aumentando as patrulhas navais na região enquanto preparava um plano de contingências, prevendo o rápido deslocamento de tropas para a região.

Também houve mudança na atitude do Brasil, que reconhecendo a importância estratégica do nordeste, fez menção quanto à possibilidade de ampliar suas forças militares na região. Mas ao manter a recusa em permitir o ingresso de soldados norte-americanos, apenas autorizou a entrada de um corpo medico do Exército norte-americano no Brasil, o qual realizou pesquisas sobre as condições sanitárias na região onde se encontravam as instalações do ADP (MCCANN, 1995, p.199).

Mesmo com a invasão da União Soviética tendo reduzido a ameaça sobre o Atlântico, em julho o Brasil assinou um acordo com os Estados Unidos, criando uma

primeiro beneficiário foi a Grã-Bretanha, seguido da URSS, em junho de 1941 após ser invadida pela Alemanha. Vários países foram beneficiados pelo *Lend-Lease*, com o Brasil ficando atrás apenas do conjunto de países da Comunidade Britânica, União Soviética, França e China. Após o rompimento com o Eixo, o Brasil assinaria outro contrato de 200 milhões, sendo que até o final da guerra o material bélico repassado as FFAA brasileiras alcançaria a soma de 332 milhões de dólares (MARTINS, Luciano. *Politique et Développement Économique: Structures de Pouvoir et Système de Decisions au Brésil (1930-64)*. Tese de Doutorado, Paris, 1973, p.420 apud ALVES, 2002, p.133).

⁵³ A *Task Force 23* consistia em uma pequena força composta por alguns Cruzadores e contratorpedeiros leves, comandada pelo Vice-Almirante Jonas Howard Ingram, que tinha uma variada gama de missões a desempenhar no Atlântico Sul. Em março de 1943 seria designada como IV Frota.

comissão militar conjunta que teria por objetivo definir como seria colocada em prática a cooperação comum para a defesa continental. Este mesmo documento condicionava a assistência técnica e material às forças armadas brasileiras ao comprometimento do país com a defesa comum do continente americano. Porém, nada de efetivo seria realizado por parte do governo brasileiro até fins de 1941.

3.2.3 O envio de matérias primas estratégicas para os EUA

A partir de 1940 o parque industrial norte-americano passou a atender as necessidades da Grã-Bretanha por material bélico, ampliando sua capacidade em produzir armas e munições. A crescente necessidade em repor as baixas de combate, cada vez maiores, exigiram um esforço de produção em massa sem precedentes, o que fazia com que assegurar o livre acesso a fontes de recursos figurasse como elemento chave para sustentar um esforço de guerra prolongado.

Tendo de um lado a previsão de que a Alemanha estaria planejando um ataque contra o nordeste brasileiro, e do outro o crescente antagonismo com o expansionismo nipônico sobre a Indochina, o governo norte-americano começou a se preocupar com o estabelecimento de acordos que lhe concederiam exclusividade nas importações de recursos estratégicos das nações latino-americanas. Assim sendo, em maio de 1941 o governo brasileiro concordava que somente os Estados Unidos estariam autorizados a comprarem determinados recursos, enquanto em Washington eram fixadas cotas anuais para a aquisição de itens como o manganês, bauxita, cromo, níquel, berílio e diamantes industriais. Embora um acordo formal somente fosse assinado pelos dois países em março de 1942, o Brasil vendeu aos EUA um montante de recursos que superava as cotas estabelecidas (SEITENFUS, 2003, p, 240).

3.3 O ataque japonês contra Pearl Harbour e a solidariedade continental

Na manhã de sete de dezembro de 1941 a base naval de Pearl Harbour, no Hawaí, sofreu um inesperado ataque aéreo desfechado pela aviação naval japonesa. Em poucas horas a esquadra norte-americana perdeu metade de sua força naval do Pacífico e contabilizava cerca de 3.500 baixas. Nos dias que se seguiram uma verdadeira avalanche varreu as posições anglo-americanas no Pacífico, Ásia e Oceania, enquanto a Alemanha e a Itália declararam guerra aos Estados Unidos no dia 11 de dezembro. A guerra finalmente havia chegado ao continente americano e se convertido em um conflito realmente mundial ao envolver nações dos cinco continentes.

Com o ataque aos Estados Unidos, era chegado o momento de colocar à prova a solidariedade continental, exaustivamente defendida e consolidada através das conferências pan-americanas. Uma nação do continente havia sido “covardemente⁵⁴” agredida e uma resposta unânime das repúblicas americanas se fazia necessária a fim de demonstrar a coesão do Novo Mundo.

Já no dia 8 de dezembro, a reação dos países americanos oscilou entre uma objetiva declaração de guerra ao Japão ou o imediato rompimento de relações diplomáticas⁵⁵. No Brasil, Vargas reuniu seu gabinete e limitou-se a declarar solidariedade aos Estados Unidos, atitude repetida pela Venezuela. O Brasil voltou a manifestar sua posição no dia 17 assumindo posição de neutralidade frente à guerra. Apesar da iniciativa dos países do continente, no dia 10 o governo norte-americano convocou a terceira Conferência de consulta, que atendendo ao que havia sido determinado em Havana, seria realizada no Rio de Janeiro, onde caberia a Oswaldo Aranha presidir a reunião.

Durante o segundo semestre de 1940 o governo norte-americano obteve sucesso em afastar a influência alemã sobre o Brasil, mas ainda enfrentou inúmeras

⁵⁴ Desde a suspensão da remessa de petróleo ao Japão, os dois governos vinham mantendo negociações para superar o impasse gerado pelo expansionismo nipônico que havia resultado na ocupação da Indochina francesa e o ataque à China. Os representantes japoneses mantiveram as negociações enquanto a esquadra imperial deslocava-se e suas forças preparavam uma grande ofensiva no Pacífico. Embora uma declaração formal de guerra devesse ter sido entregue instantes antes do ataque, isto acabou não ocorrendo. Ao entregar ao Congresso norte-americano a declaração de guerra contra o Japão, o presidente Roosevelt referiu-se ao ataque como um “ato de infâmia”.

⁵⁵ No dia 8, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Haiti e São Domingos declararam guerra ao Japão, sendo seguidos da Costa Rica no dia 9 e de Cuba no dia 10. O Peru se ofereceu para colaborar com os EUA enquanto a Colômbia e México romperam relações diplomáticas.

dificuldades para obter uma participação mais efetiva do Brasil nos esforços conjuntos para a defesa continental. Reconhecendo a incapacidade de suas forças naval e aérea em protegerem o país, o governo Vargas não tardou em permitir a construção das bases aéreas e abrir seus portos à esquadra estadunidense, porém, insistia que caberia exclusivamente ao Exército brasileiro a defesa territorial, exigindo armas para equipá-lo, priorizando também a manutenção de importantes efetivos militares no sul do país, visando dissuadir a Argentina.

Todos os expedientes usados pelo governo norte-americano para obter autorização para o envio de soldados ao Brasil antes de dezembro de 1941 fracassaram, mas com o ataque japonês a Pearl Harbour houve a primeira abertura do governo brasileiro, que autorizou o envio de soldados para proteger as instalações do ADP⁵⁶. Também ocorreram mudanças quanto ao caráter das operações aéreas norte-americanas desde as instalações do ADP, que além de servirem de escala para aeronaves em trânsito para outros teatros de operações, passaram a contar com esquadrões de combate anti-submarino (luta ASW) com a chegada de seis hidroaviões do Esquadrão de Patrulha 52 da USN (VP.52) que operaram desde Natal. A partir de janeiro e principalmente após o rompimento de relações diplomáticas com o Eixo a presença militar norte-americana foi sendo ampliada, bem como operações de combate passaram a serem lançadas desde aeroportos nacionais, enquanto navios que patrulhavam o Atlântico sul tiveram livre acesso aos portos brasileiros.

⁵⁶ Acatando o pedido para enviar soldados para protegerem as instalações do ADP contra atos de sabotagem, o Brasil permitiu o ingresso de três companhias de Fuzileiros Navais distribuídas entre Natal, Recife e Belém a partir de 23 de dezembro. Porém, embora fizessem uso de seus uniformes, portavam apenas cassetetes, uma vez que o armamento teve de ser mantido encaixotado e devidamente estocado, tal como exigido pelo Brasil (MCCANN, 1995, p.190-191).

4 OS ATAQUES CONTRA A MARINHA MERCANTE E A FORMALIZAÇÃO DA BELIGERÂNCIA

A III Conferência de Consulta aos Chanceleres das Repúblicas americanas (15 a 28 de janeiro de 1942) foi de grande importância pois serviu para consolidar a atitude que as nações do continente tomaram diante o ataque contra os Estados Unidos. Se imediatamente após o dia 7 de dezembro cada país decidiu de forma autônoma sua postura frente aos recentes acontecimentos, com base nas recomendações das duas conferências anteriores, a partir da conclusão dos trabalhos no Rio de Janeiro a orientação de rompimento com o Eixo expressava um consenso e a união do continente. Para Washington esta atitude representou o apoio de que necessitava para levar adiante seu esforço de guerra, que não mais estaria limitado a apoiar materialmente os ingleses e soviéticos mas sim, de combater diretamente alemães, italianos e japoneses.

A participação do Brasil durante esta reunião, exercendo a posição de mediador entre os interesses norte-americanos e a oposição do governo argentino, se revelou fundamental para conduzir a uma decisão unânime. Mais do que prestar solidariedade aos Estados Unidos e repudiar o expansionismo nazi-fascista, a Conferência do Rio de Janeiro foi fundamental para definir e colocar em prática os dispositivos que conduziram as nações latino-americanas a uma efetiva participação ao lado dos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

4.1 A III Conferência de Consulta e o rompimento com o Eixo

Imediatamente após o ataque japonês e a declaração de guerra vinda da Alemanha e Itália, o governo norte-americano convocou uma reunião com os chanceleres americanos. Embora em Havana já tivesse sido definido que a próxima conferência se realizaria no Rio de Janeiro, houve pedidos para que o local fosse substituído, sendo sugeridas as cidades de Santiago, o Panamá ou mesmo Washington porém, o Departamento de Estado norte-americano defendeu que o

local da reunião não fosse alterado. O empenho norte-americano em manter o Rio de Janeiro como sede da mais importante reunião de chanceleres americanos, realizada durante a guerra se justificava, uma vez que cabia ao ministro das relações exteriores do país anfitrião organizar e presidir a Conferência, isto é, ao manter a reunião no Brasil, Oswaldo Aranha teria melhores condições de fazer prevalecer uma decisão favorável ao rompimento com o Eixo. O que se revelou uma decisão correta, uma vez que sua presença também foi imprescindível para superar a oposição de Buenos Aires, que defendia a manutenção da neutralidade pelas Repúblicas Americanas. Outra medida de grande importância foi a definição de como se daria, na prática, o funcionamento do sistema de segurança continental, o qual finalmente concedeu aos EUA livre trânsito através das nações americanas (SEITENFUS, 2003, p.260).

A importância do Brasil para a decisão final da conferência evidenciou-se entre os dias 16 e 17, quando mensagens oriundas das embaixadas do Eixo demonstravam a preocupação daqueles governos com um inevitável rompimento com a América Latina. Enquanto o embaixador japonês pediu a Aranha e ao General Eurico Gaspar Dutra que as relações entre os dois países não fossem alteradas, e o embaixador italiano considerou que o rompimento de relações seria um passo em direção à guerra, o governo alemão foi mais objetivo em suas ameaças. Acusando o Brasil de já estar violando sua neutralidade, ao permitir que aeronaves destinadas aos britânicos sobrevoassem o nordeste em direção à África, o governo do *Reich* afirmou que uma ruptura entre os dois governos levaria a adoção de represálias contra o Brasil (MCCANN, 1995, p.204).

Apesar de o Brasil ter declarado sua neutralidade no dia 17 de dezembro, o rompimento com a Alemanha já era algo esperado, uma vez que durante a primeira semana de janeiro a embaixada brasileira em Berlim havia recebido ordens do Itamaraty para dar início aos preparativos para deixar aquele país. Ciente de que um rompimento com a Alemanha equivaleria a lançar o Brasil em um “estado de guerra, acarretando ocorrências que *equivalem à eclosão da guerra efetiva*” (SEITENFUS, 2003, p.267) a resposta de Aranha, no dia 21, não deixaria dúvidas da determinação brasileira em apoiar o rompimento de relações com o Eixo, indiferente a quais seriam as conseqüências posteriores:

O Brasil sempre manteve no conflito europeu uma neutralidade tida como exemplar [Aranha constata que] a agressão do Japão a um país do continente americano, seguida da declaração de guerra da Alemanha e da Itália, nos impõe rumo diferente, que o superior interesse continental indicará. [Um eventual] rompimento de relações diplomáticas e comerciais é medida de alcance restrito que não implica, de acordo com o direito das gentes, o estado de guerra. Se o governo [da Alemanha, da Itália, do Japão] entender, porém, levar tão longe a sua reação – o governo brasileiro muito o lamentará, seguro, entretanto, de que os seus atos o exoneram de tal responsabilidade. (Relatório anual do Presidente da República elaborado pelo Itamaraty, 1942, p.122-3 apud SEITENFUS, 2003, p.269).

Uma vez que Aranha não deixou dúvidas sobre a posição brasileira diante da agressão aos Estados Unidos, isto é, com o ataque japonês a guerra havia chegado à América, ainda se fazia necessário assegurar que o Brasil pudesse dispor de pleno apoio dos norte-americanos para re-aparelhar suas FFAA. Jogando sobre a Alemanha qualquer responsabilidade pelo eventual envolvimento direto do Brasil na guerra, o Itamaraty se esforçou para conduzir o resultado da reunião de chanceleres à recomendação de imediato rompimento de relações com o Eixo, o que foi alcançado com sucesso. Com exceção da Argentina e do Chile⁵⁷ que se mantiveram neutros, todas as demais repúblicas americanas alinharam-se ao esforço de guerra estadunidense.

Não havendo dúvidas no Itamaraty quanto ao alinhamento imediato com Washington, restou apenas que o presidente desse o seu aval para o imediato rompimento com o Eixo. Apesar de Vargas ter declarado à imprensa no dia 17, “que o Brasil deixara de ser neutro quando a guerra atingiu o Hemisfério Ocidental” (MCCANN, 1995, p.205) apenas manifestou-se de maneira definitiva em favor do rompimento no último dia da conferência do Rio de Janeiro.

A demora de Vargas em tomar uma decisão imediata quanto ao rompimento com a Alemanha se justificava em razão da oposição que existia dentro do Exército, sobretudo dos generais Góes Monteiro e Gaspar Dutra. Cientes das deficiências das forças militares brasileiras e da impossibilidade em fazer frente às consequências de tal atitude, procuram, no dia 24 de janeiro, dissuadir o presidente a seguir a

⁵⁷ Diferente da Argentina, que acabou se isolando em relação às demais nações do continente, o Chile adotou uma neutralidade favorável ao esforço de guerra norte-americano. Na edição do dia 17 de abril de 1942 do Jornal *Correio Paulistano*, em matéria de primeira página intitulada “A contribuição do Chile para a causa das democracias” informava que embora não tivesse rompido relações com o Eixo, o país contribuía “de forma positiva e construtiva” à causa aliada. No ano anterior havia enviado aos EUA 60 toneladas de nitratos, 500 de cobre e cerca de um milhão e 800 mil toneladas de ferro.

recomendação do Itamaraty pela imediata ruptura com o Eixo (SEITENFUS, 2003, p.276-277).

O temor dos militares residia na possibilidade de a Argentina não romper relações com o Eixo, o que poderia se converter em uma ameaça ao Brasil caso não contasse com o apoio norte-americano. Apesar de terem sido firmados acordos, como o *Lend-Lease* em outubro passado, e Washington ter se comprometido a repassar armas ao Brasil, o fato era que até então nenhuma arma estadunidense havia chegado ao país. Era essencial para as FFAA brasileiras assegurar o apoio norte-americano para fortalecer seu poderio e assim, poder fazer frente a uma provável investida contra o sul do país (MCCANN, 1995, p.206-207).

Sem ter conseguido receber todo o material bélico encomendado junto à Alemanha em 1938 e ainda, sem ter recebido mais do que promessas do governo norte-americano, Vargas se viu diante da necessidade de tomar uma decisão que poderia ameaçar a segurança do Brasil. Assim, amparando-se apenas em uma carta enviada pelo presidente Roosevelt, antes da conferência do Rio de Janeiro, o Brasil deu o “último e derradeiro passo em direção ao alinhamento definitivo com os norte-americanos”, rompendo relações com o Eixo. A partir de então, o Brasil adotou medidas que o distanciaram cada vez mais da tão alardeada neutralidade, comprometendo-o irreversivelmente com o esforço de guerra contra as nações do Eixo (ALVES, 2002, p.128-129).

4.2 Os preparativos brasileiros para a guerra

Ciente de que o rompimento de relações com as nações do Eixo resultaria, cedo ou tarde, no envolvimento direto do país na guerra, a partir de fins de janeiro o governo brasileiro passou a adotar uma série de ações que tinham por objetivo preparar o país para a guerra. No dia 22 de janeiro era decretada a pena de morte para quem fosse acusado de realizar atos de sabotagem, no começo de fevereiro foram adotadas medidas preventivas contra possíveis ataques aéreos, sendo

também criada a Base aérea de Natal⁵⁸. Em fins de fevereiro o arquipélago de Fernando de Noronha foi decretado zona estratégica para a defesa nacional e, por fim, já em março era formada a Comissão de Defesa Nacional. Porém isto não bastava e era preciso cobrar junto aos Estados Unidos o cumprimento das promessas em que Vargas havia se amparado para ir contra os conselhos de seu Ministro da Guerra e romper relações com a Alemanha.

No começo de fevereiro, o Ministro da Fazenda Artur de Souza Costa seguiu à Washington onde foi recebido pelo assessor presidencial Harry Hopkins, o qual já havia sido instruído por Roosevelt para providenciar o envio das armas solicitadas pelo Brasil. Durante as negociações, foi firmado “o mais abrangente programa de assistência econômica e militar que os Estados Unidos já colocaram em prática na América Latina”. (MCCANN, 1995, p.209-210).

Buscando atender a demanda do Brasil, durante a visita de Souza Costa (Ministro da Fazenda do Brasil) foi assinado um novo acordo segundo os termos do *Lend-Lease* envolvendo o repasse de mais U\$ 200 milhões em equipamento militar. Outros acordos foram assinados em 3 de março e compreendiam empréstimos para desenvolver a produção de matérias primas estratégicas. Uma vez que a última demanda nacional havia sido atendida satisfatoriamente pelos Estados Unidos (a venda de material bélico moderno ao Brasil) a cooperação brasileira passou a ser cada vez maior, resultando na queda de todas as restrições ainda existentes quanto ao ingresso de soldados norte-americanos no país.

Vargas autorizou o aumento nos efetivos que faziam a segurança nas instalações do ADP e, a partir de março, após a confirmação do envio das primeiras aeronaves para a FAB⁵⁹, o pessoal militar ou civil norte-americano estava autorizado a transitar pelo Brasil, seguindo ou retornando dos teatros de operações sem a necessidade de visto de entrada no país. Em resultado a esta atitude, em fins de maio foi criada a Ala do Atlântico Sul do Comando de Transporte Aéreo norte-americano. A boa vontade do governo brasileiro foi externada através da iniciativa deste em sugerir um esboço de como deveria ser a defesa conjunta do nordeste

⁵⁸ A base de Natal foi estabelecida junto às obras do ADP pelo Decreto-Lei nº 4.142. A partir de então, passaram a existir duas bases no mesmo local. Tendo como referencia o eixo da pista de pouso, a oeste ficava a base brasileira e a leste a base americana ou *Parnamirim Field*.

⁵⁹ Durante março, em visita aos EUA, Eduardo Gomes, Ministro da Aeronáutica inspecionou seis bombardeiros *B.25* e seis caças *P.40* que estavam prontos para serem enviados à Natal, de um total de 60 aeronaves prometidas à FAB. Tais aeronaves foram entregues ao Agrupamento de Aviões de Adaptação que operava na Base aérea de Natal desde fevereiro (MCCANN, 1995, p.217).

brasileiro. Os EUA não mais enfrentaram restrições quanto a permanência de suas tropas no Brasil, as quais apenas aumentaram em efetivo, enquanto proviam todo o material e treinamento de que as FFAA brasileiras necessitavam. Desta maneira, ao ver o interesse do alto comando brasileiro em proteger o nordeste, Washington “poderia concentrar-se na preparação para a grande ofensiva contra o Eixo, confiante em que o flanco brasileiro estava seguro⁶⁰” (MCCANN, 1995, 217-219).

4.2.1 As FFAA brasileiras sob comando do Vice-Almirante Jonas Ingram

Uma vez que os militares brasileiros tinham suas atenções voltadas ao sul do país, temendo um ataque desfechado pela Argentina, proteger a Marinha Mercante havia se tornado essencial após os primeiros ataques contra navios brasileiros ao largo da costa norte-americana. Em abril Vargas havia ordenado que todos os navios brasileiros permanecessem nos portos até que fossem organizados em comboios escoltados pela USN e recebesse artilharia para autoproteção. Mas foi em fins de abril que Vargas comprometeu em definitivo as FFAA brasileiras com a Batalha do Atlântico. Após reunião particular com o Vice-Almirante Ingram, este se comprometeu em prover escolta aos mercantes brasileiros, garantindo o pronto restabelecimento do envio de imprescindíveis recursos para a indústria norte-americana. Nesta mesma reunião, após convidar o comandante da *Task Force 23* para atuar como seu assessor naval secreto, Vargas concedeu-lhe total liberdade para fazer uso das instalações portuárias e aéreas brasileiras, bem como integrou as forças aeronavais brasileiras às operações da USN no Atlântico Sul ao instruir os

⁶⁰ MCCANN (1995, p.218) afirma que apesar de toda a boa vontade manifestada pelos militares brasileiros, o Ministro da Guerra, Gal Dutra, nada fez para ampliar os efetivos militares brasileiros no nordeste, mantendo a atenção do Exército Brasileiro para a região sul do país. Porém, tal atitude se justificava uma vez que a ameaça representada pela Argentina, que não rompeu relações com o Eixo, era muito mais iminente que um ataque contra o Brasil lançado desde a costa africana. Enquanto as escassas forças do DAK rumavam em direção ao Egito (tendo Suez como objetivo) e a invasão da União Soviética demandava grandes contingentes da *Wehrmacht* para o front oriental, se mostrou inviável um assalto aéreo através do Atlântico. Com a possibilidade de uma ofensiva contra o nordeste sendo pequena, a presença de soldados norte-americanos para coibirem atos de sabotagem nas instalações do ADP e, a ação de unidades aéreas e navais na USN provendo a necessária proteção ao tráfego marítimo, seria mais do que lógico que o comando militar brasileiro voltasse sua atenção para a fronteira sul do Brasil.

militares brasileiros a seguirem as orientações de Ingram (MCCANN, 1995, p.221-222).

Diante da postura assumida por Vargas, o Vice-Almirante Ingram comprometeu-se em agilizar a liberação de material bélico para o Brasil, uma vez que não apenas teria a liberdade de contar com toda a estrutura de apoio existente nos portos brasileiros mas, também, poderia mobilizar unidades da Aeronáutica e da Marinha do Brasil para complementar as forças norte-americanas nas missões de proteção ao tráfego marítimo. Assim sendo, a partir de setembro começaram a chegar ao Brasil os primeiros navios destinados à luta ASW. Desde o primeiro semestre de 1942 as forças aeronavais estadunidense operavam livremente de instalações ao longo de todo o litoral brasileiro e não mais apenas desde as instalações do ADP ou dos portos de Salvador e Recife. Também passaram a contar com o apoio das FFAA brasileiras, não tardando para que militares do Brasil se envolvessem diretamente em ações de combate contra os *U-Boats*⁶¹ alemães antes mesmo de o país reconhecer a existência de um “estado de beligerância” com o Eixo.

4.2.2 Preparando a sociedade civil para a guerra

Uma vez que havia ficado claro ao governo brasileiro que participar ativamente do esforço de guerra norte-americano poderia lhe render inúmeros benefícios, não apenas para o desenvolvimento industrial mas, também para consolidar a posição de liderança regional desejada pelo Brasil, era imprescindível contar com apoio da opinião pública quando chegasse o momento de ir além do simples rompimento de relações com o Eixo.

Quando a guerra teve início, em 1939, a população dos Estados Unidos era terminantemente contrária a qualquer envolvimento naquele conflito porém, após

⁶¹ Abreviação de *unterseeboot*, designação dada aos submarinos da Kriegsmarine. Durante a guerra, cerca de 1.200 foram colocados em serviço, dos quais cerca de 700 foram destruídos durante suas patrulhas de combate contra as forças aliadas. Diversas foram as versões construídas, desde àqueles destinados a missões costeiras (*Type II*), aos de longo alcance (*Type IX*) e versões especiais para lançamento de minas navais (*Type VIID*), transporte de torpedos (*VIIIF*) e armadilhas contra aeronaves (*U-Flak*). A versão mais numerosa foi a Atlântica, com 568 *U-boats type VIIC* colocados em serviço durante a guerra (u-boat.net).

intensa campanha da administração Roosevelt junto à opinião pública, uma a uma foram sendo derrubadas às barreiras existentes e que impediam o fornecimento de material bélico aos ingleses. Também foi possível adotar medidas que forçariam uma situação na qual cedo ou tarde, o envolvimento direto dos Estados Unidos no conflito seria justificável. No começo de 1941 a área de patrulha da USN foi estendida até a Islândia⁶², área dentro da qual todo comboio mercante oriundo das ilhas britânicas, ou seguindo em direção a elas (e por tanto, transportando material militar) receberia escolta armada norte-americana. Em setembro ocorreu um incidente no qual um *U-boat* abriu fogo contra um destróier estadunidense, resultando na declaração pública de Roosevelt de que os navios da USN estariam, a partir daquele momento, autorizados a abrirem fogo contra todo e qualquer submersível do Eixo, assim que fossem avistados próximo aos comboios (ALVES, 2002, p.125).

A partir do momento em que dois mercantes brasileiros foram afundados na costa norte-americana⁶³ ficou claro ao Brasil que as ameaças feitas pelo Eixo durante a Conferência do Rio de Janeiro seriam levadas a termo. Fazia-se imprescindível começar a preparar a população para a guerra. Imediatamente o comandante da 1ª Região Militar (região nordeste) general Mascarenhas de Moraes, determinou que fossem realizados exercícios de defesa, visando preparar o contingente militar e a população para uma iminente invasão ou ataque aéreo alemão. Assim sendo, no dia 24 de fevereiro foi divulgada a realização de exercícios que envolveram a realização de *black-out*⁶⁴ em Recife. A população também foi orientada sobre como se comportar durante um ataque aéreo, devendo procurar abrigo, apagar as luzes e interromper o trânsito de veículos. Holofotes do Exército iluminariam o céu em busca de bombardeiros inimigos, enquanto as baterias antiaéreas abriam fogo de barragem em apoio aos caças de defesa, que seriam mantidos de prontidão (SANDER, 2007, p.61).

⁶² O objetivo desta medida era o de aliviar as escoltas da Marinha Britânica, permitindo que estas fossem direcionadas para outras operações, ou ainda, concentrarem-se na proteção dos comboios no trecho final da viagem até a Inglaterra, uma distância de apenas 600NM desde a Islândia (ALVES, 2002, p.125).

⁶³ Entre os dias 16 e 18 de fevereiro, os mercantes Buarque e Olinda foram torpedeados, respectivamente, na costa da Virginia e Carolina do Norte.

⁶⁴ O *black-out* consistia em apagar todas as luzes das cidades durante a noite e, principalmente durante ataques aéreos com o intuito de dificultar a localização da cidade ou ainda, de determinados alvos pelos bombardeiros. No litoral, o *black-out* era comum mesmo sem haver a ameaça de bombardeiros, uma vez que a iluminação da cidade ressaltava a silhueta dos navios que navegassem próximos à costa. A iluminação pública era desligada e todas as residências deviam manter as janelas completamente fechadas.

Nos jornais brasileiros, além de notícias relativas ao desenrolar das batalhas na Europa, África e Pacífico, em meio as notas divulgadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) sobre os torpedeamentos dos navios brasileiros, ganharam destaque informações sobre como o país estava se preparando para enfrentar ataques aéreos. Ao consultar as edições do jornal *Correio Paulistano*⁶⁵ evidenciou-se, a partir de março, (*Correio Paulistano*, 29/03/1942, p.7 e 19) a crescente preocupação das autoridades quanto ao preparo da população civil para se protegerem de ataques aéreos. Em matéria da página 7, sob o título de “Noções Fundamentais sobre Defesa Antiaérea”, era informado que o Estado Maior do Exército e o Ministério da Guerra haviam aprovado um folheto, que seria distribuído entre a população com orientações sobre como agir durante bombardeiros. A título de curiosidade, dentre as informações que este folheto disponibilizava, segundo a reportagem, havia informações sobre os diferentes tipos de bombas usadas e detalhes sobre como proceder durante um *black-out*. Na mesma edição, porém na página 19 uma matéria chamou a atenção por abordar os diferentes tipos de abrigos antiaéreos utilizados em Londres, e ainda por ressaltar que em razão de a população londrina já estar devidamente familiarizada com os procedimentos para proteger-se, as baixas entre civis vinham sendo reduzidas desde o início da *blitz* aérea sobre as cidades britânicas.

Na edição do dia 17 de abril (*Correio Paulistano*, 17/04/1942, primeira página) havia uma pequena nota comentando sobre a construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre. Mas foi a partir de fins de maio, quando da publicação do Decreto-lei nº 4.098 (de 13/05/1942) que os avisos referentes à organização do Serviço de Defesa Passiva Antiaérea (SDPAAe) se tornaram mais constantes. Os artigos 4º e 5º deste decreto-lei estipulavam que todas as publicações, estações de rádio-difusão e cinemas deveriam ceder espaço gratuitamente para divulgação dos comunicados das autoridades. Este decreto-lei ainda estabelecia o “Serviço de Defesa Passiva Antiaérea”, que convocaria os brasileiros e estrangeiros aqui residentes, de ambos os sexos, com idade entre 16 e 46 anos para desempenharem uma série de funções, tais como dar instruções sobre os procedimentos a serem adotados pela população civil durante um ataque aéreo, enfermagem e remoção de intoxicados por

⁶⁵ Foram consultados microfilmes com as edições publicadas entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 1942, pelo jornal *Correio Paulistano*, disponíveis na Biblioteca Sérgio Milliet. Criado pelo empresário Joaquim Roberto de Azevedo Marques, circulou entre 1854 e 1963, tendo sido o primeiro a circular na cidade de São Paulo, e o terceiro no Brasil (www.correiopaulistano.com).

gases, vigilância do ar, prevenção e combate a incêndios, limpeza pública (após os ataques) e construção de trincheiras, entre outras finalidades (artigos 1º e 2º). Tal decreto também determinava a construção de abrigos antiaéreos e outras medidas de proteção a serem adotadas pela população.

Com a determinação do governo federal em mobilizar e preparar toda a sociedade civil para a guerra, valendo-se deste decreto, logo aumentaram os avisos sobre a mobilização do SDPAAe, enquanto os exercícios de defesa antiaérea se tornaram comuns, e abrangeram as mais importantes cidades do país. Abaixo, reprodução integral de um dos avisos sobre a realização de exercícios de *black-out*, realizado no estado de São Paulo:

Com o objetivo de colocar a população da cidade de São Paulo, o mais possível, ao abrigo dos ataques aéreos, o comandante da 2ª Região Militar iniciará a publicação de instruções e a realização de exercícios, que muito concorrerão para diminuir os riscos motivados por tais ataques.

Outrossim, o comandante da 2ª Região Militar, recomendará à população que preste aos exercícios o máximo de sua cooperação, empregando o melhor dos seus esforços a-fim-de se reduzirem ao mínimo às falhas que porventura vierem a surgir (*Correio Paulistano*, 1º/07/1942, página 3).

No mês de julho (*Correio Paulistano*, 7/07/1942, primeira página) foi noticiada a realização de exercícios em diversas cidades do Estado de São Paulo, os quais foram realizados na segunda quinzena do mês. Se os ataques contra a Marinha Mercante nacional não ganhavam maior destaque nos jornais, estando limitada à reprodução de uma singela nota do DIP, a organização do SDPAAe tinha amplo espaço, indo muito além da concessão gratuita de espaço para os avisos solicitados pelas autoridades.

Anda em julho (*Correio Paulistano*, 11 de julho de 1942, página 3) um aviso dizia: “Brasileiros! A qualidade de membros do serviço de Defesa Passiva Anti-aérea (S.D.P.A.Ae) vos equipara aos soldados do Brasil de Terra, Mar e Ar!”, sendo seguido de matéria que destacava a criação do 1º Batalhão da Defesa Passiva Antiaérea, relatando o preparo das voluntárias e como seria sua atuação durante um ataque aéreo.

Enquanto a população ia habituando-se à possibilidade dos ataques aéreos e as medidas necessárias para minimizar as baixas, em maio ocorreu um incidente no qual aeronaves de patrulha da FAB atacaram submarinos do Eixo em resposta a

mais um ataque contra um mercante nacional, fato divulgado publicamente pelo DIP. No cair da noite do dia 18, o Mercante *Comandante Lira* se encontrava a 180 NM da costa nordestina quando foi torpedeado pelo submarino italiano *Barbarigo*. Conseguindo emitir um pedido de socorro, logo chegou ao local uma aeronave de patrulha que afugentou o atacante e permitiu que dois navios de guerra da USN rebocassem o mercante, que sobrevivera a dois disparos de torpedos, até um porto brasileiro.

Nos dias que se seguiram todas as aeronaves de que a FAB dispunha foram lançadas em patrulha, logrando sucesso em localizar e atacar um submarino italiano entre o Atol das Rocas e Fernando de Noronha. Em nota divulgada pelo DIP no dia 29, após o ataque de mais um mercante, o *Gonçalves Dias*, o Ministro da Aeronáutica comunicou que três submarinos do Eixo haviam sido perseguidos e atacados pela FAB, com um deles sendo destruído⁶⁶ (SANDER, 2007, p.149-151).

Segundo Gastaldoni (1999) embora a aeronave envolvida no ataque ao *Barbarigo*, um bombardeiro *B.25*, pertencesse ao Agrupamento de Aviões de Adaptação⁶⁷, ele havia recebido ordens do comandante da 2ª Zona Aérea (Brigadeiro Eduardo Gomes) de decolar armado e realizar sua instrução sobre o oceano. O objetivo era o de localizar e atacar submarinos do Eixo que se encontrassem navegando próximo ao litoral. No dia 22, realizando seu vôo de instrução na área onde o *Comandante Lira* havia sido atacado, a aeronave comandada pelo Capitão Affonso Celso Parreira e contando com uma tripulação mista (instrutores norte-americanos e militares brasileiros) localizou o *Barbarigo* e abriu fogo, seguindo as ordens que havia recebido. Tal feito consistiu não apenas no batismo de fogo da aviação de patrulha brasileira mas também foi a primeira missão de patrulha com ordem de missão específica, isto é, realizar a busca de submersíveis inimigos e dar combate aos mesmos assim que fossem avistados.

Durante o primeiro semestre de 1942 o Brasil adotou uma série de medidas que visaram preparar o país para um iminente ataque nazista, ou seja, enquanto os norte-americanos enfatizavam a ameaça de um ataque aéreo contra o litoral

⁶⁶ Após o ataque da aeronave brasileira, o submarino italiano submergiu e liberou uma mancha de óleo e destroços, uma ação comum para iludir aeronaves inimigas após estas atacarem o submarino. O *Barbarigo* desapareceu em ação na costa da Espanha em junho de 1943, acumulando sete mercantes destruídos (SANDERS, 2007, p.150).

⁶⁷ Esta unidade foi criada no começo de 1942 quando foram recebidas as primeiras aeronaves através do *Lend-Lease*. Operando na cidade de Fortaleza, contava com instrutores militares norte-americanos que realizavam o treinamento dos pilotos brasileiros nas aeronaves que estavam sendo repassadas à FAB (GASTALNODI,1999).

nordeste, os militares brasileiros tomavam posições junto à fronteira com a Argentina e as áreas onde havia grande concentração de imigrantes alemães. Nas principais cidades do país era grande a mobilização da sociedade civil para a guerra, o que se observa através da criação do SDPAAe e exercícios de *black-out*. Quanto às FFAA, tão logo foram recebidos os primeiros equipamentos oriundos dos contratos de *lend-lease*, estes foram mobilizados para a patrulha do litoral, realizando em fins de maio a primeira ação de combate real em que o Brasil se envolveu na Segunda guerra mundial, ação deflagrada em resposta ao afundamento de um mercante nacional dentro da zona de segurança continental estabelecida durante a reunião do Panamá em 1939.

4.3 A campanha submarina do Eixo e os ataques contra a Marinha Mercante brasileira

Com as dificuldades enfrentadas após a invasão da URSS demandando cada vez mais recursos, e o envolvimento dos Estados Unidos na guerra, a Alemanha constatou que empreender uma campanha submarina seria o meio mais eficiente de superar o impasse em que a guerra havia se transformado. A partir de janeiro de 1942 todo o esforço de produção naval do *III Reich* foi revertido na ampliação da frota de *U-Boats*, os quais teriam dois objetivos distintos: como arma ofensiva, deveriam eliminar por completo as comunicações marítimas entre as nações aliadas; enquanto defensivamente, visariam afundar o máximo de embarcações inimigas a ponto de inviabilizar a abertura de um novo *front* no oeste da Europa por forças anglo-americanas, o que seria feito através de um assalto anfíbio (ALVES, 2002, p. 159-160).

Empregando uma frota reduzida, a *Kriegsmarine* já vinha realizando uma campanha submarina no Mar do Norte desde o começo do conflito, tendo como objetivo os mercantes que transitavam próximo às ilhas britânicas ou rumavam para a URSS. Porém, as restrições contra operações na costa norte-americana foram removidas já no dia 8 de dezembro de 1941. Uma vez que os submarinos do Eixo já haviam sido autorizados a atacar navios estadunidenses e de outras oito

repúblicas⁶⁸ americanas, em janeiro teve início a operação *Paukenschlag* (rufar de tambores) que levou a guerra submarina ao litoral do Novo Mundo (ALVES, 2002, p.162-163).

Durante os seis primeiros meses da campanha submarina do Eixo contra o tráfego mercante americano, 325 navios foram atacados, a maioria no litoral norte-americano. Este período, posteriormente chamado pelos submarinistas alemães de “tempos felizes”, começou a ter fim a partir de maio, quando a USN passou a organizar comboios e a disponibilizar um maior número de unidades destinadas a luta ASW (ALVES, 2002, p.163-165).

A facilidade com que os *U-Boats* obtiveram tamanho sucesso nos meses iniciais de sua campanha no litoral norte-americano, em parte é explicada pela incapacidade que a USN possuía em prover uma efetiva proteção ao tráfego mercante. Não havia escoltas suficientes e os navios ainda navegavam sozinhos. Durante a noite as cidades não realizavam *black-out*, o que auxiliava os submarinos a delimitarem seus alvos contra a iluminação noturna. Também era fato que muitos navios ainda navegavam com todas as luzes de navegação acessas⁶⁹. Tão logo estas deficiências foram sendo corrigidas e as unidades de luta ASW estadunidenses se revelaram mais eficientes, a área de caça dos *U-Boats* migrou em direção ao mar do Caribe. Já em meados de abril foram registradas as primeiras perdas de mercantes aliados no litoral norte do Brasil, quando cinco navios foram torpedeados pelo submarino italiano *Calvi* entre o estuário do rio Amazonas e o cabo de São Roque, próximo a Natal (SANDER, 2007, p.75).

Com uma campanha submarina sendo realizada ao largo do litoral norte-americano, não tardou que os primeiros mercantes brasileiros fossem colocados a pique. Transportando desde meados do ano anterior importantes recursos para suprir o esforço de guerra norte-americano, os mercantes brasileiros ainda navegavam tal como se fossem de uma nação neutra porém, isto não impediu que fossem torpedeados. Como saldo da ação inimiga, o Brasil contabilizou, entre 16 de fevereiro e 28 de julho, um total de treze navios torpedeados entre a costa dos EUA

⁶⁸ Hitler autorizou que os navios dos EUA, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá fossem atacados pela *Kriegsmarine* como resposta da declaração de guerra destes países contra o Japão. O Uruguai, apesar de não ter declarado guerra naquele momento, também teve sua frota mercante liberada para ataque como retaliação pela negativa em acolher o *Graff Spee* em dezembro de 1939 (ALVES, 2002, p.162).

⁶⁹ Segundo a legislação internacional, os navios que pertenciam a países neutros deveriam navegar com todas as luzes de navegação acessas durante a noite, e ainda, portarem bandeiras e a identificação de sua nacionalidade pintados no casco, evitando assim o risco de serem atacados por engano.

e proximidades do litoral brasileiro, vitimando 135 brasileiros, em sua maioria marinheiros.

Apesar de o primeiro ataque a um mercante brasileiro ter ocorrido ainda em março de 1941, resultando em uma morte e treze feridos, quando o mercante *Taubaté*⁷⁰ foi metralhado por uma aeronave da *Luftwaffe*, existe grande ênfase nos ataques realizados a partir do momento em que o Brasil rompeu relações com o Eixo. Cumprindo a ameaça feita durante a III Conferência de consulta, a Alemanha nazista deu início a uma série de ataques contra mercantes brasileiros, a princípio navegando no Atlântico Norte e Caribe. Porém, em agosto torpedeou seis embarcações que serviam às rotas domésticas, desencadeando uma declaração formal de guerra por parte do governo brasileiro.

Corria o mês de fevereiro de 1942 quando o primeiro mercante brasileiro foi torpedeado pelo submarino alemão *U.432*⁷¹ durante a madrugada do dia 16. Ignorando o fato de que o Brasil ainda se considerava uma nação neutra, o que fez com que o mercante *Buarque* estivesse navegando devidamente identificado e com suas luzes de navegação acessas, o *U-boat* realizou seu ataque quando o navio situava-se a 20 NM da costa norte-americana. Imediatamente a tripulação iniciou o abandono da embarcação, sendo que uma vez distante do navio um segundo torpedo foi disparado levando o navio à pique. Dois dias depois foi a vez do mercante *Olinda* ser torpedeado em circunstâncias similares pelo mesmo submarino. Após receber um tiro de advertência, que inutilizou o rádio, a tripulação abandonou a embarcação que foi canhoneada. Antes de submergir, o submarino ainda abordou os naufragos em busca de informações sobre a carga, origem e destino do navio (SANDER, 2009, p.52-53 e 57-58).

O público brasileiro começou a tomar ciência dos ataques, então limitados ao Atlântico Norte, em 19 de fevereiro, quando as informações se resumiram a uma nota divulgada pelo DIP (*Correio Paulistano*, 19/02/1942, primeira página) onde detalhava a primeira ação contra o Brasil. Já no dia seguinte, o mesmo jornal

⁷⁰ Este incidente ocorreu no dia 22, quando o navio navegava da ilha de Chipre em direção à Alexandria. A embarcação estava devidamente identificada, ostentando bandeiras nacionais no costado do navio, sobre a casa de máquinas e a lona que protegia a carga. O navio não afundou, prosseguindo em sua viagem após o ataque. Apesar dos protestos do Itamaraty não houve nenhuma atitude por parte do Reich quanto ao ataque (CARNEIRO e SILVA, 1998, p.143).

⁷¹ O *U.432* era um submarino do tipo VII-C. Foram construídos 568 submarinos deste modelo. Tinham um alcance máximo de 8.500 NM navegando na superfície a uma velocidade de 10 nós. Seu armamento consistia em 14 torpedos ou 26 minas marítimas, além de contarem com um canhão de 88 mm (empregado quando na superfície). Os submarinos alemães não eram nomeados, como por exemplo ocorria com os italianos, limitando-se a receberem um número precedido da letra U (de *U-Boat*) como identificação (u-boat-net).

relacionava o torpedeamento do *Buarque* ao rompimento de relações com o Eixo. Sobre o ataque ao mercante *Olinda*, a manchete destacava “Afundado mais um navio brasileiro”, e confirmou tratar-se de um “submarino de bolso”, segundo relato dos náufragos (*Correio Paulistano*, 21/02/1942). Não houve uma maior repercussão sobre estes ataques na imprensa nos dias que se seguiram.

Limitando-se a protestar junto ao governo alemão contra os ataques, o que representava o cumprimento das ameaças feitas um mês antes, o Brasil não fez esforço algum para encobrir o fato de que não apenas já vinha colaborando com o esforço de guerra aliado, como negociava importantes acordos neste sentido com os norte-americanos. Assim sendo, os resultados da visita de Souza Costa⁷² aos EUA ganhou espaço nos jornais. “Medidas concertadas no sentido de serem mobilizados os vastos recursos brasileiros para auxiliar as nações aliadas” era o que destacava o texto da primeira página do *Correio Paulistano* (27/02/1942). Detalhando os contratos firmados entre Washington e Rio de Janeiro, concluía que “os vastos recursos brasileiros serão mobilizados para auxiliar as nações unidas a ganhar a guerra”.

O terceiro navio mercante a ser perdido pelo Brasil durante a Segunda guerra mundial foi o *Cabedelo* porém, não há detalhes sobre as circunstâncias em que ele desapareceu sem deixar sobreviventes ou destroços. Como os registros meteorológicos registram tempo bom, atribui-se sua perda à ação de submarinos do Eixo. Por não haver nenhuma menção ao navio brasileiro nos registros da *Kriegsmarine*, alguns pesquisadores creditam aos submarinos italianos *Leonardo da Vinci*, ou ainda o *Torelli* a destruição do mercante brasileiro, o que teria ocorrido entre os dias 19 e 25 de fevereiro (SANDER, 2007, p.61-62).

Sem uma resposta da Alemanha quanto aos ataques de fevereiro, imediatamente os mercantes nacionais passaram a receber camuflagem e a navegar com as luzes apagadas. Porém, tais medidas não impediram que na tarde do dia 7 de março o *Arabutã* fosse torpedeado pelo *U.155* (SANDER, 2009, p.68). A exemplo do que ocorrera nos outros dois ataques, o DIP limitou-se a divulgar uma breve nota contendo informações sobre o navio, sua carga, número de vítimas e local do ataque (*Correio Paulistano*, 12/03/1942, primeira página).

⁷² Para maiores detalhes sobre a visita de Souza Costa aos Estados Unidos e os acordos firmados entre os dois países, consulte o capítulo 4.2.

Na noite do dia seguinte, por volta das 19 horas foi a vez do mercante *Cairú* ser torpedeado e afundado pelo *U.94* a 130 NM de Nova Iorque. A exemplo do *Arabutã*, também ostentava uma pintura cinza⁷³ e navegava com as luzes apagadas porém, isto não impediu que fosse localizado e destruído. Apesar de todos os 75 tripulantes e 14 passageiros terem se acomodado nas balsas de salvamento, 53 morreram durante a longa espera pelo resgate, uma vez que ainda era inverno e o tempo estava tempestuoso. O destaque dado pela imprensa não se limitou apenas a informar sobre o ataque, relatando que haviam ainda 59 desaparecidos. A mesma notícia afirmava se tratar do “maior desastre da história marítima mercante”, bem como informava que “segundo depoimento dos sobreviventes do navio brasileiro “*Cairú*”, não padece dúvidas de que o submarino que o torpedeou era de nacionalidade alemã” (*Correio Paulistano*, 12/03/1942, primeira página).

A continuidade dos ataques e a dimensão da tragédia ocorrida com os tripulantes do *Cairú* levaram o Brasil a adotar medidas mais drásticas. Enquanto os mercantes navegando na costa norte-americana rumavam aos portos próximos, tal como determinado pelo *Lloyd* brasileiro, Vargas ordenou que fosse solicitado junto ao governo norte-americano que estes recebessem artilharia e uma guarnição de militares norte-americanos para manejar tal armamento, o que foi prontamente atendido (SANDER, 2007, p.80-81).

No Brasil, após a divulgação do elevado número de vítimas deste ataque, os protestos, ainda que isolados demonstram a insatisfação da população contra as agressões sofridas. Exemplo disso foi o ocorrido em Porto Alegre, quando as avenidas Berlim e Itália foram renomeadas com placas de papelão portando o nome dos navios afundados. Já em São Leopoldo, a fúria manifestou-se com a destruição de um monumento em homenagem ao colono alemão⁷⁴ (SANDER, 2007, p.76). Também houve reações no exterior, sendo que em Londres houve grande expectativa quanto ao envolvimento direto do Brasil no conflito em resposta aos ataques contra sua frota mercante, tal como se evidencia na matéria veiculada pela imprensa brasileira, distribuída pela Agência Reuters:

⁷³ com o objetivo de dificultar sua localização visual por submarinos ou navios inimigos, durante a Segunda Guerra foi comum adotar tons de cinza em camuflagens de baixa visibilidade. Este efeito é perceptível quando comparado à pintura dos navios mercantes, com casco preto e estruturas acima do convés pintados em branco.

⁷⁴ Alguns jornais veicularam depoimentos dos tripulantes e passageiros do *Cairú* sobre os dias em que ficaram a deriva esperando pelo resgate. Como exemplos, SANDER cita os relatos narrados nas edições de *O Jornal* do dia 12 de março, e de *O Globo*, do dia 13 julho (SANDER, 2007, p.73-75).

Foi, então, que começaram as agressões dos navios do “Eixo” às unidades mercantes brasileiras e quando o Brasil havia encarregado Portugal de velar pelos seus interesses junto ao “Eixo”, pediu explicações à Alemanha. Esta respondeu, como de costume, por novas agressões à navegação brasileira (*Correio Paulistano*, 15/03/1942, primeira página).

Acredita-se nesta capital [Londres] que as duas grandes Republicas sul-americanas [Chile e Argentina] que conservam ainda uma espécie de neutralidade não deixarão de modificar sua atitude se o Brasil entrar no conflito mundial em consequência das agressões do “Eixo” (*Correio Paulistano*, 15/03/1942, primeira página).

Quando o mês de abril chegou ao fim, já eram vários os mercantes brasileiros que portavam artilharia e, também, haviam recebido camuflagem. No mar, a marinha mercante brasileira já adotava uma postura beligerante, isto é, navegava furtivamente, camuflada e armada buscando cumprir sua missão de entregar importantes recursos empregados no esforço de guerra norte-americano. Foi nestas condições que o sexto mercante brasileiro foi torpedeado no mar do Caribe, em primeiro de maio.

Eram por volta das 15 horas quando o *Parnaíba* foi surpreendido pelo *U.162* que, sem aviso prévio ou tiro de advertência, lançou um torpedo que atingiu o navio à meia nau. Detonando na praça de máquinas, por pouco não explodiu as caldeiras, o que resultaria em danos maiores à embarcação, vitimando muito mais do que apenas os seis homens que se encontravam de serviço naquele local. Um segundo torpedo foi lançado antes de o capitão deixar o navio, sendo que outros dois disparos foram efetuados enquanto as baleeiras se afastavam (SANDER, 2007, p.142-143).

Cinco dias após o ataque ter sido realizado, foi emitida a única informação sobre o ocorrido, seguindo o “padrão” do DIP: nome do navio, carga, local do ataque e lista de tripulantes (*Correio Paulistano*, 5/05/1942, primeira página). Logo o destaque recaiu sobre os ataques realizados contra a frota mercante mexicana e a então provável declaração de guerra daquela nação contra o Eixo (*Correio Paulistano*, 16 e 24/05/1942, primeira página).

Observando as ações adotadas desde fins de fevereiro, de acordo com ALVES (2002, p. 171) o Brasil já vinha adotando uma postura de “quase-beligerância” em relação à Alemanha. Diante desta constatação, em 16 de maio, o Alto comando naval alemão autorizou seus submarinos a atacarem qualquer

mercante latino-americano que estivesse armado, ou seja, não existiriam mais restrições quanto ao torpedeamento dos mercantes brasileiros, uma vez que estes já haviam começado a receberem armas desde abril. A única exceção foi feita aos mercantes do Chile e da Argentina, que continuaram livres de ataques.

Em 18 de maio ocorreu um novo ataque, desta vez a 180 NM do litoral nordeste do Brasil. Navegando com destino aos Estados Unidos, o mercante *Comandante Lira* notou a presença de um submarino ao final da tarde, o que levou seu capitão a ordenar a mudança de curso. A tentativa de enganar seu perseguidor foi inútil e, quando a noite caiu, a baixa luminosidade impediu que o canhão de bordo fosse empregado na defesa do navio. Os torpedos atingiram o navio, resultando em duas mortes instantâneas, levando o capitão a dar a ordem de abandonar a embarcação. Porém, um pedido de socorro foi emitido e logo uma aeronave norte-americana de patrulha chegou à região, seguida por dois navios de guerra. Após a fuga do submarino inimigo, o italiano *Barbarigo*, o mercante foi rebocado para o litoral (SANDER, 2007, p.150).

Diante de tantas perdas sofridas pela marinha mercante, e com um ataque tão próximo ao litoral nordeste, o governo brasileiro, vendo suas medidas defensivas terem sido ineficazes passou à ofensiva. Alinhando todas as aeronaves disponíveis, a FAB lançou várias missões de patrulha sobre o oceano com ordens para atacar qualquer submarino que avistassem. E foi o que ocorreu no dia 22 de maio (para maiores detalhes, consulte o capítulo 4.2.2) quando um bombardeiro operando desde Fortaleza localizou e atacou um submarino nas proximidades do Atol das Rocas. O ataque contra submarinos do Eixo pela FAB, sem uma declaração formal de guerra, foi amplamente divulgado pelo governo, não deixando dúvidas de que o Brasil estava disposto a ir às últimas consequências para assegurar o livre tráfego de seus mercantes com destino à América do Norte.

A notícia sobre o ataque ao *Comandante Lira* só foi divulgada após este ser rebocado com sucesso para um porto brasileiro (*Correio Paulistano*, 26/05/1942, primeira página) além é claro, de listar os tripulantes, carga e detalhes do ataque. No dia 29 foi veiculada pelos jornais a seguinte nota do Ministério da Aeronáutica sobre o ataque de aviões da FAB contra submarinos do Eixo na costa brasileira:

Os ataques dos submarinos em águas territoriais brasileiras, aos nossos navios mercantes, determinaram uma ação da Força Aérea

no sentido de resguardar a nossa soberania, a liberdade da nossa navegação e a vida das tripulações indefesas, que vinham sendo metralhadas e canhoneadas (...) Após desumana agressão ao *Comandante Lira*, foram localizados, perseguidos e atacados três submarinos nas costas brasileiras, sendo um deles afundado (SANDER, 2007, p.151).

Antes mesmo do ataque contra o *Barbarigo* ter sido divulgado, outro mercante brasileiro foi torpedeado ao sul do Haiti. Era o *Gonçalves Dias*, que pouco após a meia noite do dia 24 recebeu o impacto do primeiro torpedo, o qual obteve sucesso em atingir um tanque de óleo instalado à frente das caldeias. O segundo disparo ocorreu logo em seguida, alvejando o alvo cerca de um minuto após o primeiro tiro. O incêndio subsequente impediu que todos os escaleres fossem lançados ao mar e vários tripulantes não tiveram outra escolha que saltar do navio e nadar até eles, resultando em quatro afogamentos (SANDER, 2007, p.152-153).

No Brasil, a euforia causada pelo comunicado da Aeronáutica logo cedeu espaço à mais uma nota do DIP que, além das informações de rotina, comunicava que “no dia 24 de maio foi torpedeado e afundado no mar das Caraíbas, por um submarino inimigo, o cargueiro *Gonçalves Dias*”. A notícia sobre a perda de mais um mercante nacional dividiu as manchetes com a declaração de guerra do México contra o Eixo, atitude tomada em resposta a ataques similares sofridos por aquela nação. Também se deve destacar que a notícia trazia o relato do capitão do mercante brasileiro sobre o ocorrido e, inclusive, o fato de que tripulantes do *U-Boat* ficaram observando o desespero dos náufragos em alcançar os escaleres (*Correio Paulistano*, 02/06/1942, primeira página).

Até o final de julho, outros cinco mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo. O *Alegrete* foi vítima do *U.156* no dia 1º de junho ao largo das Antilhas inglesas. Em 26 de junho, foi a vez do mercante *Pedrinhas* ser torpedeado próximo a Porto Rico porém, somente em julho este ataque foi divulgado (*Correio Paulistano*, 07/07/1942, primeira página).

Nos dias 26 e 28 de julho ainda foram atacados os mercantes *Tamandaré*, *Barbacena* e *Piave*, que navegavam no Mar do Caribe. Diferente do que ocorreu com outros mercantes, que foram vítimas de ataques surpresas enquanto seguiam sua rota, o *Tamandaré*, foi torpedeado pelo *U.66* na madrugada do dia 26, após ter tentado, sem sucesso, engajar com seu canhão um segundo *U-Boat* que, avariado, encontrava-se navegando na superfície próximo à sua rota. No dia 28 o *U.155*

contabilizou mais duas vítimas brasileiras ao atacar o *Barbacena*, nas primeiras horas da madrugada e, ao cair da noite o *Piave*⁷⁵. (SANDER, 2007, p.175-177).

Com a perda do *Piave*, encerrou-se a primeira fase da campanha submarina contra o Brasil, com um saldo de treze navios mercantes destruídos e 135 mortes. Enquanto o governo havia camuflado e armado os navios mercantes, e ordenado o ataque contra submarinos do Eixo que fossem localizados navegando próximo ao litoral, a reação popular se fez presente, defendendo uma atitude enérgica contra tais ataques. Até então restrita a pequenas ações, os protestos ganharam maior dimensão quando os estudantes organizaram um protesto nas ruas da capital federal, o qual se realizou no dia 4 de julho. Reunindo 15 mil pessoas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), com apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), protestou contra a atitude da Alemanha enquanto demonstrava seu apoio a Vargas. Contando com a presença de sobreviventes do *Arabutã*, destacou-se um carro alegórico que trazia um busto de Vargas à frente de “três figuras herculéas, esbeltas, de mulher, representando o Brasil, Estados Unidos e a Inglaterra (...) e mais à frente esta palavra: vitória” (*Correio Paulistano*, 05/07/1942, página 2).

4.3.1 Relação de ataques à Marinha Mercante entre fevereiro e julho de 1942

A tabela abaixo foi elaborada como resultado da comparação de informações obtidas nas seguintes fontes: no livro *O Brasil na Mira de Hitler* (SANDER, 2007), do site *U-boat.net* e do jornal *Correio Paulistano*. Nela foram apresentadas, de maneira objetiva, informações mais detalhadas e completas sobre os ataques acima narrados, incluindo a carga transportada, detalhes sobre os ataques, localidade e número de vítimas.

⁷⁵ Uma curiosidade que SANDER relata sobre o ataque ao *Piave* foi a “cortesia” que o comandante do submarino alemão dispensou aos náufragos. Após abordar alguns deles para interrogatório, o *U-Boat* retornou até os escaleres onde se encontravam os sobreviventes para trazer o foguista que havia ficado para trás. Também entregou dez litros de água, três pães de centeio e uma garrafa de rum! (2007, p. 176-177).

Tabela 1 – Ataques contra a Marinha Mercante

Data	Mercante	Local	Vítimas	Observações
16/02/42	<i>Buarque</i>	20NM costa da Virginia-EUA	1	Atacado pelo <i>U.432</i> , recebeu o primeiro torpedo as 00:45hr. Após os tripulantes abandonarem o navio um segundo disparo foi efetuado. Transportava café, algodão, cacau e mamona.
18/02/42	<i>Olinda</i>	Cabo Hatteras, Carolina do Norte	-	Transportava cacau, castanhas e café. Foi interceptado por volta do meio dia pelo <i>U.432</i> que efetuou um disparo de advertência com seu canhão. Após o abandono do navio, novos disparos foram efetuados até que afundasse.
Entre 19 e 25 de fevereiro	<i>Cabedelo</i>	Mar das Antilhas?	54	Deixou o porto da Filadélfia transportando carvão para o Brasil. Desapareceu sem deixar vestígios. Acredita-se que foi torpedeado por submarinos italianos, uma vez que nos registros alemães não há informe sobre o <i>Cabedelo</i> .
07/03/42	<i>Arabutã</i>	Cabo Hatteras, 81NM da costa da Carolina do Norte.	1	Zarpou dos EUA após entregar uma carga de algodão, e na viagem de volta estava transportando carvão destinado á Central do Brasil. O navio já estava pintado em cinza e sem identificações. Foi torpedeado pelo <i>U.155</i> por não portar identificações de neutralidade. Torpedeado uma única vez, afundou em 13 minutos.
08/03/42	<i>Cairú</i>	130NM da costa de Nova Iorque.	53	O primeiro torpedo não detonou porém, o segundo partiu o navio ao meio. A tripulação foi abordada e questionada pelo capitão do <i>U.94</i> sobre a carga e nacionalidade do navio. Transportava borracha, cristais de mica, algodão, mamona, couro, coco babaçu, cacau e óleo. Todos abandonaram o navio, sendo as mortes foram consequência das condições climáticas na região.
01/05/42	<i>Parnaíba</i>	Mar do Caribe, próximo a Trinidad	7	O <i>Parnaíba</i> já contava com uma peça de artilharia para proteção. Transportava café, cacau, farelo e couro quando foi torpedeado pelo <i>U.162</i> . Recebeu um torpedo na sala de maquinas, sendo que após o abandono no navio foi afundado com 56 tiros de canhão.
18/05/42	<i>Comandante Lira</i>	180 NM da costa nordeste brasileira	2	Transportava óleo, cristais de mica e madeira quando foi torpedeado pelo submarino italiano <i>Barbarigo</i> . Após solicitar socorro, aeronaves de patrulha chegaram e afugentaram o submarino permitindo que o navio fosse rebocado.
24/05/42	<i>Gonçalves Dias</i>	Mar do Caribe, 100NM ao sul da República Dominicana	6	Navegando em direção a Nova Orleans, foi torpedeado pelo <i>U.502</i> . Dois disparos foram efetuados em breve intervalo devido a presença de um canhão a bordo. A nacionalidade do navio foi determinada após os náufragos terem sido abordados.
01/06/42	<i>Alegrete</i>	Antilhas inglesas, próximo a ilha de Santa Lucia	-	O <i>Alegrete</i> foi torpedeado pelo <i>U.156</i> ao cair da tarde. Após o primeiro torpedo, a tripulação abandonou o navio, que foi torpedeado mais duas vezes e canhoneado 20 vezes. Transportava café, cacau, castanhas e óleo de mamona.
26/06/42	<i>Pedrinhas</i>	300 NM a nordeste da costa de Porto Rico	-	Afundado durante a noite pelo <i>U.203</i> , com o disparo de um torpedo e 22 tiros de canhão. Todos os tripulantes se salvaram. O <i>U-boat</i> aproximou-se dos náufragos porém, não os interrogou.
26/07/42	<i>Tamandaré</i>	Próximo à ilha de Trinidad, Caribe	4	Sua carga era composta por café, tecidos, medicamentos, areia monazítica e manganês. Foi torpedeado pelo <i>U.66</i> após tentar, sem sucesso, atacar um segundo submarino que estava danificado nas proximidades. Foi torpedeado e afundou em cerca de 40 minutos.

Data	Mercante	Local	Vítimas	Observações
28/07/42	<i>Barbacena</i>	Próximo à ilha de Granada, Caribe.	6	Após ser seguido pelo <i>U.155</i> por cerca de dez horas, atacando-o pelo fato de o mercante estar armado. Dois torpedos foram disparados, resultando no afundamento do navio em cerca de 20 minutos. Transportava café e outros produtos.
28/07/42	<i>Piave</i>	Próximo à ilha de Granada, Caribe	1	Também afundado pelo <i>U.155</i> , foi torpedeado uma vez e canhoneado. Fato curioso foi a "cortesia" do capitão alemão ao resgatar um naufrago, levando-o até as baleeiras, onde ainda entregou alguns suprimentos e indicou o caminho para o continente.
05/06/42	<i>Paracuri</i> ⁷⁶	Caribe	?	Canhoneado pelo <i>U.159</i> . Veleiro de 265 toneladas.

4.4 Os ataques de agosto de 1942 e a reação popular

Para o governo alemão, o Brasil já vinha participando de maneira efetiva na guerra ao lado dos Aliados desde maio, quando a aviação de patrulha atacou submarinos que atuavam próximo ao litoral brasileiro. A declaração de guerra seria uma mera formalidade, fazendo-se necessária uma atitude mais enérgica por parte da Alemanha enquanto as defesas brasileiras ainda se encontravam desestruturadas. A proposta inicial de realizar um ataque em larga escala contra os portos e instalações militares brasileiras foi descartada, sendo que se optou por manter os ataques contra o tráfego mercante. Em fins de julho as operações submarinas contra o Brasil foram intensificadas pelo comando naval alemão, contemplando não apenas ações contra mercantes no Atlântico Norte e Caribe, mas também, visando a costa brasileira (SEITENFUS, 2003, p. 294-295).

Cumprindo este objetivo o *U.507* foi enviado ao Atlântico Sul com ordens para realizar ataques contra a navegação costeira do Brasil. Diferentemente do que havia sido praticado até então, os ataques visaram a navegação de cabotagem⁷⁷, isto é, navios que serviam ao transporte de cargas e passageiros entre os portos nacionais.

Considerando-se a realidade do Brasil naquele momento, onde mais de 90% da população residia na faixa litorânea e mais de 50% das ferrovias estavam

⁷⁶ Segundo SEITENFUS (2003, p.295) o *Paracuri* e uma outra embarcação brasileira foram atacados pelo *U.159* no Atlântico norte porém, não há menção a este ataque em outras fontes bibliográficas consultadas. Verificando a listagem de mercantes destruídos pelo *U.159* no site *u-boat.net*, consta que o *Paracuri* foi canhoneado na costa da República Dominicana porém, não há maiores detalhes além da localização do ataque e da informação de que seria um veleiro.

⁷⁷ Navegação de Cabotagem é a denominação dada ao tráfego marítimo realizado entre dois portos de um mesmo país. A navegação realizada entre portos de países distintos é denominada como sendo de longo-curso.

concentradas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, é visível como a navegação ao longo da costa era essencial para assegurar as comunicações entre os estados do sul e norte do país, convertendo-se assim no principal meio de transporte de cargas e, principalmente, passageiros entre as capitais (MCCANN, 1995, p. 25-26).

Assim que chegou a costa brasileira, o *U-507* passou a operar ao largo da costa sergipana, onde encontrou o *Baependi* na noite do dia 15 de agosto. O mercante estava com suas luzes de navegação apagadas, não portava armamento e transportava um grande número de passageiros e ainda, elementos do 7º Grupo de Artilharia de Dorso, o qual estava em deslocamento desde o Rio de Janeiro em direção a Recife. Passavam das 19 horas quando o primeiro torpedo atingiu as caldeiras do navio. Um segundo tiro foi disparado em pouquíssimo tempo, atingindo os tanques de combustível, resultando em uma forte explosão. Em razão da violência do ataque, nenhuma das baleeiras de bordo puderam ser utilizadas e, das 306 pessoas que estavam a bordo, apenas 36 sobreviveram, chegando á praia agarradas em destroços (SANDER, 2007, p. 182-183).

Ainda na mesma noite, duas horas após ter torpedeado o *Baependi*, o *U.507* encontrou o *Araraquara*, que foi prontamente torpedeado próximo ao rio Vaza Barris. Eram pouco mais de 21 horas quando ocorreu o ataque, e a maioria dos 65 passageiros já estavam recolhidos em suas cabines. Imediatamente o navio começou a adernar após o impacto e apesar de o capitão ordenar que o navio fosse abandonado, como os escaleres haviam sido lançados ao mar com a explosão, não puderam ser utilizados. O saldo de mais este ataque foi de 131 mortos, 65 dos quais passageiros, incluindo-se ai soldados do 7º Grupo de Artilharia de Dorso que não haviam embarcado no *Baependi*. Igual destino teve o *Aníbal Benévolo*, torpedeado às 4 horas e 5 minutos a 7 NM do litoral, quando se encontrava seguindo para Aracaju. Após o impacto, apesar da iniciativa em tentar arriar as baleeiras e avisar os passageiros, somente quatro dos 71 tripulantes conseguiram sobreviver. Nenhum dos 83 passageiros teve tempo de sair de seus camarotes (SANDER, 2007, p.191-193).

No dia 17, mesmo com a perda de três mercantes em poucas horas, o tráfego ao longo do litoral não havia sido interrompido. Após os ataques na costa de Sergipe, o *U.507* seguiu em direção ao sul, visando o trânsito próximo ao porto de Salvador. Encontrou então o *Itagiba*, mercante eminentemente utilizado para o

transporte de passageiros. Dos 181 passageiros a bordo, 36 morreram. Porém, a agressividade com que o Capitão-de-Corveta Harro Schacht levou a termo as ordens recebidas não lhe permitiu encerrar seus ataques e, ao avistar o *Arará*⁷⁸, um mercante carregado com sucata, resgatando os naufragos do *Itagiba*, imediatamente atacou-lhe, matando 20 de seus 35 tripulantes, ignorando o fato de que tal embarcação estava prestando socorro a naufragos do *Itagiba*. Os ataques apenas cessaram com a chegada do Cruzador *Rio Grande do Sul*, permitindo que outras embarcações que se encontravam nas proximidades pudessem resgatar um total de 159 naufragos dos dois navios (SANDER, 2007, p. 194-195).

Antes de deixar o litoral brasileiro, no dia 19 o *U.507* ainda abordou e afundou com cargas explosivas a barçaça *Jacira*. Os ataques de agosto, realizados contra mercantes que atendiam a linhas regulares de passageiros, operando muito próximo da costa brasileira somaram 607 vítimas fatais. Deste total, 551 estavam a bordo de três navios afundados em um intervalo de menos de 12 horas, torpedeados em meio a noite e sem que houvesse tempo para abandonar as embarcações. Quando se comparam estes ataques com aqueles realizados entre fevereiro e junho, fica evidente que o objetivo era causar o maior número possível de vítimas fatais, tanto em função do horário do ataque como por ter disparado sucessivamente contra áreas vitais das embarcações.

No dia 18, estações de rádio e os jornais divulgaram nota do DIP informando sobre os primeiros ataques, logo complementada por informações do ataque contra o *Itagiba* e o *Arará*. Ocupando meia página, a manchete destacava o “torpedeamento de navios brasileiros”, enquanto a reportagem destacava que o governo examinava quais as medidas a serem tomadas em razão de ataques dentro de águas nacionais:

Pela primeira vez embarcações brasileiras, servindo ao tráfego de nossas costas no transporte de passageiros e cargas, de um Estado para outro, sofreram os ataques dos submarinos do “Eixo”.

Nestes três últimos dias, entre a Bahia e Sergipe foram afundados os vapores “Baependi” e “Aníbal Benévolo”, do Lloyd Brasileiro, e “Araraquara”, do Loyd Nacional S.A.

O inominável atentado contra indefesas unidades da Marinha Mercante de um país pacífico, cuja vida se desenrola à margem e

⁷⁸ Posteriormente, o avião de patrulha da FAB modelo *PBY.5 Catalina*, que afundou o *U.199* no litoral do Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1943 foi batizado com o nome de *Arará*, em homenagem aos seus tripulantes (CUNHA, 1996, História da Força Aérea Brasileira).

distante do teatro da guerra, foi praticado com desconhecimento dos mais elementares princípios de direito e de humanidade.

Nosso país, dentro de sua tradição não se atemoriza diante de tais brutalidades e o governo examina quais as medidas a tomar em face do ocorrido.

Pede ao povo manter-se calmo e confiante na certeza de que não ficarão impunes os crimes praticados contra a vida e os bens dos brasileiros (*Correio Paulistano*, 18/08/1942, primeira página).

O próprio jornal complementou a nota do DIP, relatando o ataque ao *Itagiba* e ao *Arará*, enquanto mencionou a presença de militares de uma “unidade do Exército, com reduzido efetivo em praças” entre as vítimas (*Correio Paulistano*, 18/08/42, primeira página) refutando as afirmações de que grande efetivo e material militar haviam sido perdidos nos ataques do Eixo.

Imediatamente a reação popular se fez presente através de protestos realizados pelos estudantes no Rio de Janeiro e São Paulo. “A mocidade acadêmica e o povo paulistano se manifestam contra o torpedeamento praticado em águas territoriais brasileiras”, destacava o *Correio paulistano* em manchete (19/08/1942, primeira página) com uma foto dos manifestantes na praça da Sé. No dia 20 (*Correio Paulistano*, 20/08/42, primeira página) persistiram as manchetes sobre protestos no Rio de Janeiro.

Na medida em que novas informações sobre os ataques iam chegando ao público, os protestos começaram a sair de controle, não mais ocorrendo apenas mediante autorização das autoridades. A população expressou sua revolta e clamou por uma firme resposta aos ataques que haviam ocorrido tão próximos do litoral, vitimando o transporte entre as principais regiões do país. No dia 20, após falar aos marítimos, Vargas proibiu novos protestos, informando que caberia apenas ao governo tomar uma atitude adequada em face aos recentes ataques, convocando seu gabinete para debater a situação (*Correio Paulistano*, 21/08/42, primeira página).

Diante da pressão popular, no dia 22 Vargas convocou seu gabinete para uma reunião onde o Brasil reconheceu a existência de um estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, decisão comunicada a população no dia seguinte através de nova nota emitida pelo DIP:

O sr Presidente da Republica reuniu hoje o ministério, tendo comparecido todos os ministros.

Diante da comprovação dos atos de guerra contra a nossa soberania, foi reconhecida a situação de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras – Alemanha e Itália. Em consequência, expediram-se por via diplomática as devidas comunicações àqueles dois países.

Examinaram-se, em seguida, diversas providências atinentes à situação, ficando os ministros incumbidos de prepararem os atos necessários (*Correio paulistano*, 23/08/42, primeira página).

Em mensagem enviada pelo Itamaraty aos governos da Alemanha e Itália, Oswaldo Aranha afirmou que “não há como negar que a Alemanha praticou contra o Brasil atos de guerra” ao atacar mercantes nacionais que navegavam dentro dos limites territoriais nacionais, segundo determinado na declaração XV do Panamá (Arquivo Histórico do Itamaraty apud SANDER, 2007, p.207).

4.5 O reconhecimento do estado de beligerância e a declaração de guerra contra o Eixo

A reação popular contra os ataques realizados tão próximos da costa brasileira, vitimando a navegação de cabotagem, primordial para assegurar o fluxo de mercadorias e passageiros entre os portos nacionais não deixou escolhas ao governo. Tendo rompido relações com a Alemanha em janeiro, o Brasil já vinha desde o ano anterior adotando uma neutralidade favorável aos Estados Unidos. Permitiu a construção de bases aéreas no nordeste, que eram empregadas para enviar armas aos ingleses; apoiou os navios de guerra norte-americanos em manobras no Atlântico Sul; e ainda, firmou importantes acordos que asseguraram direitos de exclusividade na aquisição de matérias primas estratégicas pelo governo estadunidense (MCCANN, 1995, p. 234).

Se até então o governo havia obtido êxito em manter o Brasil afastado de uma participação direta no conflito, evitando assim formalizar seu apoio aos Estados Unidos, os ataques realizados no mês de agosto exigiam um imediato posicionamento. Obrigado pela Alemanha a participar efetivamente da guerra, através da negação do uso do mar pela frota mercante nacional, o Brasil, segundo SEITENFUS (2003, p.299) ingressou formalmente no conflito não em função da

solidariedade continental mas sim, em resposta à agressão direta que o país havia sofrido.

A firme decisão com que o Estado Novo reconheceu o estado de beligerância e, posteriormente declarou guerra à Alemanha foi resultado da pressão popular, uma vez que os militares lembravam a Vargas de que o país ainda não estava devidamente preparado militarmente para arcar com as conseqüências deste ato, enquanto alguns ministros defendiam apenas a realização de mais um protesto junto à Alemanha. Oswaldo Aranha afirmava que o reconhecimento de um estado de guerra seria mais apropriado, mantendo assim a tradição de o Brasil nunca ter declarado guerra a nenhuma outra nação. O ingresso no conflito era algo certo porém, ainda haviam divergências quanto a assumir as implicações recorrentes de uma declaração de guerra. Assim, coube ao povo dar a palavra final, saindo às ruas da capital federal, gritando palavras de ordem tais como “queremos a guerra” e queimando bandeiras nazistas, realizando incessantes manifestações diante do Palácio da Guanabara, do prédio do Itamaraty e da embaixada norte-americana (MCCANN, 2007, p.230-231).

Após reconhecer o estado de beligerância, finalmente, no dia 31 de agosto foi assinado o Decreto-lei nº 10.358, através do qual o Brasil declarou guerra contra a Alemanha e a Itália. Com tal atitude, finalmente o Brasil abandonou uma neutralidade que havia se revelado extremamente favorável aos britânicos e norte-americanos, a qual evoluiu em direção a um estado de “não-beligerância⁷⁹”, o qual resultou em um irreversível envolvimento direto do Brasil na guerra contra a Alemanha.

⁷⁹ Esta condição não possui nenhum embasamento legal porém, uma nação que adote esta condição poderia prestar solidariedade ou mesmo apoiar ativamente um país beligerante sem perder os benefícios da neutralidade, ou seja, estar imune a qualquer agressão por parte de uma nação envolvida na guerra. Em 1939 a Itália havia se declarado como não-beligerante, e em 1940 a Argentina propõe que as nações americanas façam o mesmo. Segundo SEITENFUS, adotar o estatuto de não-beligerante é o primeiro passo para que uma nação se envolva diretamente em um conflito (2007, p.204-205).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo que levou o Brasil a participar ativamente da Segunda Guerra Mundial ao lado dos Estados Unidos não foi algo tão simples como comumente somos levados a crer. Não se pode resumir a declaração de guerra contra o Eixo a um ato isolado, o qual teria sido resultado de um envolvimento forçado (em resposta ao ataque de submarinos do Eixo contra sua frota mercante) ou ainda, em função de mera conveniência econômica (a implantação de uma indústria de base no país). Em agosto de 1942 o Brasil reconheceu que estava envolvido em um estado de beligerância, formalizando uma condição na qual já se encontrava irreversivelmente envolvido desde o ano anterior. Este foi o ponto máximo de um processo que se iniciou no período imediatamente anterior à deflagração do segundo conflito mundial, tendo sido concluído com a declaração de guerra em 31 de agosto de 1942.

A partir de 1939 o Brasil passou a comprometer-se, cada vez mais, com o discurso norte-americano que defendia um acordo de defesa continental. Propondo tal medida já na conferência de Lima, logo o governo brasileiro alinhou-se com os Estados Unidos, esforçando-se para aprovar tal compromisso durante as reuniões de chanceleres no Panamá e em Havana. A resolução da segunda conferência de consulta, realizada em 1940 não deixou dúvidas de que o envolvimento estadunidense na guerra que se desenrolava na Europa, automaticamente levaria o Brasil a segui-lo. E foi exatamente o que ocorreu ao longo do ano de 1941, quando o Brasil permitiu a construção de bases aéreas e o trânsito de aeronaves com destino aos ingleses porém, a atitude brasileira, diante das solicitações estadunidenses em momento algum foi desprovida de pleno conhecimento das consequências que poderiam vir a acarretar, sendo sempre realizadas de maneira informal e dissimulada.

A postura do Itamaraty, que apoiou politicamente as intenções norte-americanas em relação ao conflito na Europa durante as duas primeiras conferências pan-americanas, converteu-se em ações concretas a partir do momento em que se constatou que a participação efetiva do Brasil na defesa do hemisfério ocidental resultaria no irrestrito apoio estadunidense para a consolidação da hegemonia brasileira no cone sul. Quando o envolvimento do Novo Mundo na guerra se revelou inevitável, o Brasil estava consciente de que sua participação

direta era algo inevitável porém, era essencial assegurar que não seria um mero coadjuvante, limitando-se a abrir seu território para que forças norte-americanas realizassem sozinhas a proteção da estratégica costa nordeste brasileira.

Mas se o Brasil estava tão determinado em participar da guerra, como justificar uma atitude tão vacilante do governo Vargas, principalmente após as repetidas agressões sofridas pelos mercantes nacionais, que passaram a ser sistematicamente torpedeados pelos submarinos nazistas? Era essencial ao governo assegurar a segurança nacional, evitando comprometer o país com uma declaração formal antes que lhe fosse repassado todo o material bélico necessário tanto para fazer frente aos temores de um conflito contra a Argentina, quanto a uma sublevação de elementos nazistas nos estados do sul do país e ainda, garantir que o Exército brasileiro lutaria em igualdade de condições, ao lado dos norte-americanos, na defesa do nordeste em caso de uma invasão alemã desde os territórios coloniais franceses na costa oeste africana.

Mantendo a tradição da diplomacia republicana, de não assumir compromissos formais em suas relações exteriores, o Brasil manteve uma relação de apoio direto aos esforços norte-americanos, procurando sempre manter a capacidade de livre manobra para que a política externa brasileira pudesse colher o máximo de benefícios sem comprometer o país, de maneira irreversível com uma única nação. Assim foi com a Alemanha entre 1935 e 1940, período em que o comércio entre os dois países foi mantido apenas pela incapacidade de se obter iguais condições junto a outras nações. Porém, a partir do momento em que os Estados Unidos demonstraram interesse em atender às condições brasileiras, e a guerra impossibilitou a continuidade das relações comerciais com a Alemanha, a mudança em definitivo da orientação da diplomacia brasileira foi inevitável.

Entre o início da guerra na Europa e fins de 1940, temendo a possibilidade de uma vitória alemã, o Brasil absteve-se de fazer uma escolha, mantendo bons relacionamentos com ambos os países. Isto é, apoiou politicamente Washington, enquanto manteve aberto o diálogo sobre a retomada do comércio com Berlim. Tal atitude foi resultado da necessidade de proteger o Brasil de uma escolha equivocada, colocando-o em condição de confrontação com uma provável Alemanha vitoriosa. O pouco interesse alemão em retomar de imediato o comércio, a constatação de que a Grã-Bretanha não se renderia e a iniciativa estadunidense em

prover ao Brasil armas e abrir seu mercado para os produtos nacionais levou Vargas a um afastamento da Alemanha.

Sem dúvida alguma, quando o governo brasileiro abriu seus portos para a USN, permitiu que as instalações do ADP fossem empregadas para enviar material bélico aos ingleses e assumiu o compromisso de enviar aos norte-americanos, com exclusividade, todos os recursos estratégicos de que o Brasil dispunha, o governo Vargas fez sua escolha, passando a lutar, ainda que indiretamente, contra a Alemanha nazista. Sem formalizar este apoio, o Brasil adotou postura firme ao modelar como se daria sua participação no conflito, exigindo armas para que pudesse efetivamente tomar parte ativa na defesa do hemisfério ocidental. Apenas quando esta demanda foi atendida, a partir de outubro com a inclusão do Brasil entre as nações beneficiadas pelo *Lend-Lease act*, um plano estadunidense de fornecimento de armas às nações beligerantes, e a efetivação das primeiras entregas de armas aos militares brasileiros, imediatamente após a III Conferência de Consulta, é que o Brasil passou, cada vez mais, a adotar uma postura que rapidamente o levou da não-beligerância ao estado de guerra contra as nações do Eixo.

Assim sendo, quando o continente americano entrou na Segunda Guerra Mundial, após o ataque japonês contra os Estados Unidos, o Brasil apenas aguardou o momento exato para reconhecer que sua neutralidade, desde maio de 1941 era apenas uma ficção, uma vez que as negociações para o envolvimento do Brasil na guerra já estavam se desenrolando desde meados de 1939. Assumindo posição de liderança dentre as repúblicas americanas, em 28 de janeiro de 1942 o Brasil rompeu relações com o Eixo, passando então a preparar sua população e forças militares para a guerra.

O discurso de neutralidade foi mantido porém, não houve o menor esforço em esconder que o Brasil, cada vez mais se convertia em uma nação beligerante, negociando os dispositivos que regulamentariam a defesa do continente, clamando por armas e ainda, não apenas abrindo seu território para as operações de forças militares norte-americanas mas também, colocando sua própria força naval e aérea sob comando do Vice-Almirante Ingram.

Entre fevereiro e agosto, enquanto mercantes nacionais, carregados com importantes recursos destinados à indústria estadunidense, foram sumariamente caçados e torpedeados pelos *U-Boats* alemães e italianos, o governo brasileiro

evitou assumir de imediato a existência de um estado de beligerância em razão de ainda não ter recebido armas em quantidade suficiente para proteger seu território. Limitando-se a ações de retaliação, tais como camuflar e armar os mercantes, ou ainda, ordenar que aeronaves da FAB realizassem missões de busca e destruição de submarinos operando em seu litoral, a partir de maio, o Brasil procurou ganhar tempo e é claro, justificar junto aos norte-americanos a necessidade de que maior volume de armas fossem repassados ao país.

Por fim, os esforços governamentais em preparar a sociedade civil para a guerra, através de exercícios de *black-out* e a criação do SDPAAe contribuíram para que a reação popular aos torpedeamentos fosse unânime em pedir por uma resposta firme contra a Alemanha em meados de agosto. Já em quatro de julho, a UNE organizou nas ruas do distrito federal manifestação de solidariedade aos EUA, contando com amplo apoio de diversos setores porém, foi após as notícias dos ataques contra os mercantes *Baependi*, *Araraquara* e *Aníbal Benévolo*, torpedeados muito próximos à costa nordeste que a revolta popular resultou em uma série de manifestações que levaram o Brasil a formalizar seu apoio às nações Aliadas por meio de uma declaração de guerra contra o Eixo, lançando assim o país, de maneira um tanto que precipitada na guerra.

Entre fevereiro e agosto de 1942 o Brasil travou com a Alemanha uma guerra não declarada, tendo como objetivo manter as linhas de comunicações marítimas com os Estados Unidos. Desprovido de armas adequadas, o governo brasileiro buscou postergar ao máximo a formalização e o nível de comprometimento que uma declaração de guerra trariam, porém, diante da reação popular e do reconhecimento de que o Brasil já era tratado como um inimigo pela Alemanha, fez o que se esperava de uma nação que estava à frente do continente: assumiu a iniciativa e ingressou em definitivo na guerra. E a participação do Brasil não esteve apenas limitada à defesa do continente, uma vez que a partir de meados de 1943 as ameaças de uma invasão alemã deixaram de existir. Após muito preparo, o segundo semestre de 1944 assistiu ao envio de uma Força Expedicionária do Exército com 25 mil homens e um Grupo de Caça da FAB. Mesmo com a recusa inicial dos comandantes anglo-americanos, o Brasil insistiu no envio deste contingente, que chegou ao Teatro de Operações do norte da Itália e tiveram destacada participação em batalhas como *Monte Castelo*, *Montese* ou ainda durante a *Ofensiva da Primavera*, a última grande ofensiva dos Aliados na guerra da Itália.

REFERÊNCIAS

Associação Nacional de Veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Disponível em: www.anvfeb.com.br. Acesso em 06 de junho de 2009.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. História de um envolvimento forçado**. 1ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002

BERTAZZO, Roberto Portella. **Base Aérea de Natal. Sua vocação estratégica**. Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora, 30 junho de 2006. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/>. Acesso em 06 de junho de 2009.

BRASIL, Decreto-Lei nº 4.098 de 13 de maio de 1942. Define como necessários à defesa da Pátria, os serviços de defesa passiva antiaérea. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14098.htm. Acesso em 07 de junho de 2009.

CERVO, Armando Luiz e BUENO, Clodoaldo. **A política externa brasileira. 1822-1985**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

CINQUINI, José Carlos Viana. **Abrindo caminho para a vitória: A defesa do Brasil na ação anti-submarino na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. Monografia de conclusão de curso. Universidade Católica de Santos, 2008.

CORREIO Paulistano. Edições de 1º de janeiro de 1942 à 31 de agosto de 1942. Disponível em: Biblioteca Sérgio Milliet – Centro Cultural Vergueiro, São Paulo.

CORREIO Paulistano. Torpedeamento do Vapor brasileiro Buarque. São Paulo, 19 fev. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Afundado mais um navio brasileiro. São Paulo, 21 fev. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. A missão Souza Costa nos Estados Unidos. São Paulo, 27 fev. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Torpedeado e posto a pique o vapor brasileiro Cairú. São Paulo, 12 mar. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. A Tensão entre o Brasil e o EIXO – Considerada como exemplar a firme atitude do nosso país. São Paulo, 15 mar. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Noções Fundamentais sobre Defesa antiaérea. São Paulo, 29 mar. 1942. p. 7.

CORREIO Paulistano. A contribuição do Chile para a causa das democracias. São Paulo, 17 abr. 1942. primeira página.

CORREIO Paulistano. Construção de abrigos antiaéreos em Porto Alegre. São Paulo, 17 abr. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. O Torpedeamento de navios do México levará esse país à guerra. São Paulo, 16 mai. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Já se encontra redigida a declaração de guerra do México aos países do Eixo. 24 mai. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Rebocado para um porto brasileiro o “Comandante Lira”. São Paulo, 26 mai. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Assinada declaração de guerra do México contra os países do Eixo. São Paulo, 02 jun. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Torpedeado e afundado no Mar das Caraíbas o cargueiro brasileiro “Gonçalves Dias”. São Paulo, 02 jun. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Defesa passiva antiaérea. São Paulo, 1º jul. 1942, p. 3.

CORREIO Paulistano. Desfile cívico-patriótico da juventude estudantil carioca. São Paulo, 5 jul. 1942, p.2.

CORREIO Paulistano. Exercícios de “black-out” em São Paulo. São Paulo, 7 de jul. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. O ensino da defesa passiva antiaérea. São Paulo, 11 jul. 1942, p.3.

CORREIO Paulistano. Torpedeamento de navios brasileiros. São Paulo, 18 ago. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Vibrantes manifestações de protesto realizadas nesta capital. São Paulo, 19 ago. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Manifestação de protesto e repulsa pela ação criminosa dos submarinos do Eixo. São Paulo, 19 ago. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. Prosseguem as manifestações de repulsa pelos atentados do Eixo. São Paulo, 20 ago. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. O povo que não defende seus mares não é digno de viver. São Paulo, 21 ago. 1942, primeira página.

CORREIO Paulistano. O Brasil se acha, desde ontem, em estado de beligerância com a Itália e Alemanha. São Paulo, 23 ago. 1942, primeira página.

CUNHA, Rudnei Dias da. **História da Força Aérea Brasileira**. 1996-2009. Disponível em: <http://www.rudnei.cunha.nom.br>. Acesso em 30 de outubro de 2009.

FERRAZ, Francisco César. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2005.

GASTADOLNI, Ivo. **A Segunda Guerra Mundial e a Aviação de Patrulha no Brasil**. In: 5º Congresso Internacional de História Aeronáutica e Espacial, Madri, 1999. Disponível em: <http://www.au.af.mil/au/cadre/aspj/apjinternational/apjp/2000/2tri00/gastaldoni.htm>. Acesso em 06 de junho de 2009.

GOMES, Elísio. **Submarinos Alemães ou Norte-americanos: os bastidores do processo de envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. 2005. Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/u-boats/artigos/2005/007.shtml>. Acesso em 05 de junho de 2009.

GOMES, Elísio. **U.507: Um estudo interpretativo das ações de um submarino alemão nas águas do Brasil**. 2006. Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/u-boats/artigos/2006/001.shtml>. Acesso em 06 de junho de 2009.

Grandes Guerras. Disponível em: www.grandesguerras.com.br. Acesso em 08 de junho de 2009.

HENING, Ruth. **O Tratado de Versalhes 1919-1933**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

HENING, Ruth. **As Origens da Segunda Guerra Mundial. 1933-1939**. São Paulo, Editora Ática, 1991.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991**. 2ª edição, São Paulo, Cia das Letras, 2002.

LUCHESE, Cláudio. O Brasil na batalha do Atlântico. **Revista Asas**, São Paulo, nº 25, jun./jul. 2005, p.44 – 55.

MCCANN, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos – 1937/1945**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1995.

SANDER, Roberto. **O Brasil na Mira de Hitler. A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2007.

SEITENFUS, Ricardo. **O Brasil vai à Guerra**. 3ª edição, São Paulo, Editora Manole, 2003.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Alemães atacam navios brasileiros 1939/1942**. São Paulo, Editora Três Ltda, 1998.

U-Boat.net. informações sobre as ações dos submarinos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: www.uboot.net. Acesso em 01 de outubro de 2009.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Segunda Guerra Mundial: História e Relações Internacionais/ 1931-1945**. 3ª Edição, Porto Alegre, Editora da UFRG, 1989.